

MANDATO XII**ATA Nº. 11/2019****SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 2019**

*Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e do Senhor João Diogo Fernandes Ferreira, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, José da Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula*

Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Maria José da Silva Lourenço, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Raquel Nair Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, Manuel Gomes de Oliveira, Joaquim Orlando Neto Vieira, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Natacha Sofia Miranda Fontes, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges,*

Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, António Joaquim Tavares Fidalgo, Catarina Lourenço Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, José Pedro Gomes Bastos, Carla Maria da Costa e Cruz, Paula Maria de Azevedo da Cunha, António Meireles de Magalhães Lima e Manuel Carlos Ferreira da Silva.

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: *Carmino João Costa Soares, Maria José Fernandes Borges e João Carlos Fernandes da Rocha.* **Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** *Neste período registou-se a primeira intervenção pelo SR. TIAGO DANIEL DOS SANTOS VALENTE, que revelou estar, ali, para falar em nome de um grupo de moradores da Rua Tanque de Pedra, freguesia de Priscos, que apresentaram uma providência cautelar visando suspender a eficácia do ato administrativo relativo à aprovação do projeto de arquitetura de uma operação urbanística com vista à construção de um pavilhão industrial, no qual será exercida a atividade de fabricação de balanças e outros equipamentos de pesagem. “Após consulta do processo de licenciamento foram claramente identificadas irregularidades relativas ao incumprimento do Plano Diretor Municipal de Braga, nomeadamente o exposto no artigo septuagésimo oitavo e décimo primeiro do PDM, dado que: estando a pretensão inserida numa zona classificada como Zona de Baixa Densidade Urbana B D um, face à área (oitocentos e cinquenta metros quadrados), volume (cinco mil metros cúbicos) e cêrcea (nove metros) a construção não apresenta enquadramento urbanístico com a envolvente imediata. A construção tem impacto urbano e ambiental negativo dado que será exercida uma atividade geradora de ruído, e tendo em conta as características da rede viária, perturbará as condições de trânsito automóvel e pedonal. O caso não retrata uma simples perda de vista, como caracteriza o sr. Presidente de Câmara,*

mas de violação ao direito ao sossego, atentado à saúde e diminuição de qualidade de vida de várias famílias, sendo que cerca de vinte famílias serão prejudicadas pela construção. O tipo de atividade que será exercida na construção não é permitido como uso complementar ao residencial, dado que não está expressamente mencionada no Anexo quinto do PDM, nem tão pouco é minimamente fundamentado ou justificado que a atividade a exercer é menos gravosa que as atividades ali enumeradas. Classificar a construção como um armazém é apenas um jogo semântico, na tentativa de contornar o regulamento do PDM, que em todo o caso não considera a construção de armazéns como edifícios de uso complementar ao residencial. Importa referir que o Licenciamento foi realizado com base num Pedido de Informação Prévia incompletamente instruído. Por duas vezes o pedido foi chumbado, por parte dos técnicos da Câmara Municipal e só à terceira tentativa foi aprovado por parte do Diretor Municipal de Urbanismo, Dr. António Zamith Rosas, com base num parecer mal fundamentado e que atropela o indicado no Regulamento ao PDM. O executivo apoia as decisões dos técnicos da divisão de Urbanismo, que basicamente permitem a construção deste tipo de instalações industriais em qualquer zona residencial, sem o mínimo de enquadramento, perturbando a paz e qualidade de vida e não defendendo os direitos dos moradores da cidade de Braga? Ouvir dos técnicos da câmara "que existem situações piores em outros locais de Braga...", ou que "... se os acessos dão para os moradores, também dão para a indústria ...", ou que "...se foi aprovado o licenciamento é porque está bem..." são os critérios que justificam as decisões da Câmara Municipal de Braga e que orientam o planeamento urbano do Município? Com decisões destas corre-se o risco de os habitantes em pouco tempo se virem a viver no epicentro de zonas industriais. Para que servem as zonas industriais? Não é para albergar

*esse tipo de instalações, com condições apropriadas, para este tipo de construções, sem perturbar os residentes da cidade? Após a aceitação liminar da providência cautelar a dezassete de setembro de dois mil e dezoito, por parte do Tribunal Administrativo de Braga, o Município de Braga foi citado que nos termos dos números um e dois do artigo centésimo vigésimo oitavo do CPTA não pode iniciar ou prosseguir a execução do ato, devendo impedir, com urgência, que os serviços competentes ou os interessados procedam ou continuem a proceder à execução do ato. Estando o Município obrigado a impor todas as injunções a terceiros que se mostrem necessárias a suspender a execução das obras de edificação do pavilhão industrial. Os trabalhos encontraram-se suspensos até ao dia um de abril do ano em curso, data em que, sem que tenha havido qualquer decisão do tribunal, o dono de obra retomou os trabalhos, desrespeitando a ordem do Tribunal. Acresce ainda que a Câmara Municipal de Braga tem conhecimento da retoma dos trabalhos através de um despacho proferido do tribunal de cinco de abril de dois mil e dezanove em que é reforçada a proibição da execução dos atos, bem como através da visita dos técnicos da Câmara Municipal de Braga ao local a doze de abril do ano em curso, não se tendo verificado qualquer suspensão dos trabalhos antes, durante e após essa visita. Tendo a Câmara Municipal de Braga conhecimento da situação, estando obrigada a suspender a execução dos trabalhos, questiona-se qual a justificação que a leva a não fazer cumprir a lei? Para que servem os serviços de fiscalização, se perante tão reiterado desrespeito às decisões dos tribunais, nada fazem? Lanço estas questões e gostaria de ter algumas respostas por parte do Sr. Presidente da Câmara e do Executivo”. A segunda intervenção foi concretizada pela **SR^a. IVA SUSANA CERQUEIRA GONÇALVES DIAS**, moradora no centro histórico, na avenida da Liberdade, onde há pouco tempo abriu um*

restaurante, no seu prédio, no rés-do-chão, em pleno centro histórico, ao lado do Turismo. Em agosto foi pedida pelos proprietários a alteração do uso, para restauração e bebidas. Foi pedido ao condomínio, tendo cinquenta por cento de pareceres negativos, sendo que só cinquenta por cento estava a favor dessa alteração de uso, o que pelo Código Civil, teria que ser por unanimidade. A ata foi pedida pela Câmara. A redação incluía, também, o pedido de uma nova exaustão necessária para o restaurante, o que foi negado. Essa ata reconhecida pelo Notário, foi entregue a dezoito de setembro de dois mil e dezoito, na Câmara, por cinquenta por cento dos condóminos, para garantir que não houvesse essa alteração de uso e a abertura desse restaurante, o que não aconteceu. Em meados de março retiraram o papel da imobiliária e informaram que abriria, brevemente, um restaurante. Para seu espanto, alertou a Câmara, fez um pedido de esclarecimento, do qual ainda não recebeu qualquer resposta e passados uns dias tinha um tubo a passar por uma janela da sua habitação. Chamou a fiscalização, que lá se deslocou, mas a situação continuava até hoje. Fez um pedido de anulação dessa mesma licença. Foi ver o processo, que lhe pareceu muito simplificado, sem qualquer projeto de especialidades. Era técnica e achava que havia uma simplificação e um demasiado facilitismo, para aprovação de um restaurante. Colocava aquelas questões ao Executivo e pedia que fosse feita uma análise isenta e dentro da legalidade. Alertava e apelava ao bom senso para a resolução desse problema, pedindo uma resposta escrita. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOSÉ DE ARAÚJO GOMES**, para, em primeiro lugar, esclarecer qual o eu papel, ali. Ali, era o cidadão José de Araújo Gomes, da freguesia de São Victor, e intervinha como tal, não representando nada, nem ninguém. Falava o que pensava e o que lhe ia na alma por Braga e pelos Bracarenses. Não estava em representação do seu partido.

Começando pelo que leu, hoje, no jornal, relativo ao concurso que estava a decorrer para reformulação da via pedonal. Queria dar uma achega, porque era utente, se bem tinham presente, a via pedonal que ia desde o hotel Lamações, para o Continente, do lado dos prédios, entre a faixa pedonal e os prédios estavam os carros estacionados. Por que não passar a faixa pedonal para a frente entre os carros e os prédios. Outra questão, o ano passado, no verão, patrocinou a publicação de um vídeo, com as nossas zonas verdes acastanhadas, este ano já viu que andavam a reparar o sistema de rega, mas pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que andava sempre na rua, honra lhe fosse feita, e que teria visto que a zona verde estava aprazível, bonita de ver, mas ficaria ainda mais bonita se fosse vista assim no verão. Era preciso meter mãos à obra, para que no próximo verão as zonas agora verdes, continuassem verdes e não castanhas, por falta de rega, porque em Braga, se houve coisa que nunca faltou foi a água. Outra questão, a reformulação das freguesias. A última reformulação não agradou a ninguém e muito menos às Juntas de Freguesia. Parecia-lhe que a Comissão que iria começar a trabalhar, já meteu um pouco o pé na poça, porque ouvir as freguesias, quanto à sua reformulação, era um passo em falso, porque se perguntassem a qualquer Presidente de Junta, ele só podia defender uma coisa, que a sua freguesia ficasse sozinha. O que se pretendia não era isso, mas que o conjunto das freguesias, se era uma freguesia ou união de freguesias, refletissem o mínimo de sustentação, o mínimo de base. Não se compreendia, por exemplo, como se juntou, na última reorganização, Nogueira, Lamações e Fraião. Nogueira já tinha massa crítica mais do que suficiente, mas ainda se juntou Fraião e Lamações. E deixou-se a freguesia mais pequena do concelho, a de Lamas, sozinha. Atrás do Sameiro havia três freguesias, Espinho, Sobreposta e Pedralva, porque não as juntaram? Se aquela Comissão e como estava o Sr.

*Presidente, acreditava que iria dar uma volta, porque se as pessoas que iam trabalhar naquele processo olhassem para as pessoas e para o concelho e não estivessem preocupados em contar votos, estivessem interessados com o interesse do concelho e das pessoas e não preocupados em contar os votos, pensava que encontrariam uma solução razoável. Finalmente, uma pergunta para a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de saber se se esqueceu que amanhã era o vinte e cinco de abril e se havia algum ato comemorativo dessa data? A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** respondeu que não havia nenhum ato comemorativo por si agendado. Na quarta intervenção usou da palavra o **SR. FRANCISCO DA SILVA FERREIRA**, de Frossos. Disse que:” estou aqui como presidente eleito do grupo recreativo “Os bem dados de Frossos”. Em vinte e três de janeiro de dois mil e dois, a Câmara Municipal de Braga comprou edifício mais representativo de Frossos, denominado “Casa da Tica”. Neste edifício nasceu “Os bem dados de Frossos” em um de abril de mil novecentos e sessenta e um, com estatutos e alvará aprovados pelo Governo Civil de então. Fomos inquilinos deste edifício até outubro de dois mil e catorze. Nesta data, alguém da Câmara Municipal de Braga ordenou a demolição do edifício. Ninguém sabe quem foi. O que sabemos é que despejaram terra, lama, pedras por cima de todo os bens dos “Bem dados”. Estes bens estavam avaliados em sessenta e seis mil euros, tal e qual o último inventário aprovado em assembleia geral de sócios. Depois disto, durante cinco anos, andamos em reuniões com quase todos os vereadores e várias vezes com o Sr. Presidente da Câmara. Todos eles empurraram o assunto com a barriga. Destruíram cinco documentos que estavam na nossa biblioteca dos mais importantes que a cidade de Braga contemporânea tinha, o sindicato dos “Taxinhas”, único no país. Havia já um importante Professor da Universidade do Minho em levar esses documentos para estudo. A*

demolição do edifício, além de crime é uma barbaridade para a história de Braga. A Câmara Municipal de Braga tem-se recusado a apoiar “Os bem dados de Frossos”, como seria sua obrigação, repor os bens destruídos. Desafio, aqui, todos os partidos e jornalistas que se interessem por este assunto. Fornecerei toda a informação disponível e, ainda, documentação que foi retirada debaixo do entulho. Este crime cometido pela Câmara Municipal não pode ficar impune”. Seguiu-se a quinta intervenção pelo **SR. MÁRIO VEIGA GOMES**, que disse: “Há quatro anos estive aqui, pela primeira vez, a falar sobre “Os bem dados”. Hoje, cá estou de novo. Lançava um repto aos nossos responsáveis políticos – honrem as vossas palavras. Falem a verdade ao povo. É o que falta é falar verdade. Gostava que a Junta de Freguesia fosse solidária, é o que tem faltado. O PSD é um partido humanista e reformista. Pretendemos uma sociedade aberta e mais justa e não uma Junta fechada. Isto leva a uma sociedade injusta e muito perigosa. O PSD foi criado para servir as populações das suas freguesias nos principais valores e objetivos. Espero que não haja um braço de ferro, por parte da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia tem soluções. Haja vontade política. Os interesses individuais têm que acabar. Peço novas formas de abordar os problemas de interesse público. Não olhar para o lado. Espero nobreza, humildade e seriedade. Não me vou subordinar aos interesses de alguns. Estamos, hoje, a comemorar os quarenta e cinco anos da Revolução dos Cravos, nunca é demais evocar os valores de abril, como liberdade, igualdade, fraternidade e democracia. Informo que sou o Presidente da Assembleia Geral do Grupo Recreativo “Os bem dados”, eleito democraticamente”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação**, pela **Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA**, que dizia: “No

passado dia quinze de abril o Jornal "Diário do Minho", jornal diário de informação regional e de inspiração cristã, celebrou o seu primeiro centenário. Propriedade da Arquidiocese de Braga, é líder nas vendas em banca e em assinaturas e é um dos dois diários impressos com sede em Braga. Foi fundado em quinze de abril de mil novecentos e dezanove, numa conjuntura muito desfavorável para a Igreja católica devido ao regime republicano que vigorava na altura. Era grande o combate à influência religiosa na vida social, mas é a sua informação séria, objetiva e verdadeira, baseada sempre em fontes de informação fidedignas, reflexão crítica perante os acontecimentos que assegura a sua continuidade e longevidade. Como refere o seu Diretor, Damião Pereira, atualmente, este jornal enfrenta "grandes constrangimentos", devido à diminuição de vendas, assinaturas e contratos publicitários, mas tenta lutar contra esta tendência, com, por exemplo a edição da revista "Minha", em dezembro dois mil e dezoito. Também com as novas instalações, inauguradas em abril de dois mil e dezassete, a Arquidiocese deu um novo impulso ao jornal, sendo que a sua sustentabilidade assenta, na sua maior parte, no sucesso da Gráfica da empresa, que imprime cerca de cento e trinta jornais regionais, além de livros, revistas e catálogos, entre outros. O grupo municipal do PSD felicita publicamente, nesta Assembleia Municipal, a sua direção e administração, bem como todos os seus assinantes, colaboradores, fornecedores e anunciantes, que têm conseguido, com o seu contributo, que o seu percurso fosse possível, e faz votos para que o Diário do Minho continue com o seu jornalismo de qualidade única a informar de urna forma verdadeira, séria e diversificada a nossa comunidade. Pelo exposto, o grupo municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal aprove este voto de saudação pelos cem anos do jornal "Diário do Minho". A Sr^a. Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES,

apresentou um **Voto de Congratulação**, revelando que: “Tivemos a felicidade de viver a celebração dos cem anos de vida do *Jornal Diário do Minho*, uma instituição viva da sociedade bracarense e um dos pilares da democracia bracarense. Recordamos um editorial onde, em poucas linhas, o Cónego António Luís Vaz definia o que deve ser um jornal: "um jornal sem vida por dentro, acaba por morrer". Esta máxima assume particular relevância num tempo em que somos vítimas da manipulação e do fenómeno das "fake-news". Através de António Luís Vaz - diretor durante vinte e um anos e precursor da *Liberdade de pensamento religioso e político em Braga*, em tempos difíceis na década de setenta, nos quais se movimentou o nosso ex-presidente da Assembleia Municipal de Braga, o padre António Sousa Fernandes, - queremos saudar os seus mais recentes diretores, como Monsenhor Domingos da Silva Araújo, Cónego João Aguiar Campos, Padre José Miguel Pereira e Luís da Silva Pereira, sem esquecer o Padre Magalhães Costa e todos os que sucederam a Joaquim António Pereira Vilela, fundador do *Diário do Minho*, em quinze de abril de mil novecentos e dezanove. Com cem anos de existência e com mais de setenta mil leitores em cada dia o PS recorda que o "*Diário do Minho*" é um jornal de informação geral, regional e de inspiração cristã, ao serviço de "todo o homem e do homem todo e da construção de uma sociedade cada vez mais justa e mais fraterna, onde cada um seja respeitado na sua dignidade e nos seus direitos" - como se lê no seu estatuto editorial. Aberto ao pluralismo e à diversidade de opiniões, tendo por limites os decorrentes da Doutrina da Igreja, vincula-se no respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores, num compromisso com a defesa dos interesses gerais e na promoção das aspirações legítimas e constitucionais das populações da Região do Minho. O PS deseja que os próximos cem anos sejam de promoção do

exercício do jornalismo, como serviço público, fundado na Vida, Liberdade e Solidariedade, em cooperação com as escolas, no apoio às atividades culturais, instituições de voluntariado social e humanitário. Os socialistas felicitam todos os trabalhadores do Diário do Minho na pessoa do seu atual diretor Damião Pereira e apenas pedem que continue a dar voz aos anseios e aspirações das forças vivas, culturais e políticas, numa aliança que incentiva o pluralismo de valores e de ideias e com um critério uniforme que não deixa ninguém para trás".

*Postos à votação foram os votos de saudação e de congratulação **aprovados com duas abstenções**. A Sr^a. Deputada do B.E., **MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, apresentou uma **Saudação**, salientando que: "A Greve Climática Estudantil decorreu em todo o globo no dia quinze de março. Em cerca de três dezenas de localidades portuguesas, milhares de alunos faltaram às aulas e saíram às ruas em protesto contra a inação face às alterações climáticas. Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de dezasseis anos, decidiu, em agosto de dois mil e dezoito, fazer greve sozinha às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz "Greve à Escola pelo Clima". O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos para a resolução séria e eficaz da crise climática. Saudamos e apoiaremos as mais diversas formas de luta que façam da resolução da crise climática a sua prioridade, cumprindo medidas como as reivindicadas no manifesto da Greve Climática Estudantil. Com esta greve, milhares de jovens protestam contra a inércia dos governantes face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis, particularmente da energia solar (a produção elétrica ser cem por cento assegurada por energias renováveis até dois mil e trinta) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes*

públicos. O atual sistema económico, extractivista, assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A urgência climática tem de levar as nações a alterar as formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis. Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade. É, pois, chegado o tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que têm sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. Deixa esta Assembleia hoje o desafio. É hora de lutar com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais, que não respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do município. Por isso, em defesa do Planeta e pelo combate às alterações climáticas, saudamos o movimento estudantil. O nosso bem hajam! Assim; a Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão plenária de vinte e quatro de abril, delibera: saudar o movimento estudantil e a greve climática estudantil na prossecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas. Esta saudação deve ser enviada a todos os Agrupamentos

*Escolares do Município e às Associações de Estudantes e Jovens do concelho de Braga”. A este propósito, registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que pesasse, embora, alguns considerandos, não fossem precisamente da redação com quem a sua bancada se identificasse, no entanto, a matéria daquele voto e daquela posição julgavam que tinha uma relevância extrema. Relembra que ontem reuniu a Assembleia Geral da Comunidade Intermunicipal do Cávado e aquela foi uma das matérias abordadas e era, obviamente, uma preocupação a todos os níveis. Inclusive, dizer que fazia parte do plano de ação da CIM no sentido de um plano, que abrangesse os seis municípios que a compunham e que ao nível dos municípios, Braga já ia à frente, já se destacou daquele trabalho da CIM, porque já estava a elaborar um estudo sobre essa matéria, conduzido por um especialista, que já tinha provas dadas no setor. Por isso, iriam votar favoravelmente, realçando que, também, em relação àquela matéria, o Município já estava a fazer caminho e que aquela era uma questão que a todos devia unir nas mais diversas formas, sendo que o objetivo era sempre convergente com os princípios que a Sr.^a Deputada Alexandra Vieira, ali, enunciou. Posta à votação foi a presente saudação **aprovada por unanimidade**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, numa **Declaração de Voto**, subscrever o voto do BE. Não na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal, mas na anterior, aquele tema das alterações climáticas, foi objeto de discussão e de um conjunto de programas e de agendas, que visavam aquela matéria. Nesse espaço, também, tiveram oportunidade de discutir e de levar a debate um relatório do Eixo Atlântico, que falava do impacto das alterações climáticas, das questões da proteção civil, nomeadamente nas questões dos incêndios, da nova geração de incêndios, daquilo que chamavam de*

tempestades de fogo. E, portanto, naturalmente, num contexto em que as alterações climáticas e em que havia dados tão concretos e tão problemáticos e tão preocupantes, sobre o futuro do planeta e sobre a sua sustentabilidade, naturalmente que não poderia o PS deixar de se associar e votar favoravelmente o voto levado pela Sr^a. Deputada do BE, Alexandra Vieira. Interveio, depois, a Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA, para apresentar um **Voto de Louvor** do seguinte teor:” O Grupo Municipal do Partido CDS-PP, ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, apresenta um voto de louvor à atribuição do prémio ArchDaily às capelas Imaculada e Cheia de Graça. É com regozijo que o Grupo Municipal do CDS-PP observa a distinção destas duas obras exímias e que arrecadaram o prémio do site ArchDaily para Edifício do Ano em arquitetura religiosa. Dos sessenta projetos apurados para aceder à fase final, foram escolhidos quinze finalistas, conquistando, as duas capelas de Braga, da autoria do atelier " Cerejeira Fontes, arquitetos ", a preferência dos utilizadores do respetivo site. Consideramos que o património se encontra sob um processo de rápidas mutações e um forte investimento económico e conjuntural. Nos últimos anos o património e as suas abordagens em termos de recuperação, reabilitação ou conservação passaram a estar no centro de todas as atenções, sendo Braga, na atualidade, exemplo vivo dessa revigoração. Este interesse pela esfera patrimonial e arquitetónica surge em boa hora na medida em que desperta para a relevância da preservação, valorização do património. No caso específico das capelas reconhecidas, trata-se de uma evidente aposta na criação artística baseada na identidade e memória de um povo plasmados num projeto bracarense que se foca, de acordo com os seus autores, na recuperação de dois espaços que são já considerados (por quem nos visita) ex-libris da arquitetura religiosa

contemporânea. Duas obras de "arquitetura de ponta" que, na nossa perspetiva, espelham a pluralidade dos variados diálogos entre arquitetura e cidade, saltando à vista a plausível simplicidade. A forma do "produto" é depurada e airoso, mas terá sido complexa a conceção como processo repleto de desdobramentos construtivos, operativos e simbólicos. As obras vencedoras, na sua essência simples refletem o passado e o modo de pensar conceptual, estético, técnico, social e emotivo das nossas gentes. Pelos predicados elencados, manifestamos "brio" na distinção aludida na medida em que se trata de um símbolo identitário da nossa cidade e cuja ênfase está no património material e/ou imaterial que traduz a história, tradição, cultura e crenças populares, assumindo um papel de assaz relevância na transmissão e conhecimento para a atualidade. Importa valorizar, identificar e preservar o nosso património que desempenha um papel cada vez mais importante na vida da comunidade, sendo que o passado e as suas características identitárias são o que mais diferencia as sociedades entre si. É ainda inevitável referir o impacto positivo que tais distinções provocam no setor turístico, sendo que é na busca de novos lugares, novos olhares e de novas vivências que este ganha forma. Em suma, o Grupo Municipal do CDS-PP mostra-se grato pelas últimas distinções atribuídas a Braga que devem ser entendidas (por todos nós) como exemplo do trabalho de valorização e salvaguarda do património local e do investimento das várias entidades na produção de obra artística, permitindo que o bem patrimonial seja transmitido às gerações futuras na sua autenticidade, como legado essencial da memória coletiva e identidade local, regional ou nacional". Posto à votação foi o referido voto de louvor **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para apresentar uma **Saudação** do seguinte teor: "Há quarenta e cinco anos, no dia

vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, a ação militar desencadeada pelos capitães de Abril fez ruir a ditadura do Estado Novo. Foi o fim da PIDE, da censura e da guerra colonial. Foram libertados os presos políticos, o parlamento e o poder local passaram a ser eleitos pela vontade popular. Depois, foi um tempo de lutas para concretizar muitos dos anseios populares: o direito à habitação, à educação, a criação do Serviço Nacional de Saúde, do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, pela dignidade de quem trabalha. Quarenta e cinco anos depois daquela manhã libertadora que transformou Portugal, as regiões administrativas, uma das três autarquias previstas no artigo duzentos e trinta e oito da Constituição da República Portuguesa, ainda não foram criadas. As outras duas autarquias locais, as freguesias e os municípios, continuam a não ter as competências necessárias para responderem da melhor forma aos problemas das populações. E os meios financeiros atribuídos às autarquias não têm respeitado a Lei das Finanças Locais. No próximo primeiro de Maio, assinalam-se os acontecimentos de Chicago, as manifestações pela redução da jornada de trabalho diária para as oito horas. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador. Em Portugal, neste primeiro de Maio de dois mil e dezanove estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários. Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores e a estagnação das carreiras em resultado das políticas neoliberais. É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de dinamizar a contratação coletiva. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da precariedade, enfrentando as políticas da Comissão

Europeia e do BCE contra o mundo do trabalho. Assim, a Assembleia de Braga reunida em sessão ordinária em vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, delibera: Saudar o dia vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, que pôs fim à guerra colonial, à censura e à ditadura salazarista e iniciou o atual período de Democracia e saudar, também, o primeiro de Maio, pela negociação coletiva, pelo aumento de salários, contra a precariedade, por emprego digno e com direitos”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, apresentar uma **Moção**, que dizia: “Comemora-se este ano os quarenta e cinco anos da Revolução de Abril. Temos a obrigação democrática de valorizar abril e repudiar os quarenta e oito anos de Ditadura que assolou Portugal entre mil novecentos e vinte e seis e mil novecentos e setenta e quatro. Foram décadas e décadas de opressão e sonegação de direitos e liberdades de um Povo. Ao contrário do que alguns querem fazer passar nas redes sociais, com as famosas “fake news”, ou “contra informação”, foram anos de medo e de atraso civilizacional, anos esses que iniciaram com o Golpe Militar de vinte e oito de maio de mil novecentos e vinte e seis, partindo da cidade de Braga, facto de má memória e que devemos lamentar. Importa desmistificar e acabar com ideias feitas que branqueiam e legitimam as opções do regime do Estado Novo, de uma forma breve proponho a esta Assembleia a reflexão sobre algumas ideias erradas, a saber: “Salazar evitou que Portugal entrasse na guerra!” – MENTIRA! Portugal teve treze anos de guerras coloniais, que provocaram mais de dez mil mortos e trinta mil feridos e estropiados, entre os portugueses e muitos milhares de vítimas civis e militares entre os povos das ex-colónias. Só entre mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e setenta e três, um vírgula cinco milhões de portugueses deixaram o país em busca de trabalho ou fugindo ao serviço militar e em busca da liberdade. “Antigamente

não havia corrupção nem promiscuidade entre os políticos” – MENTIRA! Em mil novecentos e cinquenta e oito mais de quarenta e dois ministros, ex-ministros e oito altos funcionários do estado ocupavam cento e dezasseis lugares em conselhos de administração das maiores empresas estabelecidas em Portugal. “Antigamente não havia contestação, o país era mais tranquilo!” – MENTIRA! Em mil novecentos e trinta e seis o Estado Novo cria o campo de concentração do Tarrafal, também tristemente conhecido como o campo da morte lenta – onde foram presos e torturados centenas de antifascistas, tendo sido assassinados trinta e dois. A censura fascista aplicava-se a toda a atividade cultural e informativa. “Antigamente Portugal tinha os cofres cheios” – MENTIRA! – Muitos milhões de contos foram canalizados para as guerras coloniais; o país e o povo sofria enormes carências, a taxa de cobertura de água canalizada era de quarenta e sete por cento das casas. Só havia esgotos em cinquenta e oito por cento das casas e a eletricidade só chegava a sessenta e três por cento das habitações. A taxa de mortalidade materna por cem mil nados vivos era setenta e três vírgula quatro. “Antigamente havia respeito” – MENTIRA! – Havia era opressão! A mulher podia ser repudiada no caso de não ser virgem. O casamento católico não permitia o divórcio. O código penal permitia ao marido matar a mulher em flagrante adultério (e a filha em flagrante corrupção). Até mil novecentos e sessenta e nove, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido. “Não houve Fascismo em Portugal” – MENTIRA! – Na ditadura fascista eram proibidos os partidos. Só no período de mil novecentos e trinta e dois a mil novecentos e cinquenta e um foram registadas vinte mil quinhentas e cinquenta e duas prisões políticas. Eram diárias as perseguições, torturas e prisões de opositores ativos da ditadura. Enfim, poderíamos estar aqui a noite toda a “desmistificar” as ideias falsas do ANTIGAMENTE...mas importa

agora é valorizar Abril e dar nota às gerações presentes e futuras das importantes conquistas obtidas nessa altura e que se encontram plasmadas na nossa Constituição de mil novecentos e setenta e seis. Sim, a Constituição da República Portuguesa de mil novecentos e setenta e seis, é a atual constituição portuguesa. Foi redigida pela Assembleia Constituinte eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres no país em vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e cinco, que coincidiu com o primeiro aniversário da Revolução dos Cravos. Valorizar Abril é valorizar tudo o que de bom se encontra plasmado na Constituição e que importa defender e não ir na onda revisionista que alguns teimam em querer levar a efeito. Valorizar Abril é valorizar um Portugal moderno e desenvolvido. Valorizar Abril é valorizar a Liberdade e a democracia. Valorizar Abril é valorizar um Povo que merece sempre o melhor. Valorizar Abril é valorizar a nossa identidade porque somos Patrióticos. Valorizar Abril é valorizar o primeiro de Maio e todas as mulheres e homens trabalhadores. Valorizar Abril é valorizar e prestar a nossa homenagem a todas as mulheres e homens que sofreram e morreram pela liberdade que temos hoje. A Assembleia Municipal reunida em vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove saúda o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro e o primeiro de maio – Dia Internacional dos Trabalhadores! Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o primeiro de Maio!”. Outra intervenção foi registada, agora, pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDURADO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para apresentar uma **Moção**, que referia: “Há quarenta e cinco anos nascia em Portugal uma promessa de liberdade. E hoje, podemos afirmar com orgulho que da promessa de liberdade fizemos uma democracia europeísta, aberta ao mundo e plenamente consolidada no poder local democrático. A conquista da democracia no seguimento do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e

quatro representa um dos maiores feitos na nossa história recente. O Movimento das Forças Armadas coroou a luta e a resistência do povo português e derrubou um regime fascista, iniciando posteriormente um período de conquista de direitos políticos, sociais, laborais, cívicos e individuais que deve orgulhar todos os partidos e todos os que estiveram envolvidos no exercício da restituição destes direitos e liberdades, assim como aqueles que construíram e aprovaram uma Constituição que corresponde às aspirações do país e resultasse na consolidação do estado de direito democrático. Quarenta e cinco anos depois, tão importante como honrar a memória do vinte e cinco de Abril é reafirmar a democracia e enfrentando os desafios que os próximos tempos auguram. Os desafios que hoje nos são colocados são desafios sem precedentes na história da nossa democracia. A crise dos Partidos tradicionais tem vindo a precipitar as democracias consolidadas da Europa para um vazio populista cujos resultados a longo prazo são-nos totalmente desconhecidos e nesse sentido Portugal tem-se vindo a assumir como imune a movimentos populistas e protecionistas. Assim desejamos que continue a ser por muitas décadas, contudo, como partidos políticos eleitos pelo sufrágio universal dos cidadãos não devemos alhear-nos das responsabilidades que assumimos diariamente perante os eleitores e o povo português. A luta pela credibilização das instituições democráticas depende de todos. Quarenta e cinco anos volvidos sobre a Revolução dos Cravos devemos ser capazes de lutar por uma justiça acessível a todos. sem que a mesma gere desconfiança entre os cidadãos no cumprimento do Estado de Direito. Devemos lutar por uma imprensa livre, cujos profissionais sejam capazes de desempenhar a sua missão com total liberdade. A luta pelo Estado Social ganha hoje particular ênfase e pertinência. A luta por uma saúde pública de excelência e gratuita, a luta por uma escola pública forte e motivada, a luta por uma segurança social

*sólida e assistente, devem ser a matriz da governação portuguesa. Não devemos esquecer a afirmação do papel das autarquias locais como agente essencial na descentralização do Estado, cumprindo o desígnio de que as políticas públicas são tanto melhores quanto mais próximo do cidadão for tomada a decisão. Quarenta e cinco anos volvidos sobre o fim do regime do Estado Novo é urgente afirmar os valores que Abril consolidou, é urgente continuar a cumprir os desígnios da liberdade, na acção diária dos agentes ao serviço da causa pública para que o vinte e cinco de Abril não seja apenas mais um dia, mas que seja sim, o dia em que Portugal renasça sempre para o fortalecimento das suas instituições e da confiança dos cidadãos. Que o vinte e cinco de Abril seja sempre o dia em que exortemos a qualidade das nossas instituições democráticas, a qualidade dos nossos agentes políticos e a qualidade da nossa República Democrática na consolidação dos direitos, liberdades e garantias de todos os Portugueses. Viva a República! Viva o vinte e cinco de Abril!”. O Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, interveio para informar que o PPM iria votar favoravelmente as três declarações, se fosse retirado o “viva a República”, por ser óbvio o não poder votar. Além disso, gostaria de deixar à reflexão dos três partidos, o seguinte problema: o artigo duzentos e oitenta e oito, alínea b) da Constituição, obrigava a forma republicana do governo e o PPM batia-se, para que esse artigo fosse alterado. Em vez de ser a forma republicana do governo, fosse a forma democrática do governo. Pensassem nisso, com a crise que os partidos, neste momento, estavam a sofrer. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para dizer que o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro legitimou, efetivamente, uma democracia em que partidos como todos os que estavam, ali, representados pudessem ter assento, podiam manifestar as suas opiniões. Viviam*

num estado de direito democrático assente numa república, que assentava, também, e que assegurava uma democracia representativa, uma democracia de todos os portugueses. O Partido Socialista tinha muito orgulho na sua matriz republicana, na sua matriz democrática. Foi graças ao vinte e cinco de Abril que o PPM tinha, também, a oportunidade de se manifestar, de eleger e de ser eleito. E, nesse sentido, o Partido Socialista nunca retiraria da sua matriz ideológica a palavra República, porque a esfinge da República era, efetivamente, um dos maiores protetorados da história e dos valores do Partido Socialista. O **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, interveio, novamente, para pedir que os documentos fossem votados em separado. Não era contra a que houvesse republicanos ou monárquicos. Houve monárquicos, que foram presos, nomeadamente o Dr. João Camossa, que era um exemplo antigo e conhecido de muitos do Partido Socialista. O PS tinha a grande franja dos socialistas, mas não tinha a totalidade dos socialistas. O próprio Gonçalo Ribeiro Teles era um socialista. O próprio PPM não recebia, por ter menos votos ou mais votos, lições de moral de nenhum partido. E não tinha que se defender duma coisa em que não era nascido. Nasceu posteriormente ao vinte e cinco de Abril. Não admitia que lhe dessem lições de moral duma coisa em que nem sequer se poderia defender, porque não viveu essa época. Respeitava enormemente o vinte e cinco de Abril. Respeitava enormemente as pessoas que lutaram pelo vinte e cinco de Abril. Mas não podia votar uma situação, em que lhe diziam, basicamente, ou impunham, a República. Não podia ser. Se eram democráticos dividiam. Se não eram democráticos, obrigavam e impingiam. Isso foi o que fizeram na ditadura. Postos à votação, foi a **saudação** apresentada pelo **B.E., aprovada por unanimidade**; a **moção** apresentada pela **C.D.U., aprovada por unanimidade**; a **moção** apresentada pelo **P.S., aprovada com dois votos**

*contra. O SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, tomou o uso da palavra, para, inicialmente, dar duas ou três notas, para não haver quaisquer equívocos. O voto de repúdio que iria apresentar, não era um voto contra os contentores instalados pela Agere, mas sim relativo à tipologia de contentores. Como sabiam, foram instalados no concelho dois tipos de contentores e consideravam, também, pelas reclamações recebidas, que havia uma atitude discricionária, uma discriminação do tipo de contentores e do serviço prestado à comunidade. Aplaudia a atitude do Sr. Presidente da Câmara, quando há pouco tempo, devido à falta de combustível, falou da atitude da discriminação que o Governo fez de atribuir só os serviços mínimos a uma parte do país. Na sua freguesia, pensava que, também, houve discriminação. Achava que os contentores eram completamente diferentes. Pensava que a maioria dos seus colegas autarcas se pudessem escolher entre um contentor e outro, certamente escolheriam o contentor mais moderno, o bilateral, não optando pelo contentor de plástico, pelas razões que mais à frente iria explicar, mas que eram visíveis a todos. Sabia que e esperava que não viessem com a graça de dizer que mais valia de plástico do que nada, que não fazia sentido esse tipo de argumentação, porque não era válida. Passou, então, a ler o **Voto de Repúdio**, que foi apresentado numa Assembleia de Freguesia extraordinária, realizada no início do mês e que foi aprovado por maioria com os votos do PS, da CDU e com a abstenção da Coligação “Juntos por Real, Dume e Semelhe”, do seguinte teor: A Junta da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe submete à votação desta Assembleia um VOTO DE REPÚDIO pelo tratamento desigual que a Empresa Municipal Agere demonstrou ter para com os habitantes desta União das Freguesias, quando levou a cabo a colocação de contentores de lixo*

doméstico, no território desta União. É do nosso entendimento que a atuação da empresa municipal AGERE configura, quanto à qualidade e ao tipo de contentores de lixo doméstico colocados nesta União de Freguesias, uma clara violação do princípio da igualdade que é devido a toda esta população, consagrado que está no artigo décimo terceiro da Constituição da República Portuguesa. A colocação, por parte da Agere, de contentores de lixo doméstico de melhor qualidade, com mais funcionalidades, isolam melhor os maus cheiros, são mais seguros, com melhor acesso e com melhor sistema de limpeza e higiene como na grande maioria das freguesias urbanas do centro, enquanto que, nas freguesias urbanas da periferia e rurais, foram instalados contentores de lixo doméstico de pior qualidade, com menos funcionalidades, com pior acesso, com menor segurança e com um pior sistema de limpeza e higiene. É uma atuação que revela, inequivocamente, uma diferença de tratamento e que demonstra ser desrazoável, pouco sensata e injusta. O Princípio da Igualdade, que todos devemos respeitar, visa impedir a discricionariedade que resulta em distinções discriminatórias que originam desigualdades de tratamento não fundamentadas ou sem qualquer fundamentação razoável, como entendemos resultar desta decisão da Agere. A União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe foi contemplada, em cerca de oitenta por cento da sua área, com a colocação de contentores de lixo doméstico de pior qualidade (em Real, cerca de cinquenta por cento com contentores bilaterais; em Dume e Semelhe ocorreu uma colocação exclusiva de contentores de lixo doméstico de pior qualidade). Assim, fundamentamos o nosso repúdio a esta decisão da Agere em três pontos que consideramos ser bastantes para alegar esta violação do princípio da igualdade que, enquanto habitantes e representantes eleitos desta União, queremos ver repostos. Um - A grande maioria de contentores de lixo doméstico colocados no

território desta União de Freguesias em comparação com os contentores colocados nas freguesias urbanas do centro revela ter um pior acesso para depositar os sacos de lixo. Os utilizadores destes contentores terão de elevar os sacos a uma altura superior, por isso uma tarefa mais penosa, sobretudo para a população idosa, e, simultaneamente, têm de levantar a tampa; ou, então, têm de pousar os sacos para fazer o levantamento da tampa. É, claramente, mais difícil colocar o lixo nos contentores de plástico. A mesma tarefa, nos contentores bilaterais de nova geração, é claramente mais simples e cómoda. Dois - A tampa que, após ser aberta, permite a introdução do lixo no referido contentor, nos contentores colocados na nossa União fica no topo e tem de ser manuseada com as mãos. Além de pior acesso, revela menor maneabilidade e, principalmente, revela-se muito menos higiénico. Nos contentores colocados nas freguesias urbanas do centro, a tampa está colocada lateralmente, logo de melhor acesso e pode ser acionada com os pés, tornando-se muito mais fácil de utilizar, desde logo, por pessoas de baixa estatura e com mobilidade ou força reduzidas e, sobretudo, é muito mais higiénico, pois o utente não necessita de colocar as mãos em qualquer lugar. Três - Por último, consideramos que, em termos de segurança, os contentores são, também, incomparáveis. Os contentores de plástico com rodas são inseguros e podem pôr em causa a segurança de bens e pessoas. Em toda a União das Freguesias, temos exemplos de contentores colocados em zonas bastante inclinadas. Basta alguém destravar um contentor de noite e poderá ocorrer um acidente gravíssimo. Entendemos que este tratamento é indigno tanto mais que a população desta União contribui de igual forma, pagando as mesmas taxas que todos os outros. Não pedimos vantagens, reclamamos igualdade de tratamento. Consideramos que a igualdade é um principio estruturante do estado de direito democrático e republicano e, por isso,

*exigimos que a Agere coloque em todo o território desta União de Freguesias os contentores de lixo doméstico de melhor qualidade, com mais funcionalidade, mais seguros, com melhor acesso e com melhor sistema de limpeza e de higiene, iguais aos que colocou nas freguesias urbanas do centro. De realçar que lhes foi dito, mais do que uma vez, que a empresa que lhes forneceu os contentores bilaterais não tinha contentores de mil e cem litros para fornecer. Foram à procura da empresa fornecedora desses contentores, tinha contentores dessa capacidade, que podiam ser fornecidos. Só havia uma grande diferença, era que enquanto um contentor de plástico custava cerca de cento e cinquenta euros, um contentor bilateral andava à volta dos dois mil euros. Essa era a grande diferença. A Assembleia Municipal, reunida a vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, aprova este voto de repúdio e recomenda à Agere a substituição deste tipo de contentores em todas as freguesias em que foram instalados”. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, inicialmente, fazer uma declaração de interesse, que não tinha nem dos pequeninos, nem dos grandes, nem de plástico, nem dos metalizados. Em qualquer dos casos, julgava que aquele era o momento adequado, para se produzir alguma reflexão sobre aquela revolução da recolhe dos resíduos sólidos urbanos, que estava a acontecer em Braga e que a todos devia orgulhar. Há bem pouco tempo, a realidade existente eram sacos e alguns contentores, poucos. Os sacos de lixo andavam pelo chão, com todos os problemas associados, resgados por cães e gatos, apenas com um período de tempo limitado para colocação dos lixos e com problemas de saúde pública, problemas ambientais de todos conhecidos. A Agere estudou tecnicamente o problema, como era sua obrigação, as tendências, ao nível da Europa e as melhores soluções que tinham sido defendidas, para o setor. E aquilo que se*

verificou foi que o lixo reciclável, tendencialmente seco, continuava nas grandes cidades a ser recolhido em estruturas enterradas ou à superfície. Relativamente aos resíduos indiferenciados, estavam a ser recolhidos em contentores de superfície de que eram bons exemplos ao nível das melhores práticas os casos de Barcelona, Zurique e de Milão. O nosso novo sistema, que estava implementado, que era conhecido de todos, era um sistema que consagrava uma recolha robotizada, que aumentava a eficiência e que reduzia a sinistralidade, porque na prática, num minuto e pouco, um único homem, o condutor, conseguia processar toda a operação. Mas não se pensasse, que uma situação daquela natureza gerasse desemprego, porque era a introdução daquela medida, que serviu, também, para que os recursos humanos, que eram disponibilizados, foram mobilizados para outros setores e um dos setores mais carenciados acabou, assim, por receber reforços, que era o caso da varredura, que tão carenciado estava de mais gente para nela colaborar. “Se quiser, depois, quiser falar, vem cá e peço-lhe o favor de não interromper, para não estar a prejudicar os seus colegas, porque, infelizmente, o meu amigo é reincidente e tem o hábito de resmungar muito, mas falar pouco, ali e, apesar da idade, ainda vai a tempo de aprender. As regras da democracia. Lembre-se do vinte e cinco de Abril que também recomenda boas práticas”. Havia, ainda, cerca de setenta e cinco estruturas enterradas, que persistiam para casos especiais, que era o caso de praças, onde ainda fazia sentido que esse tipo de estrutura fosse mantido. E, naturalmente, que a Agere confrontada com a necessidade de gerir essa situação e, obviamente, também, com os recursos financeiros identificados e quantificados, porque, de facto, o ideal era que pudesse ser feito de outra forma, mas havia recursos limitados para gerir essa situação. E aquilo que se optou foi, de facto, por assumir a opção, alinhado pelas melhores práticas da Europa, da

contentorização, através da aquisição de contentores metálicos de três mil litros e de três mil setecentos e cinquenta litros. E, relativamente às quantidades mais reduzidas, ao volume mais reduzido, optou, porque, de facto, a diferença de custos era brutal, pela estrutura de polipropileno, para mil e cem litros. Sublinhou a diferença, os metálicos de três mil litros ou três mil setecentos e cinquenta litros e depois, os de polipropileno e mil e cem litros. Naturalmente que havia regras para a colocação daquele tipo de estruturas. E uma das regras era o limite da acessibilidade dos cem metros e havia necessidade de construir critérios e essa distância tinha que ser combinada com o volume de produção de resíduos, para ajustar justificar os recursos de recolha, porque onde havia maior densidade populacional, tinha que haver estruturas maiores e para haver uma idêntica regularidade de recolha. Porque continuar a haver a mesma regularidade de recolha em locais onde se produzia menos lixo, naturalmente que tinha que haver estruturas adequadas à dimensão dessa mesma população, para assegurar a frequência de recolha, que todos desejavam que fosse a nossa, que era boa, que era das melhores do país e que era, inclusive, uma referência em que tanto naquele aspeto, como nas periodicidades de lavagem estava muito acima daquilo que eram os standards, que a ERSAR, a entidade de supervisão, recomendava. O que significava que já éramos um bom caso na solução anterior, hoje, éramos dos melhores do país e ao nível do melhor que havia, em termos de soluções, para o setor. Importava, para perceber aquilo, que a produção média de resíduos do concelho de Braga era de, aproximadamente, zero vírgula nove quilogramas por habitante/dia, o que correspondia cerca de dez litros de volume, em termos de lixo produzido. Esse estudo teve que ser feito, os técnicos tiveram que produzir esse trabalho, precisamente, porque havia necessidade de gerir aquela realidade, com os recursos que foram afetados àquele programa.

Relembrava que, conjugada com a necessidade de respeitar a acessibilidade dos cem metros, fez-se um mapa de distribuição dos contentores, ajustando às subsecções de freguesia, em função da densidade populacional. Foi um trabalho efetuado pelos técnicos da Agere, porque havia uma freguesia, por exemplo, do casco suburbano, em que havia zonas de baixa densidade populacional, que era uma realidade, mas podia haver um bairro ou zonas, ou regiões, mais densas em termos populacionais, e, obviamente, aí, a realidade a gerir ou a aplicar era outra. Era importante perceber que esse ajuste levou à elaboração de um mapa de distribuição dos contentores, ajustando às subsecções de freguesia, em função da já referida densidade populacional. Se assim não fosse, obrigaria a menos dias de recolha com óbvia degradação da qualidade do serviço prestado. E a ideia que era importante sublinhar, era que à exceção da dimensão, o serviço prestado era igual para todos e era importante que se percebesse isso. Havia, ainda, dois aspetos que tinham que ser tidos em conta e tinha que se perceber, que era a necessidade de otimização das rotas e a continuidade de rede. Não fazia sentido que numa mesma rua houvesse um sistema até metade da rua e depois fosse outro. Isso, também, obrigava a ajustamentos. E havia ruas que pelas suas dimensões ou características, não permitiam a recolha dos contentores maiores, por causa do sistema de recolha, que obrigava o uso da grua robotizada, como já deviam ter percebido, era uma estrutura de grandes dimensões. O caso de Dom Pedro quinto, era um exemplo e ruas estreitas, espaços de difícil acessibilidade, que determinavam que houvesse esses ajustes, que os técnicos sugeriram e implementaram. Era importante que se dissesse eu o projeto era todo igual. A recolha, a lavagem e a higienização. Os contentores só divergiam na capacidade. O estudo, aquele trabalho da Agere, tinha sido dinâmico e de diálogo permanente. Julgava ser significativo que o responsável da

Agere tivesse manifestado disponibilidade e tivesse dado a cara na Assembleia de Freguesia de Real, Dume e Semelhe, que se realizou em Dume, onde aquela matéria foi suscitada. Houve, de facto, a possibilidade de estar presente, de esclarecer e de ajudar a ultrapassar as situações existentes. Era importante que se percebesse que aquela operação, independentemente das dificuldades, que sempre havia naqueles processos, dos ajustes que era preciso fazer, das arestas que era preciso limar, era, hoje, inequívoco que aquele processo estar a ser um grande sucesso. Diria mais, estavam perante um avanço civilizacional para a saúde e para o ambiente e que, de facto, era com grande orgulho que assumiam e reconhecido por toda a comunidade, pelos especialistas e pelas entidades de supervisão, estarem, repetia, ao nível do que melhor se fazia na Europa, naquela matéria. Naturalmente, Roma e Pavia não se fizeram num dia, de facto o ideal era que houvesse dinheiro para pôr o melhor em todo o lado. Havia critérios que foram definidos e que foram assumidos e estavam a ser implementados. A Agere tinha demonstrado, na sua ação, que tinha introduzido boas práticas em todas as frentes e em todos os setores, naturalmente que tinha presente essas especificidades e tinha o compromisso de introduzir cada vez mais melhorias. “Meus caros amigos, em mais de trinta anos, andávamos com o saquinho do lixo esfarrapado por gatos e cães. Os Senhores tinham a obrigação de reconhecer a revolução que se está a fazer neste setor, na nossa cidade. É inequivocamente positivo o caminho que estamos a trilhar. Tentar manchar esta reforma com casos pontuais, é claramente querer politizar um avanço da nossa comunidade. E para esse peditório não damos. Com essa prática não pactuamos, ainda que reconheça que há algum mérito nalguns pontos de vista do Senhor Presidente de Junta, que aqui veio trazer. Mas deixar contaminar um facto tão positivo, uma mudança tão grande, um aspeto tecnicamente tão bem elaborado e reconhecido,

*é algo que nós não vamos permitir, razão pela qual, naturalmente, iremos votar contra este documento”. Voltou a intervir o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para, dirigindo-se ao Deputado que o antecedeu, dizer que não esteve atento à ressalva que fez no início da sua intervenção. Não estava contra a contentorização. O texto que ali foi lido, foi o texto que o Sr. Administrador leu, a base do documento era a mesma e, curiosamente era, também, parte do texto, chapa cinco, que a Agere enviou para quem reclamava dos contentores. O interveniente apresentou alguns diapositivos relativos aos contentores instalados nas freguesias de que era Presidente, tendo salientado, que não eram só diferentes no tamanho, mas nas funcionalidades e no serviço prestado ao cidadão. Na Páscoa os contentores estavam completamente cheios de lixo. Os exemplos demonstrados não eram só das suas freguesias, mas de outras. Relativamente à segurança, disse, em zonas de muita inclinação, se alguém se lembrasse de os destravar isso acarretaria imenso perigo. Outra falácia tinha a ver com o tamanho dos contentores, porque havia ainda mais pequenos, existindo de dois mil litros e desde de dois mil e cem. Outra questão a observar, foi que as Juntas de Freguesia, naquele projeto, não foram ouvidas, só tendo, depois, sido convidadas, para se pronunciar após a decisão. Disse, ainda, que o lixo tinha aumentado. Em Semelhe, numa rua com duas habitações, o contentor estava cheio e não era do lixo dos moradores. Era de quem andava a fazer biscates no final de semana, de pequenas obras. Foi e estava a ser uma facada na reciclagem. Toda a gente punha tudo nos contentores. A densidade populacional, tinha casos em Real, de ruas com a mesma densidade populacional, mas com contentores diferentes. Disseram que era das rotas, da grua e dos fios, mas no Barral não havia fios. Na Cotorela, que era mais baixa, tinha contentores novos.*

*Sabia que era a rota, mas o freguês não tinha culpa. Inicialmente, e tinha-o o dito ao Sr. Dr. Rui Morais, era totalmente contra os contentores, porque a experiência há vinte anos foi negativa e foram retirados e, nessa altura, o lixo foi apanhado porta a porta, e a Agere aumentou a tarifa do lixo e começaram a pagar mais, por passarem lá todos os dias. Os contentores não iriam ser lavados quinzenalmente. Estavam contra o tipo de contentores e na discriminação existente nessa distribuição. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou da palavra para dizer que compreendia a posição do Sr. Presidente da União de Freguesias. A ERSAR recomendou que a lavagem fosse feita no mínimo de dois em dois meses. O standard assumido para Braga era de quinze dias e achava que era importante que assim fosse, porque era uma forma de minorar impactos e, sobretudo, de preparar o verão, porque se agora podia não fazer diferença, no verão, sobretudo nas estruturas metálicas, a coisa iria ser muito mais complicada, porque aquilo poderia funcionar quase como uma espécie de pequeno micro-ondas e, por isso, essa questão da limpeza era fundamental para que tudo corresse bem. Achava que tudo estava a correr bem com a exceção que foi colocada, mas para obter a adesão das pessoas era preciso perceber que aquilo era feito nas melhores circunstâncias possíveis. Percebia a sua preocupação e julgava que todos estariam de acordo que se houvesse mais recursos, poderiam ter feito aquilo de outra forma. O problema era que os contentores de menor dimensão, em polipropileno, custaram no todo, seiscentos mil euros. Esses mesmos contentores, significava sete milhões de euros. E, então, a partir do momento em que houve uma adequação, foi caracterizar-se que esse critério de distribuição fosse feito de acordo com os três critérios apresentados. Densidade populacional, rotas e especificidades dos percursos. Naturalmente que eram opções. No meu entender gostaria de poder*

oferecer isso a todos os cidadãos e a todo o concelho. E julgava que a Agere, progressivamente, iria acabar por criar essa situação, porque era para isso que iria evoluir. Não tinha dúvidas em relação a isso. Agora, no atual cenário e tendo de definir critérios de priorização, definiu aqueles critérios e julgava que tinham que compreender isso, embora percebesse que numa fase transitória, houvesse, naturalmente, uma posição de algum desagrado de quem os tinha de uma determinada maneira e não tinha de outra. O caminho fazia-se caminhando. Roma e Pavia não se fez num dia. A sua preocupação ficou clara e bem expressa. A Câmara estava, ali, a ouvir e estava em condições, também, de transmitir aos responsáveis, que havia aquele sentimento, ao qual importava dar resposta. O seu entendimento era que um processo daquela natureza não podia ficar maculado ou ferido, por um aspeto daquela natureza, que devia ser resolvido ao longo do processo. A revolução do que estava a ser feito era muito grande. O trabalho era extremamente positivo. Iriam continuar a fazê-lo, porque estava certo que chegariam a bom porto e o seu contributo seria considerado nos próximos passos que iriam dar sobre essa matéria. Posto à votação foi o referido voto de repúdio **rejeitado com trinta votos contra, com onze abstenções e com vinte e quatro votos a favor**. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, numa **Declaração de Voto**, salientar que o BE gostaria de deixar bem clara a sua solidariedade para com as preocupações do Sr. Presidente da Junta. Percebiam que naquele processo havia alguma informação e algum debate que não foi levado a cabo, que permitisse esclarecer algumas das questões, que o Sr. Presidente de Junta tão legitimamente ali levou. Parecia-lhe que aquilo enfermava de uma certa forma de atuação, que era um bocadinho avessa ao diálogo e à confrontação de opiniões diferentes de maneira a que se pudesse encontrar um consenso e, pelo menos, as razões pelas

quais aquele tratamento diferenciado acontecia, fossem mais explicadas e mais claras para toda a gente. Optaram por se abster, porque acharam que, de facto, a questão do lixo nas ruas na cidade de Braga, ao longo de trinta anos, era uma preocupação sua e aquela era uma tentativa de resolver o problema. Mas chegar, ali, com um voto de repúdio, era sinal de que havia todo um caminho de diálogo que podia ter acontecido e que, se calhar não aconteceu e chegaram àquela situação. O **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, apresentou outra **Declaração de Voto**, que referia que votou a favor, ficando, todavia, surpreendido com alguns colegas autarcas, sobretudo freguesias das quais recebeu muitas reclamações e para informar, também, que estavam seriamente a pensar em entrar com uma ação popular em tribunal contra aquele tipo de discriminação. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** leu um **Voto de Pesar** pelas vítimas do Ciclone IDAI em Moçambique, apresentado pelo **B.E.**, salientando que: “No passado dia quinze de março a região central de Moçambique foi atingida pelo Ciclone Idai. Chuvas e ventos fortes foram responsáveis pela subida dos rios, derrocadas e deslizamentos de terras que provocaram a destruição de comunidades inteiras desta região. Esta tempestade violenta é já considerada um dos efeitos das alterações climáticas. São milhares os mortos, feridos e desaparecidos, é imensa a destruição que resulta deste ciclone, são incontáveis os prejuízos económicos. O auxílio a todas as pessoas atingidas por esta calamidade ainda decorre e demorará muito tempo até que as suas vidas possam voltar a ser o que eram. A cooperação dos países lusófonos é, nestes momentos, o laço mais forte na união dos povos que tanto cruzam a sua história, cultura e relações sociais e económicas. Saudamos a intervenção das autoridades portuguesas na prestação de apoio nas operações de resgate e saudamos a

*solidariedade do povo português na recolha de bens de necessidade imediata para as vítimas. Assim, a Assembleia Municipal Braga, reunida em sessão plenária, a vinte e quatro de abril, delibera: Manifestar a sua solidariedade e o seu sentido pesar ao povo moçambicano, convidando o executivo municipal a cooperar com os municípios de Moçambique, no sentido de prestar toda a colaboração possível e necessária para responder às consequências da tragédia e ajudar na formação de técnicos municipais que possam contribuir no futuro para minimizar os danos de calamidades desta natureza. Este voto de pesar deve ser enviado à Embaixada de Moçambique.” Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. De seguida a **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** leu um **Voto de Louvor**, apresentado pelo **P.S.**, referindo que: “Um dos mais belos frutos da Revolução de Abril foi a incrementação das artes, para além da educação e da saúde. Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Braga não pode deixar passar em claro o feito conquistado pela adolescente bracarense Carolina Costa que regressou de Nova Iorque com a medalha de prata nas finais do prestigiado Youth America Grand Prix (YAGP), na categoria de Ensemble, com a coreografia "Rythm of the Mountains", de Fatima Mekulova. A jovem bailarina regressou aos Estados Unidos, depois de, no início do ano, ali ter conquistado três medalhas de ouro, nas três provas em que participou, no concurso Ballet Beyond Borders, no estado de Montana. Na cidade que nunca dorme, Carolina ficou ainda entre os seis primeiros, em Pas de Deux Clássico, com Francisco Gomes, e entre os doze melhores, também, em Ensemble. O feito de Carolina merece ser saudado pelos bracarenses tendo em conta que o YAGP - Youth America Grand Prix – comemora, este ano, o seu vigésimo aniversário e, ao longo das duas últimas décadas, juntou mais de cem mil bailarinos, com idades entre os nove e os dezanove anos, e atribuiu mais de quatro milhões de dólares*

(três vírgula cinquenta e seis milhões de euros) em bolsas para as maiores escolas de dança do mundo. À Carolina, juntamos, também, o grande sucesso de João Pedro Freitas também de Braga, um dos destaques na Youth America Grand Prix. O aluno da Ent'Artes subiu ao topo da categoria júnior, estando entre os seis melhores do mundo. Recorde-se, ainda, que em dois mil e dezassete, o João Pedro se consagrou como um dos vencedores da final do YAGP. Para além de estar, hoje, entre os seis melhores do mundo, João Pedro ganhou uma bolsa completa de estudos na Escola Suíça Balletschule Theater, e bolsas de verão na European Ballet School of Amsterdam e na Orlando Ballet Company and School. Como Bracarenses, os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Braga sentem-se muito felizes pelos êxitos da Carolina e o João Pedro, razão pela qual apresentam este voto de louvor”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação**, que dizia: “Encontra-se agendada, para o próximo dia trinta de abril, a venda em Hasta Pública da Fábrica Confiança, notável e último exemplar da arquitetura industrial bracarense do princípio do século vinte. Sustentado na decisão do Tribunal Administrativo de Braga de vinte e sete de março, decidiu o executivo camarário avançar para o processo de alienação do imóvel apenas um mês depois da decisão judicial, decisão esta que, ao que julgamos saber, se encontra em recurso no Tribunal Central Administrativo Norte. O sábio povo costuma usar uma pitoresca expressão para classificar esta urgência: “ainda o morto não morreu, já estão a discutir as partilhas”. De facto, encontrando-se ainda um processo em tribunal, mesmo que seja de recurso, aconselha a prudência que se espere por uma decisão final das instâncias jurídicas superiores, sob pena de anulação do

processo de alienação de venda do imóvel com todas as consequências que daí possam advir, nomeadamente devoluções e indemnizações a quem eventualmente adquirir o imóvel a trinta de abril. Não interessa neste momento dirimir a importância do edifício industrial, já devidamente fundamentada pela CDU, pelas outras forças políticas da oposição, pelos cidadãos que se manifestaram nas últimas Assembleias Municipais e pelos pareceres dos mais afamados especialistas em património e património industrial. Interessa, porém, ter em conta que, para além de estarem a decorrer processos judiciais contra esta venda, a verdade é que também ainda decorre o processo de classificação da antiga Fábrica Confiança, classificação esta que poderá muito bem não secundar a opinião deste executivo de classificar apenas três fachadas do imóvel, mas antes proceder à classificação da Fábrica na sua integridade. Relembro o parecer de oito de junho de dois mil e quatro do IPPAR (atual DRCN) que refere e cito: a “Saboaria e Perfumaria Confiança deveria ser preservada e classificada através de instrumento legal... no entanto face a intenção dos proprietários ... que contemplam a demolição...e que mantêm somente as fachadas do edifício... a autenticidade e edificado é destruída...”. Ora não é crível que a DRCN altere substancialmente o seu parecer de dois mil e quatro propondo mesmo a classificação do imóvel na sua integridade, facto que, muito provavelmente, impedirá o eventual novo proprietário do imóvel a trinta de abril de o transformar de acordo com o Caderno de Encargos definido por este executivo, podendo, eventualmente, serem exigidas, pelo novo proprietário, indemnizações por não cumprimento do Caderno de Encargos. Ademais, a incerteza que hoje ainda subsiste no que respeita ao que jaz sob o edifício Confiança, nomeadamente vestígios arqueológicos muito provavelmente aí presentes, poderão obrigar à aplicação do número dois do artigo setuagésimo nono,

*Decreto-Lei cento e setenta barra noventa e nove (Leis de Bases do Património Cultural) onde se afirma que “os serviços da administração do património cultural condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, junto das autoridades competentes, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos”. Ora neste caso, a confirmarem-se estes vestígios, poderão ser novamente exigidas pelo novo proprietário indenizações por não cumprimento do Caderno de Encargos. Ora em caso de efetiva alienação da Fábrica Confiança em Hasta Pública, e sendo espectável que um qualquer projeto para o local mereça parecer desfavorável da DRCN, conforme acima comprovámos, está o executivo camarário a criar falsas expectativas juntos dos putativos investidores, que seguramente acionarão os meios legais ao seu dispor para reversão do processo de hasta pública, com todos os prejuízos financeiros a caírem novamente sobre os cidadãos bracarenses. Aconselha, pois, a prudência na gestão dos dinheiros públicos, que se reconsidere a realização desta Hasta Pública, considerando a existência de uma acção popular e uma providência cautelar ainda em curso nas instâncias judiciais; Considerando a existência de um processo de classificação do imóvel na DGPC; E considerando a incerteza dos contextos arqueológicos que jazem no subsolo da área afeta ao imóvel; A Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, recomenda à Câmara Municipal: A suspensão imediata da Hasta Pública para alienação da Fábrica Confiança”. Posta à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que já discutiram aquela matéria, bastamente, naquela Assembleia. Era conhecida a posição que a Câmara tomou sobre a matéria. Era conhecida a posição que a Assembleia*

tomou, relativamente às várias questões, às várias propostas, às várias discussões que tiveram sobre essa matéria. O Tribunal já se pronunciou. Não havia impedimentos jurídicos, nem de outro tipo, a que a hasta se pudesse processar. Era natural, normalmente, que tudo isso se processasse de acordo com as opções assumidas, justificadas, politicamente justificadas, tecnicamente suportadas e que foram validadas pelos órgãos, que tinham que validar. Ouviram com atenção a proposta de recomendação da CDU, mas, naturalmente, não era aquele o momento para recolocarem outra vez a discussão e, naturalmente, iriam votar contra a recomendação. A palavra foi novamente dada ao **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para informar que a sua recomendação ia, apenas, no sentido de não querer criar, como o Executivo Camarário se tinha vindo a queixar, de um conjunto de esqueletos. Na CDU, também, não queriam que esses esqueletos subsistissem naquele processo da Confiança. Efetivamente, por aquilo que disseram na sua recomendação, ninguém sabia o que iria acontecer no dia trinta. Mas, a verdade era que aquele imóvel, sendo adquirido e subsistindo todas aquelas situações, nomeadamente, os processos que estavam a decorrer, a incerteza da adequação do caderno de encargos, que não era assim tão espartano e que, no futuro, se calhar, iriam todos ter essa consciência, quando todos os Bracarenses fossem chamados a pagar as indemnizações ao proprietário. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e seis votos contra, com três abstenções e com dezanove votos a favor**. O **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, tomou o uso da palavra, para apresentar outra **Recomendação** do seguinte teor: “Os dois mil quinhentos e cinquenta Jardins botânicos existentes no Mundo, têm um papel relevante na conservação da biodiversidade das espécies vegetais! Em Portugal possuímos uma dezena de

Cidades com Jardins botânicos que permitem aos seus visitantes a visualização de espécies de plantas originárias de outros Países, muitas delas "ameaçadas" e raras! A nossa Cidade, nunca teve um jardim botânico e tal facto dever-se-á, muito provavelmente, à proximidade da Serra do Gerês e à existência do Eixo Bom Jesus, Sameiro, Falperra! Mas imaginemos que começávamos a desenvolver em Braga, um Jardim botânico diferente dos demais existentes em Portugal! Imaginemos que esse Jardim botânico permitiria aos visitantes a visualização "in situ", e num espaço de três a quatro hectares, das mil e cem espécies da Flora existente no único Parque Nacional do nosso País! Com a existência desse Jardim botânico, evitar-se-iam invasões dos ecossistemas, que se encontram no seu estado natural, com praticamente nenhuma influência Humana reduzindo assim, um problema de integridade das espécies existentes no Parque Nacional da Peneda Gerês! O desenvolvimento de um jardim botânico desta natureza, que demoraria várias décadas até à sua consolidação, implicaria uma cooperação com os técnicos do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, do Parque Nacional da Peneda Gerês e do próprio Município de Braga! Para a sustentabilidade do próprio Jardim Botânico, poderia existir uma "adoção" de espécies por parte de Mecenas, garantindo alguma publicidade na sinalética de informação da espécie adotada! Braga tem vários espaços possíveis de implementar um Jardim botânico desta natureza! Poderíamos enunciar o futuro Eco parque das Sete Fontes, a Mata do Bom Jesus, da Falperra ou do Picoto, mas, considera o PPM, que numa primeira fase não se deve condicionar o Executivo a um local específico, mas sim à reflexão da viabilidade de um Jardim que possua características propícias para a implementação das plantas e árvores existentes no Parque Nacional! O desenvolvimento deste Jardim botânico apenas teria interesse se houvesse uma vontade de todas as forças políticas já que a sua

*implementação total demoraria sempre uns cinquenta anos! Assim sendo, esta Assembleia Municipal, reunida dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, vem por este meio recomendar ao executivo, que analise a viabilidade da criação de um jardim botânico, que inclua as espécies autóctones do Parque Nacional da Peneda Gerês!”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com três abstenções**. Da bancada da **C.D.U.**, o **Sr. Deputado PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, proferiu, em **Declaração de Voto**, que alguns dos Deputados da CDU abstiveram-se, não porque fossem contra a instalação de jardins botânicos, mas, neste caso, o texto indiciava quase ter uma representação de todas e quaisquer espécies de forma exaustiva existentes naquele que era o único parque nacional do país. O Gerês era um património que, também, era desta cidade e algumas daquelas espécies existiam, inclusive, muitos poucos exemplares. Algumas delas existiam cinco ou seis pés. O que significava que as trasladar para um ambiente de cidade, poria em causa a sua viabilidade e a sua própria continuidade. Lembrava-se de uma espécie, o “populus tremula”, cujo exemplar do país, existia mesmo no Gerês, não havia outro. E a conservação, normalmente, fazia-se “in situ”. Braga devia lutar muito pela conservação e pelo maior investimento no Parque Nacional da Peneda Gerês, ainda que um jardim botânico tivesse, do ponto de vista pedagógico, algum interesse, mas seria, sempre, complementar àquela que devia ser a política de conservação no próprio local. Retomou do uso da palavra o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para, noutra **Declaração de Voto**, dizer que quando falavam em mil e cem espécies, isso seria o ideal, como era óbvio, mas não queria dizer que lá estivessem as mil e cem espécies, mas o maior número possível daquilo que se conseguisse colocar. No entanto, “o sonho comanda a vida”. Foi, depois, presente uma **Declaração***

Política, pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO, do seguinte teor: “O Grupo Municipal do Partido CDS-PP, ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, procede à declaração política atinente à atual gestão do Mosteiro de São Martinho de Tibães. É com perplexidade e alguma indignação à mistura que o Grupo Municipal do CDS-PP vê o Mosteiro de São Martinho de Tibães ser gerido à distância. O referido Mosteiro, a aguardar ainda reclassificação para “Monumento Nacional”, está, desde o início do presente ano, sob o novo modelo de gestão da Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN). Trata-se de um dos equipamentos mais emblemáticos no que ao património local diz respeito e que agora se vê entregue, na nossa ótica, a um centralismo desmedido. Quando uma das palavras na ordem do dia é “descentralização”, aprez-nos colocar a seguinte interrogação: onde está a descentralização tão proclamada pelo atual governo? Na preservação e valorização do património local, garantidamente, não está. O novo modelo de “gestão à distância” implica que o presente equipamento seja coordenado a partir do Porto, dispensando, assim, uma direção ou coordenação local. É hilariante que se faça uso de uma retórica voltada para a descentralização quando, no caso do Mosteiro de Tibães, se assiste a um centralismo incomensurável. Não existe, na região, ninguém capaz para coordenar esta “peça” patrimonial? Esta situação sugere-se, no mínimo, bizarra. Recordamos que a partir de dois mil e nove o Mosteiro passou a ser dirigido por um coordenador local, sendo que nos últimos quatro anos se verificou uma intensa e cimentada atividade no espaço cultural aludido. Fruto das parcerias locais estabelecidas nos últimos anos e do serviço educativo alocado ao espaço, o número de visitantes aumentou consideravelmente. O mesmo aconteceu no que se prende com o aumento de número de turistas. Só no ano de dois mil e dezoito, o

*Mosteiro contabilizou cerca de noventa e cinco mil visitas. Factos são factos e perante estes é incompreensível que a coordenação do espaço tenha sido "tomada" pela D RCN. Não é admissível que o património local se encontre a ser dirigido a partir do Porto. O que é feito do discurso sobre a implementação de uma política nacional concertada e com o intento de proteger e valorizar o património? Dispensamos discursos bucólicos que, na prática, de nada servem. Urge que se pense o território tal como ele é. A resposta governamental a esta e outras situações só evidencia a parca e medíocre preparação da estrutura estatal para a condução, gestão e manutenção do património local. Nesta senda e seguindo a lógica de exclusividade geográfica, os que compõem a administração central, parecem habitar um território composto apenas por dois grandes centros urbanos, lembrando-se que o resto do país apenas existe em época de pura e dura campanha eleitoral. Arrogando uma postura de marginalização territorial, o Governo limita-se a uma espécie de prepotência na forma como olha e entende o país no seu todo. A circunstância a que o Mosteiro de Tibães está exposto prova que o conceito de descentralização se encontra completamente desvirtuado. Grosso modo, declaramos que a descentralização deve ser encarada como uma causa nobre que, na esfera do património local, pode fazer a diferença contribuindo, em larga medida, para a preservação, potenciação e valorização dos monumentos locais. É premente que almejemos uma descentralização que não se resuma a um "sacudir a água do capote", mas que seja implementada com cuidado, ponderação e (muito importante) com sentido de interesse público, aproximando mais as populações locais da administração quotidiana dos seus interesses. Não nos coadunamos com processos politicamente opacos e isentos de verdadeiro controlo democrático, garantido pelo equilíbrio de poderes". Seguiu-se outra **Declaração Política**, apresentada, agora, pelo Sr. Deputado do P.S.D.*

JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, sobre a mesma matéria relacionada com o Mosteiro de Tibães, tendo referido que o Grupo Municipal do PSD ponderou a possibilidade de se apresentar uma moção sobre Tibães. Mas a apresentação do tema, por parte do CDS, naquela tribuna, levava a que fizessem dali um apelo, pedindo a intervenção do Governo e o Partido Socialista, naquela Assembleia podia ter um papel ativo e pediam que tivesse esse papel ativo, relativamente àquela matéria. O seu objetivo e a sua ideia era que a questão de Tibães fosse resolvida a contento dos interesses da comunidade. E achavam que, relativamente àquela matéria, seria preferível que houvesse diligências, no sentido de se alterar o atual estado de coisas, antes de haver uma decisão política sobre essa matéria. Mas, se de facto, o Governo não arrepiasse caminho em relação àquilo que foi o seu procedimento, a sua vontade e a sua determinação era que na próxima Assembleia Municipal, apresentariam à Mesa uma proposta tomada de posição sobre esse assunto. Passava a explicar e a detalhar. O Mosteiro de Tibães esteve na posse de particulares, onde todo o seu património foi, progressivamente, delapidado. Foram vendidas peças, quadros e as únicas entidades que frequentavam o espaço eram galinhas e pouco mais, porque, de facto, ali, valia tudo, nessa altura. Em boa hora o Estado adquiriu aquele espaço. Ao longo de vários anos e de vários Governos de várias cores políticas, foram-se sucedendo investimentos, naquele espaço. Inclusive, na altura, nos seus longínquos vinte e oito anos, em que teve a oportunidade de passar por lá, na altura da Assembleia da República, esteve agendado e orçamentado uma intervenção em que a Inatur se propunha, na altura o Secretário de Estado da Cultura era o Santana Lopes, construir uma pousada em Tibães, uma pousada em Rendufe e uma pousada em Santa Maria de Bouro. E, na altura, por objeções justificadas e pela ambição de valorizar a componente museológica de Tibães,

acabaram por não ter uma pousada em Tibães, mas o compromisso de se ir, sucessivamente, investindo em Tibães, para que tivéssemos, ali, uma unidade museológica de primeira linha. Ao longo destes anos, tinham sido investidos milhões e milhões de euros. Tibães tinha sido palco de imensos eventos. Tinha vindo a ser valorizado sobre todas as frentes. Era, por isso, incompreensível que a partir de um determinado momento, Tibães deixou de ter Diretor de Museu. Deixou de ter a dignidade de ter um Diretor. Então, destacou-se para Tibães uma figura que foi designada pelo coordenador. O primeiro foi o arquiteto Mário Brito, a quem depois sucedeu, mais recentemente, Lurdes Rufino, dos quadros do Ministério da Cultura ou Secretaria de Estado da Cultura. E era inequívoco, independentemente de se gostar do estilo, ou não, que Tibães estava a viver um momento de grande dinamismo. Cem mil visitantes, era brutal. Era o mesmo número de pessoas que foram a todos os espetáculos do Teatro Circo em dois mil e dezoito. Isso era valioso. Era resultado de um trabalho e de uma dedicação que merecia ser reconhecido. Achava que não era justo, que a cidade de Braga, o concelho de Braga, quando tínhamos esse investimento ascensional e num momento saudável de grande atividade e estava, ali, o Sr. Presidente da Junta de Tibães, que julgava poderia reforçar e reconhecer isso que estava a dizer sobre aquela matéria, que, de um momento para o outro, numa altura em se falava de descentralização, de transferir competências para as autarquias, de valorizar os territórios, nem direito a coordenador tínhamos. A coordenação de Tibães passou a ser feita do Porto na Secretaria de Estado da Cultura. E sabiam que a Direção Regional de Cultura do Norte tinha dificuldades em cumprir as suas obrigações legais, não tinha gente para isso, tinha escassez de meios. E então o investimento feito ao longo destes anos, de milhões e milhões, a pujança que Tibães estava a viver, era retribuída e reconhecida com uma solução daquela natureza? E havia

*um discurso de justificação que dizia que o modelo de Tibães, a partir de agora, era feito com protocolos colaborativos. O que era isso? Isso era ridículo e caricato. Agora, o objetivo e a ideia era resolver o problema pela positiva. Achava que o alerta estava, ali, lançado. Não era, ainda, o momento de tomarem uma posição política. Iriam deixar e ficar com a esperança que os responsáveis ouvissem as suas preocupações e resolvessem o problema. Ali, apelava ao Partido Socialista, para que tivesse uma diplomacia ativa no sentido de se encontrar uma solução à medida das suas ambições coletivas, fosse quem fosse, mas que tivesse a dignidade de coordenar, no local, aquela unidade museológica. Se persistissem manter a atual situação, numa próxima lá estariam, para voltar a abordar o tema. Interveio o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para numa outra **Declaração Política** revelar que: “As áreas do Ambiente e Desenvolvimento Rural têm sido cimentadas ao ponto de lhes ser atribuído realce positivo, destacando-se pela preservação e potenciação daquilo a que podemos chamar “triângulo”: agricultura, ambiente e desenvolvimento rural. Nesta linha de raciocínio, o Grupo Municipal do CDS-PP assume com vincado sentido de responsabilidade e tenacidade a defesa de duas áreas que consideramos absolutamente estruturantes para a valorização e desenvolvimento do território. É com alguma perplexidade que nos deparamos com as declarações do Ministro do Ambiente e da Transição Energética (MATE), que defende a redução do efetivo bovino entre vinte a trinta por cento até dois mil e cinquenta. De salientar que a redução do efetivo se estende a outras instâncias da pecuária o que, na nossa perspetiva, terá efeitos acentuados na região do Minho. O CDS-PP sempre se pautou como acérrimo defensor e promotor de políticas concernentes à proteção ambiental. Exemplo disso é o trabalho levado a cabo no concelho de Braga no que aos setores do*

ambiente e desenvolvimento rural diz respeito. Sempre nos pautamos pela sensibilidade à adoção de todo o tipo de medidas em proveito do referido desiderato. Grosso modo, observamos que as medidas mencionadas devem ser pensadas com exatidão e intento de mitigar os efeitos negativos. Por seu turno, não queremos e/ou não podemos correr o risco de que os parâmetros definidos possam vir a ser o "descalabro" do mundo rural. Neste prisma, mostramo-nos surpresos com as declarações proferidas pelo supradito Ministro na medida em que tememos que a intenção subjacente seja a de colher agrados junto de uma esquerda que se move a belo prazer das correntes e modas. De ressaltar que a decifração da problemática não poderá passar pelo simples e desinformado ataque a uma das atividades estruturantes do mundo rural, mas, quiçá, pela salvaguarda destas. Apraz-nos enunciar que o Governo não deveria despender energia em tentar aniquilar o interior do país. Deveria antes reunir esforços para delinear e aplicar medidas que harmonizem as esferas rural e ambiental. Vozes que ecoam contra a vontade da governança que parece nutrir preferência pelo aniquilar da pecuária num país tão vinculado ao setor".

O SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, interveio para pedir um esclarecimento à Câmara e ao Sr. Presidente, relativo a uma publicação no Diário da República, de quinze de março, que tinha a ver com um aviso de uma requisição de uma empresa, que requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de poços de minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre e outros metais, quer ferrosos, quer metálicos, à semelhança do que foi feito, também, noutras zonas, nomeadamente, Melgaço que estava a contestar e a preparar a reclamação. O que gostaria de saber, porque esse pedido abrangia a zona denominada de cruto, que apanhava Real, Dume, Semelhe, Cabreiros, Merelim,

Tibães, Maximinos, Gondizalves, uma grande parte de Braga, se a Câmara Municipal se já se pronunciou, se disse alguma coisa, se apresentou alguma reclamação. Ficaram a saber disso hoje e ficaram preocupados, porque viam o que acontecia pelos concelhos vizinhos. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO DEZ BARRA DOIS MIL E DEZANOVE, DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número dez barra dois mil e dezanove, referente à sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada com uma abstenção**. **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E DEZOITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no Decreto-Lei número cinquenta e quatro - A barra noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de oito de abril do ano em curso, relativa ao Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezoito, da Câmara Municipal de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra a Sr^a. **Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que: “A apresentação do relatório de gestão e contas do município serve, invariavelmente, para fazer um balanço da capacidade de gestão de quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal. Infelizmente, este documento

não concretiza nem nenhuma surpresa agradável, nem nenhum balanço extraordinário. Antes de irmos ao relatório em si, gostaríamos apenas de fazer notar que esta maioria fez questão de explicar, logo na parte introdutória, os seus fracassos. E embora pudesse ser uma estratégia eficaz do ponto de vista da assunção de falhas, na verdade cai na tentação de se tentarem desculpar as insuficiências da gestão desta maioria com factos que lhe são alheios: desde processos em tribunal a providências cautelares interpostas por cidadãos. É este, aliás, um dos fatores enumerados como principal condicionante da gestão autárquica do ano de dois mil e dezoito: providências cautelares. Nomeadamente, e uso a expressão do relatório para ser o mais exata possível, à venda da fábrica Confiança. Embora a maioria PSD/CDS/PPM faça o favor de, entre parêntesis, explicar que este é um “exercício próprio da vida democrática de um Estado de direito”, a verdade é que não se poupou a referi-lo. Parece-nos, no entanto, muito peculiar que esta maioria queira imputar às providências cautelares, nomeadamente (para usar de novo a expressão exata) à da Fábrica Confiança, as condicionantes à execução do ano de dois mil e dezoito quando esta acção foi desencadeada em novembro, penúltimo mês do ano! Mas à frente! Verificamos um aumento da receita em oito vírgula sete milhões de euros e da despesa em seis vírgula quatro milhões de euros, mas uma taxa de execução do PPI que se fica pelos sessenta e três por cento. O peso relativo de cinquenta e um por cento das receitas fiscais, o maior no total das receitas, não nos espanta e continua a merecer da nossa parte a confirmação de que se mantém uma janela confortável que permitiria ao município diminuir a carga fiscal aos seus munícipes. Afinal, o esforço financeiro que os bracarenses fazem e que se traduz numa das principais fontes de receita da Câmara Municipal traduz-se, no ano de dois mil e dezoito, numa diferença substancial entre o aumento da receita e o da despesa, e numa

clarificação das prioridades do investimento do município. Ora vejamos: no que respeita à execução das atividades mais relevantes do município de Braga, verificamos um decréscimo de dois vírgula nove milhões de euros quando comparados com os valores executados no ano anterior. Esta diferença deve-se, no essencial, e segundo o que está apontado neste relatório, à diminuição das transferências de capital para as freguesias. No entanto, se avaliarmos sectorialmente algumas destas principais atividades, chegamos depressa à conclusão que, mesmo quando a execução foi maior, ela se deveu a menos de meia dúzia de investimentos chave. E que não são novos à nossa salutar discussão! Ao analisarmos o total de investimento no sector das funções sociais, que é o que representa a maior fatia de investimento de todas estas atividades, percebemos que o aumento na área da educação, por exemplo, é fruto das requalificações dos centros escolares de São Lázaro, Gualtar, Merelim São Pedro e Esporões. Julgo que já aqui falámos várias vezes desta prioridade máxima do município! No sector da acção social, dos seis vírgula quatro milhões de euros despendidos, cinco vírgula quatro milhões de euros advêm dos contratos programa com as empresas municipais Bragahabit e TUB. Na habitação e serviços coletivos, enquadra-se a requalificação do PEB – que, de resto, sai como grande vencedor de todos os projetos de investimento desta maioria no relatório que hoje votamos. Aliás, o aumento de seis vírgula dois milhões de euros que se verifica neste objectivo sectorial inteiro – recorde, na habitação e serviços coletivos! – consegue ser menor do que o custo da requalificação do PEB, que se situou nos sete vírgula quatro milhões de euros! Como aprendemos com o Dr. Guterres, basta pedir para fazer a conta para chegar à conclusão óbvia de que houve muito desinvestimento nesta área para conseguir estes resultados! Mas é nos serviços culturais e desportivos que a vergonha é maior: não fosse o Eixo

Desportivo da Rodovia com um vírgula quatro milhões de euros investidos e os nove milhões de euros do programa de desenvolvimento desportivo onde se enquadram as atividades da Cidade Europeia do Desporto, a fotografia ficava pior do que má: ficava mesmo por revelar! Já a SGEB leva seis vírgula dois milhões de euros do investimento que esta maioria fez, durante o ano de dois mil e dezoito, em cultura e desporto. É pena que não nos tenham dado ouvidos quando, ao anunciarem a poupança de quase noventa milhões de euros, alertávamos para ser cedo para lançar os foguetes. Pois aqui estamos, em dois mil e dezanove, a aguardar luz verde do Ministério das Finanças para dissolver esta danosa PPP. Perguntamo-nos é se o teatro que montaram quando anunciaram aos sete ventos a brutal poupança que adviria da dissolução da SGEB antes da sua concretização, conta como um dos referidos “primeiros passos” dados para a Capital Europeia da Cultura. É que, de resto, não nos parece que aumentar em apenas três por cento a taxa de variação entre dois mil e dezassete e dois mil e dezoito na cultura consiga constituir sequer um terço do que é conhecido por “baby step”. Reparamos também que há um decréscimo significativo na receita proveniente tanto de impostos indiretos de mercados e feiras (que desce catorze vírgula seis por cento) como por via de taxas de mercados e feiras (que desce onze vírgula sete por cento): não nos espanta. Se, por exemplo, os feirantes que ainda resistem e continuam a fazer a Feira Semanal de Braga continuarem a ser tratados como empresários de terceira, é provável que deixemos de ter um problema com a sua localização: deixa de haver Feira Semanal. Talvez uma análise crítica a esta diminuição de receitas possa chegar a sensibilizar esta maioria para este problema: já que apelar ao bom senso, à palavra dada, à negociação e ao respeito pela dignidade daqueles trabalhadores não serviu. Por outro lado, confirmamos que este relatório se debruça sobre os

bons resultados de todo o investimento feito na área do turismo. No entanto, cabe-nos alertar que, ao contrário da Feira Semanal, cuja realização, crescimento e sucesso dependem diretamente do investimento que esta maioria queira nela fazer, o aumento do turismo em Braga pode a qualquer momento, e sem aviso prévio, deixar de existir, já que ele depende de variadíssimos e flutuantes fatores que não estão, infelizmente – embora nos pareça que esta maioria assim o creia – no controlo da Câmara Municipal. A execução nas rubricas da proteção civil e luta contra incêndios e na da polícia municipal merecem-nos, também, um reparo. Parece-nos estranho que, ainda por cima depois de um ano como o de dois mil e dezassete, o investimento na proteção civil e na luta contra incêndios tenha sido menor que no ano anterior, com uma taxa de variação de menos catorze por cento. Achará esta maioria que a prevenção se faz apenas de boca, sem custos? E na Polícia Municipal? Com uma taxa de variação de menos noventa e sete por cento? Onde guardaram os anos e anos de críticas ao anterior executivo por desmerecer esta polícia, ou por não demonstrar a devida preocupação com a área da proteção civil? Um quartel novo para os bombeiros sapadores dignificou muito o seu trabalho, mas não resolve todos os seus problemas, muito menos esgota todos os esforços a ser feitos na área da proteção civil, na qual a Câmara Municipal tem responsabilidades diretas! Não pode Frei Tomás esquecer o que pregou; porque se as gentes não se puderem fiar sequer no que ele diz, imagine-se no que ele faz! Outro aspeto que não nos deixou de saltar à vista foi a evolução das dívidas a terceiros, nomeadamente no que diz respeito à diferença na tendência observada nas de médio e longo prazo – que tem vindo a diminuir de forma consistente desde dois mil e catorze – e a de curto prazo, que aumentou de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito quase em quinze milhões de euros. Como se justifica? O investimento foi tão grande na

cidade que a Câmara teve que deixar de cumprir as suas responsabilidades para com terceiros? Não sobrou dinheiro para pagar? Este documento acautela que o aumento da dívida a curto prazo do município se deve, no essencial, à decisão judicial que condenou a Câmara a pagar quatro vírgula dois milhões de euros fruto da construção do Estádio Municipal. Mas já aqui o houveramos perguntado: que foi feito de toda a precaução e poupança desde dois mil e treze, que não suportou uma dívida de quatro vírgula dois milhões de euros e ainda agravou o aumento da dívida a curto prazo? Terá sido por este mesmo motivo que também a dívida a terceiros tenha aumentado? Em suma, este documento deixa-nos mais dúvidas do que respostas e mais preocupações do que apaziguamentos. O grosso dos investimentos efetuados por esta maioria prende-se com projetos antigos e que só em dois mil e dezoito foram executados, à exceção do Mercado Municipal, que só entrará na prestação de contas de dois mil e dezanove. Talvez a culpa seja dos jornais onde vieram anunciados tantas vezes estes mesmos projetos, que talvez nos tenham confundido e por isso pareça que andamos a falar dos mesmos investimentos há mais de um par de anos. Ao contrário desta maioria, não nos contentamos em comparar a execução de um relatório de contas como este com o relatório de contas anterior, cuja execução foi muito curta, para nos podermos congratular com o facto de o exercício de dois mil e dezoito ter sido melhor do que em dois mil e dezassete. Preferimos comparar com aquilo que estava orçamentado para dois mil e dezoito e que ficou por executar: menos dez milhões de euros que estavam previstos e que não foram executados. Não nos satisfazemos com pouco, nem muito menos com exercícios pouco sérios que tentam disfarçar as enormes deficiências da gestão autárquica da maioria PSD/CDS/PPM na Câmara de Braga. Votaremos contra este relatório". Interveio, de seguida, a **Sr.^a Deputada do B.E., MARIA**

ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA, para, a este propósito, referir: “Uma das conquistas da Revolução de Abril, é a constituição do Poder Local, estando ainda por criar o Poder Regional. Está também consagrada na Constituição da República Portuguesa o direito de oposição, que consiste na possibilidade de acompanhar, fiscalizar, clarificar e até de ser auscultado e poder vir a contribuir para as propostas dos orçamentos e planos de atividade. No entanto, nem sempre os titulares das forças políticas minoritárias são informados num tempo útil que permita esse exame detalhado de algo tão denso e complexo como o é o Relatório de Gestão e Contas agora em apreço, o que dificulta esse trabalho de acompanhamento, tão caro ao exercício democrático, neste caso, do Poder Local. O grupo municipal do Bloco de Esquerda, considera, tal como o revisor de contas refere, que apesar de o Relatório não conter incorreções imateriais, há uma transição legal quanto às tipologias e natureza dos proveitos, que torna ainda mais imbricada a sua análise e interpretação. Não obstante, no que à taxa de execução, diz respeito, os oitenta e um por cento, sendo superiores à taxa de execução de dois mil e dezassete, que ficou pouco aquém dos sessenta por cento, dista ainda do desejável, que seria ultrapassar a barreira do noventa por cento. Este dado está relacionado com, pelo menos outros dois, que se traduzem na diminuição, por exemplo do investimento em educação e no ambiente. Em concreto, no que à Escola Frei Caetano Brandão diz respeito, tarda o município em assumir o investimento necessário nas mais do que urgentes obras de reabilitação, numa escola que há muito tem vindo a demonstrar a sua capacidade de integrar todas as vertentes educativas e ser uma escola inclusiva em todas as dimensões. Noutros municípios, situações urgentes como esta foram resolvidas com financiamento do município e com recurso a fundos europeus. Outro exemplo flagrante de falta de vontade política é a situação da ETAR de Frossos,

cujo limite há muito foi ultrapassado e o compasso de espera pelo quadro comunitário vinte vinte significa uma década, no total, em que as águas residuais são lançadas para o Rio Cávado praticamente sem tratamento. Ora, isto em termos de ação na Comunidade Intermunicipal do Cávado, representa falta de solidariedade para com os concelhos situados a jusante de Braga e uma incapacidade de gerar as sinergias necessárias para resolver este problema ambiental e inter concelhio. Por outro lado, o investimento de vários milhões em caixotes do lixo semeados sem critério tornado público, pelo concelho, não parece integrar um plano coeso e consistente de resolução deste tipo de problema. Quanto à criação das zonas verdes, mais uma vez, se constata a falta de vontade política e até a falta de consciencialização da importância das árvores para a qualidade de vida e para a saúde dos munícipes. Pela análise do Relatório, constata-se que há um aumento significativo das dívidas a curto prazo, mas não se percebe a razão. Este dado pode significar o recurso a serviços externos, ficando a dever a fornecedores por mais tempo. Este Relatório aponta para investimentos estruturantes, que irão marcar a comunidade por vários anos e dá como exemplo as reabilitações do antigo Parque de Exposição e do Parque da Rodovia. Refere a recuperação dos Bairros Sociais das Enguardas e de Santa Tecla, mas nada diz sobre o Picoto, eternamente esquecido. No nosso entender, estes investimentos deveriam decorrer de planos, esses sim, estruturantes, que nos parecem não existir. Por isso, apresentam-se iniciativas de investimento esparsas e desintegradas, embora necessárias, como as obras no mercado municipal ou na Pousada da Juventude. Para resolver a falta de liquidez da tesouraria, a alienação da Saboaria Confiança foi apresentada como solução. A justificação de tal ato enferma de algum cinismo quando é apontada como a única forma de preservar o edifício. Lembro, a este propósito, o destino do

Palácio dos Correios. A preservação das três fachadas em nada respeitou o que foi esse soberbo, útil e público edifício, nem os vestígios da necrópole romana mereceram melhor tratamento. Afigura-se, pois, o pior para o último edifício do passado industrial de Braga. Que dizer também, da Ínsula das Carvalheiras? Nada foi executado e a ruína continua, ano após ano a sofrer os efeitos da erosão e a degradar-se cada vez, apesar de anunciada preservação com pompa e circunstância à Comissão Parlamentar da Cultura, aquando da sua visita à Confiança. Os planos integrados que definam rumos num futuro próximo continuam a escassear. Por exemplo, resolver o problema da mobilidade é também resolver o problema do ar. Por seu lado, decepar árvores sem razão tornada pública é afetar diretamente a saúde de quem vive na malha urbana. Criar uma rede clicável contínua e que permita percorrer as principais zonas da cidade em modos de deslocação suave, sem ter de recorrer ao automóvel, não pode mais ser entendido é um ato recreativo ou desportivo. Pois continua a ser esse o espírito da recuperação da via na vertente de Lamações. Não concordamos com o transporte escolar, batizado na versão anglicista de “school bus”. A rede de transporte coletivo público tem de ser melhorada e tem de ser para todos os munícipes um serviço de qualidade e que responda a todas as necessidades dos utilizadores. Os alunos de Celeirós vão ter um school bus para as escolas do centro da cidade ou deveria ser revista a rede de modo a que possam frequentar a escola Secundária de Maximinos, como já aqui o dissemos? Escolher outra localização para o parque de recolha dos autocarros é melhor para a qualidade de vida dos habitantes das redondezas e permite pensar na regeneração urbana daquela zona, já que o parque da Quinta das Portas é agora um conjunto de superfícies comerciais impermeabilizado e sem árvores. Nada se vislumbra sobre investimento em medidas de abrandamento da velocidade nas

vias da malha urbana. Esta medida permitiria, por um lado, diminuir a sinistralidade que continua, de modo alarmante, elevada no concelho e reduz as emissões de gases poluentes, por outro. Por fim, a noção de coesão social é discricionária e desprotege as famílias monoparentais que são, ainda por cima formadas, na generalidade, pela progenitora, criando exclusão e empobrecendo as mulheres com filhos a cargo. O Bairro Social do Picoto é sempre um problema adiado, agora que saltou para a ribalta graças à ação do Bloco de Esquerda, entre outras forças políticas”. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para dizer que: “O Partido Popular Monárquico analisou este relatório de gestão e contas e ficou com boas perspectivas para o futuro! Se por um lado se vê obra feita, vê-se também projetos para os próximos anos e a humildade de um executivo que reconhece algumas arestas para limar, mas que no cômputo geral sabe que caminha para uma gestão mais inteligente, eficiente e de maior aproximação aos eleitores! Neste ano de dois mil e dezoito inaugurou-se o Altice Fórum Braga que tem superado as melhores expectativas sendo já responsável por inúmeros eventos o que reabilitou um edifício moribundo num edifício ativo e dinâmico! Também neste ano de dois mil e dezoito, deve-se enaltecer o trabalho da InvestBraga que tem vindo a ser cada vez mais preponderante na captação de investimentos para o nosso Município! O anúncio de Braga Capital da Cultura do Eixo Atlântico é definitivamente um bom estímulo para que a Cidade seja a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete! Aqui, relembra o PPM, da importância que haveria na aquisição de um espaço como o Palácio Dona Chica, localizado numa área em que a médio prazo se transformará numa das novas zonas urbanas da Cidade! A ideia do PPM seria a criação de uma espécie de pequena Serralves! Porque não incentivar algumas Fundações a investirem

em parceria com a Câmara Municipal? Ainda na semana passada tivemos conhecimento de uma Fundação, que adquiriu um edifício ao Estado, para fins muito similares aos que o PPM chegou a propor! Não podemos esquecer que se existe um interesse do Município em ser Capital Europeia da Cultura, muito mais haverá por parte dos Munícipes e de muitas empresas do Concelho! A inauguração do Parque Desportivo da Rodovia foi um marco muito importante do ano transato! Ultrapassou em larga escala o período em que houve uma Braga Capital Europeia do Desporto, já que continua a ser um espaço com inúmeros frequentadores quer para as práticas desportivas, quer para as práticas de lazer! Não pode o PPM deixar de salientar que o investimento na requalificação do Complexo das Piscinas da Rodovia, aumentando as valências desportivas, demonstra a sensibilidade deste executivo com as atividades desportivas e que não se esgotaram com o término da Capital Europeia do Desporto! A renovação da Frotas dos TUB foi também uma excelente notícia de dois mil e dezoito, já que irá a curto prazo, permitir melhores resultados e melhores serviços! É de destacar a excelente gestão dos nossos Transportes Urbanos ao longo destes anos, que de empresa com problemas agravados se transformou numa empresa tecnicamente viável e sustentável! Na Agere, começou a revolução dos resíduos sólidos Urbanos, o que trará benefícios enormes para toda a comunidade! A População ansiava esta mudança pelo que foi extremamente pacífico a sua habituação aos novos contentores! A importância da lavagem dos contentores está comprovada devido às raríssimas queixas da população quanto aos maus cheiros dos mesmos! A requalificação dos Bairros Sociais das Enguardas e de Santa Tecla, bem como a aquisição dos terrenos dos bairros do Picoto, são exemplos de que existe uma preocupação Social por parte deste executivo! Julga o PPM que a sua reabilitação fará com que haja uma

maior integração dos Bairros à Cidade e da Cidade aos Bairros! O PPM considera fulcral a requalificação da Pousada da Juventude de Braga e aguarda ansiosa pelo culminar das obras nesta Pousada, já que existe uma certeza de que será mais uma aposta vencedora! O PPM vaticina que após a conclusão das obras, o índice de ocupação será extremamente elevado! No trânsito destaca o PPM, a reformulação de dezenas de passadeiras e a substituição de sinais mais antigos como a medida mais emblemática neste ano de dois mil e dezoito, mas reconhece que nesta área, o executivo deve definir o ano de dois mil e dezanove como o ano do início de uma revolução na gestão do tráfego na Cidade! Só assim se entende a iniciação em dois mil e dezoito do projeto Build, que vai criar um ambiente de inovação com suporte em parceiros científicos! Muito há para fazer e não podemos esquecer a existência de dois grandes problemas por solucionar sendo que, um deles ligará o nó do “Nova Arcada” a Ferreiros com um ponto intermédio no Estádio Municipal! O outro problema é o crónico Nó de Infias pelo que se torna premente o início da sua resolução! No entanto e sem dramatismos, é sabido que existe obra feita, sabe-se que existe uma preocupação deste Executivo em fazer mais e melhor. Conhece-se a vontade do Município em não aumentar mais o Passivo como precaução aos menos bons tempos que se avizinham! Por essas razões, o PPM vê com confiança o próximo ano de Gestão deste executivo!”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o assunto que há pouco mexeu muito com a Assembleia e que foi, ali, alvo de uma excelente intervenção, não só do Presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe como, também, do deputado João Granja, que debateram um assunto de grande interesse do Município, para as pessoas. E gostava de dizer ao Deputado João Granja, que em Barcelona havia mais do que um sistema de recolha de lixo. E

dizer, inclusive, que nos bairros mais luxuosos, a recolha do lixo é feita porta a porta, como se fazia, até aqui, em Braga. O que queria dizer que se havia cães e gatos e estragar os caixotes do lixo, ou a estragar os sacos do lixo, era porque esses animais errantes não eram capturados pela Agere, como era sua obrigação e responsabilidade. E, portanto, naturalmente, isso causava grande incómodo e optou-se por uma solução. Era evidente e respeitava, pessoalmente, as opções feitas pela Agere, mas, a verdade, era que essa opção, e só falava disso, porque, também, era uma parte da atividade do Município de grande relevância para todos os cidadãos. Dizia isso, porque começou mal, porque a Agere não quis, como, já, ali, foi dito, discutir esse processo com as Juntas de Freguesia. Porque se o tivesse feito, teria assente, possivelmente, a sua estratégia, naquilo que era um período de transição entre o que havia e aquilo que pretendiam que fosse, com gente que conhecia o terreno, que conhecia os hábitos, limando as arestas que seria necessário limar. Houve, ali, alguma arrogância no tratamento dessa questão, porque não ouviram quem, efetivamente, todos os dias colaborava com a Agere, todos os dias ouvia queixas e todos os dias resolvia problemas. E esse foi o grande problema de base. Quando, ali, também, foi dito pelo Deputado João Granja, que aquele era o exemplo do que se fazia de melhor na Europa, não era verdade. Porque o que se fazia na Europa, o que se fazia de melhor, era aquilo que, infelizmente, em Braga não se podia fazer, tendo em conta aquilo que era o desenho urbanístico da cidade. Porque em países, como a Alemanha, a Dinamarca e a Holanda, o que acontecia era que existia uma recolha seletiva de lixo, durante a semana, prédio a prédio. Esse sistema, se tivéssemos um urbanismo, onde, realmente, essa forma de recolha pudesse ser feita, seria muito melhor. E, naturalmente, numa cidade bimilenária, aquilo que deveria ser feito, sobretudo, na área do centro histórico, tendo em conta aquilo que seria o

possível achamento de vestígios arqueológicos, era de esse lixo ser depositado em estruturas subterrâneas, porque isso preservaria aquilo que era a zona mais visitada, a zona mais turística da cidade. E depois, assistiram, ali, a uma discriminação e melhor seria que tivesse sido feito duma forma transitória, ou seja, ir integrando o sistema de recolha, que respeitava, como já disse, mas, respeitando o que era o tratamento igual para todos os cidadãos. E isso era o que defendiam no vinte e cinco de Abril. Passando, agora, para o tema em discussão, não se iria debruçar sobre aquilo que eram os números, mas tentaria alinhar alguns números com uma realidade, que todos vivenciavam e com uma realidade que analisaram nos documentos que foram distribuídos. Em dois mil e catorze, o Sr. Presidente da Câmara, disse que o Plano de Atividades, que iria desenvolver, não era o seu Plano de Atividades. E percebiam-no, naturalmente. Também disse, na altura, muitas coisas e fez muitas coisas, nomeadamente, uma grande auditoria aos serviços municipais e às empresas municipais, que lhe permitiu, a partir de dois mil e quinze, ajustar o seu Plano de Atividades a uma realidade com mais, ou menos, dívidas, porque dívidas existiam e sempre existiriam. Essa auditoria, pelos vistos, não foi bem-feita, porque deu a conhecer toda a realidade das eventuais dívidas de que ia falando. Esqueceu-se que com a dinâmica de crescimento que a cidade e o concelho tiveram, desde os tempos de gestão socialista, que teve início em setenta e seis, que havia muitas receitas que foram aumentando e que o Sr. Presidente da Câmara se esquecia de referir, quando falava nas dívidas. Estava a falar dos cerca de onze milhões, aquilo que tinha vindo a ser o crescimento do IMI, relativamente àquela matéria. E ao contrário daquilo que era o crescimento do IMI, havia um decréscimo naquilo que eram as responsabilidades do Município, relativamente à limpeza do espaço público, a segurança do espaço público e o tratamento do espaço público. Esse aumento de

IMI, que era quase um imposto, que obrigava a que o espaço público estivesse bem tratado, não tinha sido aplicado nessa matéria. Também, a cobrança do IUC, que foi de quase quatro milhões de euros, não se refletia no estado das nossas vias de comunicação, vias de comunicação que não aumentaram um milímetro, nos últimos seis anos e os problemas de trânsito eram cada vez maiores. Ainda hoje, para fazer a rua do Raio, demorou cerca de meia hora, para poder ir desde a Senhora-a-Branca até à avenida da Liberdade. Era muito bonito o “Kiss and go” e os “School bus”, mas, a verdade, era que preencheu muito bem a plateia, mas não resolveu nenhum problema, foi, apenas, mais uma figura, que, naturalmente, era simpática, mas que complicava a vida todos os dias. Esses problemas não foram resolvidos em dois mil e dezoito. E temia que, também, não se resolvessem em dois mil e dezanove, porque, no que dizia respeito à mobilidade, Braga precisava de um grande plano de mobilidade, a vários níveis, para poder resolver muitos dos constrangimentos, muitas vezes constrangimentos pequenos, como a passagem pedonal, desde o Instituto de Nanotecnologia e terminava no elefante azul, para passar a avenida trinta e um de janeiro. Bastava colocar os semáforos mais acima na subida da trinta e um de janeiro e todas as pessoas que lá passavam, poderiam fazê-lo em segurança. Custava muito pouco e não era preciso ter grandes técnicos. Grandes técnicos sim, para a ligação entre a rua Dom Pedro Quinto e a rua Nova de Santa Cruz que, infelizmente, ainda não viu a luz do dia e, possivelmente, não veria tão cedo. Como, também, não veria tão cedo a luz do dia, aquele grande projeto, que em dois mil e treze, foi anunciado, em que seriam construídos dez vezes mais zonas cicláveis, do que as existentes, os famosos setenta quilómetros. Como viram só aumentou cerca de quatrocentos e sessenta e três metros. Teve o cuidado de lá ir medir e nem sequer chegou a quinhentos metros, junto ao Instituto de Nanotecnologia. Esse projeto

desapareceu, misteriosamente, em dezembro de dois mil e dezassete, para nunca mais voltar a aparecer. Ouviram alguns anúncios e, naturalmente, um dia destes, apareceria, mas não sabia quantas mais vezes iria precisar de ser anunciado, para que pudesse conhecer a luz do dia. Existiam outras pequenas coisas, que iria revelar que, também, eram uma discriminação perfeitamente absurda. As passadeiras na área urbana da cidade, eram feitas através de uma massa que não se degradava tão facilmente, não se apagava, era visível e refletora. Nas freguesias rurais e mesmo nas freguesias suburbanas, as passadeiras foram pintadas com uma tinta que não era refletora e que não permitia uma visão a longa distância e que, por isso mesmo, era motivo de insegurança, não só para peões, como, também, para automobilistas. Pequenas coisas que poderiam ser resolvidas. Se calhar com a aplicação de menos cinquenta por cento dos pilaretes, poderiam ter passadeiras mais amigas da segurança, que era o que se deveria fazer. Tinham, ali, muito desencanto e muito desinvestimento, relativamente àquilo que eram projetos de mobilidade. Aquela via inteligente que iria desde o Santos da Cunha até à estação, nunca mais se ouviu falar dela. O que viviam era de uma estratégia, que o Sr. Presidente da Câmara, possivelmente, quando leu a obra de Mao Tse Tung, “A grande marcha”, sabia que o que não vinha na imprensa, não acontecia e o que vinha na imprensa, nem sempre acontecia. Era um trocadilho, naturalmente, mas era essa a verdade. Enchia-os de esperanças, mas essas esperanças demoravam a concretizar-se. Passando àquilo que, também, foi uma bandeira do Município, que encantou muito candidatos às Juntas de Freguesia, com um compromisso diferente, para com as Juntas, as Juntas, agora, era que iria ser, as obras que se arrastavam durante alguns anos, iriam ser feitas num ano, não haveria mais obra nenhuma, que demorasse mais de um ano. Haveria, também e, na altura elogiou, aquela

que foi uma delegação de competências nas Juntas de Freguesia, através dos acordos de execução, e que foi uma boa medida, foi uma excelente interpretação. Mas, a verdade, foi que a partir, daí, ficou parado, apesar da dinâmica de algumas Juntas de Freguesia, que propuseram mais algumas delegações, que resolveriam alguns problemas, como já, hoje, ali, ouviram, nomeadamente a varredura das freguesias, poderia ser uma competência a ser delegada, até, porque, neste momento, havia um grande imbróglho entre o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal e a Agere, relativamente a essa matéria. Essa dinâmica parou. Mas pior do que isso, era que as ações alvo dos acordos de execução, viram aumentar aquilo que era a sua realidade. O aumento das áreas verdes, o aumento das vias construídas pelas Juntas de Freguesia e o aumento e a modernização de escolas, com a construção e outros espaços e isso não foi atualizado, com graves perdas para as Juntas de Freguesia. A verdade foi que muitas obras tiveram que parar, porque os autos de medição não tiveram seguimento na contabilidade. Muitos empreiteiros começaram a ter graves problemas económicos e isso não era bom. Essa foi a razão que levou a Câmara a aumentar a sua dívida, a curto prazo, para valores bem superiores à realidade. E essa dívida de curso prazo, era uma dívida que era como as doenças silenciosas, acabava por matar alguns dos agentes, que sofriam com o atraso desses pagamentos. Falar de dívidas era, também, falar dessas dívidas, que se iam avolumando e iam prejudicando a ação das juntas de Freguesia. E, por falar em dívidas, muitas vezes ouviam, sobretudo, através de uma imprensa, que estava bem oleada, relativamente à informação, passar a ideia que a dívida ia diminuindo, todos os anos, valores grandes, o que seria bom, se fosse verdade, mas, a verdade era que, consultando os documentos entre dois mil e quinze e dois mil e dezoito, a dívida baixou, apenas, cerca de quatrocentos e cinquenta mil

euros e isso porquê? A dívida a médio e longo prazo diminuiu, era verdade, mas aumentou a dívida a curto prazo e isso fazia com que a dívida do Município, que se cifrava em cerca de cinquenta e três milhões de euros era, evidentemente, uma dívida que não tinha vindo a diminuir, pesasse aquilo que era o bombardeamento publicitário de que esta Câmara ia pagando dívida e ia poupando e pagando a dívida por via disso. Estava-se perante uma Câmara que tinha vindo a descomprometer-se com aquilo que foram os seus compromissos e recordava, ali, dois espaços desportivos, o campo de futebol de Gualtar e campo de futebol de Esporões, porque, possivelmente, estariam à espera de novas eleições, para aí, sim, voltar a prometer. Disse que existia, aí, também, uma discriminação, que não era compreensível. A Câmara, quinzenalmente, delegava obras em algumas Juntas de Freguesia, e, infelizmente, havia outras, como já, ali, citou, hoje, que estavam numa seca prolongada, tal como acontecia com as condições climáticas. Esse clima que a Câmara fazia cair sobre algumas Juntas, era, efetivamente, de alguma seca e, para algumas, de muita seca. E isso não era justo, porque os Bracarenses eram todos iguais. Eles mereciam o mesmo tratamento que as outras que levavam muito e bem. Mas, a verdade, era que não existia. E diria, que muitas dessas freguesias concorriam de forma substantiva, para o aumento do IMI. Não era compreensível que freguesias com quase quatro mil fogos, tivessem, efetivamente, uma secura já com quase dois anos. Voltando a um tema que lhe era sempre caro, a educação, dizer que, também, aí, houve e, também, elogiou algumas medidas, mas havia outras que era preciso que continuassem sendo que algumas delas foram apresentadas pelo Partido Socialista. E diria, a Academia de Verão, que estava a ser imitada. O choque tecnológico, que era importantíssimo, para que não houvesse, no futuro, infoexcluídos, porque as ferramentas informáticas e todas essas tecnologias eram cada vez de maior

importância e era na escola que deveriam começar. Esse choque tecnológico foi aprovado numa reunião de Câmara, estando à espera de oportunidade. Falar daquilo que era o inverno demográfico e não ter políticas para as famílias, porque, apesar, desta Câmara se considerar um Município amigo das famílias, a verdade era que não o fazia. Deveria começar a fazê-lo por onde? Pelas creches, porque era muito bonito falar naquilo que era a necessidade do aumento da natalidade a demografia, mas não fazer incidir sobre uma política de juventude no apoio à construção de famílias, fossem elas de que natureza fossem, mas, a verdade era que não viam nada que acontecesse, relativamente a essa matéria. Como, também, aquilo que já há muito tempo o Partido Socialista falou e já apresentou, que tinha a ver com um ATL universal e participado. Eram medidas, que, efetivamente, faziam com que os documentos que, muitas vezes, eram apresentados e referia-se, inclusivamente, à Carta Educativa, fossem documentos de importância, ao nível do diagnóstico, ao nível da caracterização, mas não tinham a coragem de dizer do que se iria fazer e como se iria fazer. Ficava, também, essa parte que deveria ter um outro compromisso. Sabia que o Sr. Presidente da Câmara não estaria satisfeito com isso, como eles, também, não estavam. E disser aquilo, ali, era a função da oposição. Era levar junto de quem governava, aquilo que era o descontentamento. E o descontentamento era grande, também. O Município fazia coisas e algumas eram bem-feitas. Terminava, dizendo que aquele era um Relatório de Atividades que era de desencantamento. Era, também, de discriminação. E, também, era de desinvestimento, que se cifrava numa execução de cerca de sessenta por cento no seu Plano Plurianual de Investimento. Era preciso fazer mais. Era preciso fazer muito mais. Aproveitar as boas ideias e acabar com aquela descompromisso, com aquele desinvestimento e, também, com alguma discriminação, que viam não só

nalgumas Juntas de Freguesia, mas, também, nos contentores, nas passadeiras e muito naquilo, que na cidade, hoje tínhamos. Foi, depois, a vez do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES se pronunciar sobre a matéria, tendo, inicialmente dito ao Sr. Deputado João Nogueira, conhecendo todos a forma apaixonada, como ele vivia a política, que era melhor não prometer aquilo que não podia cumprir e quando disse que não ia, ali, mais, se calhar era melhor ter cuidado, mesmo naquele ponto. E isso porquê? Porque lhe fazia lembrar um canivete suíço humano, ia, ali, com a sua amplitude de conhecimentos, quer como autarca, não o estava a ofender, só estava a dar-lhe nora daquela que era a sua admiração, pela sua capacidade de ser, ao mesmo tempo, um saca-rolhas, uma tesoura, um corta-unhas e até outro tipo de ferramentas, que conseguia brindar ao longo da Assembleia Municipal. Isso porquê? Porque tinha essa capacidade, não só de memória infinita, mas, também, de ter essa experiência longa de ter cumprido mandatos, quer como Presidente de Junta, quer como Vereador, estando no Executivo, estando na oposição e essa capacidade era, ao mesmo tempo, algo de muito positivo e útil para todos, para poderem beber um bocadinho dela, mas, às vezes, tornava-se, diria, quase que um embaraço para o Partido Socialista, porquê? Não, mais uma vez, do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista político, porque, de calhar, o João Nogueira devia estar em todo o lado. Devia estar, ali. Devia estar no Executivo Municipal, pelo menos na parte da oposição. E devia ser o porta voz do Partido Socialista, para terem um contínuo identificável de políticas e propostas, para os vários domínios de ação, desde as Juntas de Freguesia, até ao Executivo e, quem sabia, até ao Governo. Porque várias das propostas que foi, ali, levar ao longo da sua intervenção, e muito bem, poder-se-ia dizer que não se inseriam, completamente, na análise do ponto em que estavam, mas isso era o menos. O importante foi que

lhes levou todo o conhecimento e todas as propostas, e isso era, obviamente, relevante e poderia e deveria ser aproveitado pelo Partido Socialista, que ali, quer na Câmara Municipal, que, até, na imprensa, para poder ter um cardápio, devidamente compactado de propostas e missões políticas, para o concelho. Agora, uma coisa, também, era certa, iam, ali, naquele ponto, não tanto para analisar as propostas da oposição, mas para avaliar aquele que era o trabalho da Câmara Municipal. Era nisso que se iria centrar, dizendo, justamente, que era esse o propósito daquele ponto e era nisso que se centrava, quando falava nos nomes e nos propósitos, que a Câmara se enunciou no Plano de Atividades e que, agora, iam, ali, avaliar no Relatório e Contas. “E era natural que, por vezes, no calor da refrega política, no meio da viva troca de argumentos entre os partidos, esquecemos este facto básico. O que aqui estamos a debater não é se o programa político da oposição foi cumprido, mas se o compromisso de Ricardo Rio e da Coligação Juntos por Braga com os bracarenses está a ser honrado. Digo isto por dois motivos fundamentais: porque é a nossa responsabilidade, enquanto membros da assembleia municipal, escrutinar a atuação do executivo; mas, sobretudo, por uma outra razão. É que, mesmo que quiséssemos, seria quase impossível julgar o que quer a oposição, porque nem ela parece sabê-lo. Reparem, senhores deputados: se eu vos dissesse que o investimento refletido nas contas do relatório que iremos votar duplicou, assinalariam este facto de forma positiva ou negativa? Parece-me óbvio que passar de nove vírgula quatro milhões de euros para dezoito vírgula três milhões de euros de investimento efetivo é um indicador expressivo e que devia merecer a devida nota. Não se trata de dizer que este é um valor inexcedível ou de entrar em demagogias sobre o significado desta duplicação. Trata-se, sim, de realisticamente assinalar que a verdade da mensagem política deste executivo se mantém intocada. Como sempre

se disse, os mais importantes investimentos da autarquia dependeriam da participação de fundos comunitários. Sem eles não havia espaço para grandes obras. No ano de dois mil e dezoito foi possível, finalmente, ter acesso a esses fundos comunitários e executar projetos que assumimos como prioritários pelo seu papel de atração de investimento, de mediatização do concelho, mas também, de incremento do bem-estar e qualidade de vida. Se sempre dissemos que o paradigma do betão já não servia para erigir a cidade do futuro, é, de resto, natural, que não seja pelo betão que sejamos julgados pelos bracarenses. Mas ainda assim, reconhecendo a necessidade de dotar o concelho de equipamentos de significativo valor acrescentado, a aposta que defendemos em equipamentos de referência foi cumprida. Com a abertura do Fórum Braga, marcámos um antes e um depois na capacidade de projeção do concelho fora de portas. Dotamos Braga de um espaço digno, funcional e moderno, capaz de acolher grandes eventos, colocando a cidade no mapa das principais feiras internacionais. E esse investimento acabou por ancorar a requalificação de uma área da cidade que parecia estar a ficar esquecida. O parque de São João da Ponte, as margens do Rio Este e a envolvente ao Estádio Primeiro de Maio beneficiaram do maior dinamismo que hoje anima aquela zona. Novos investimentos privados, sem nomeada ou parangonas fixaram-se nas imediações do Fórum e o acréscimo de turismo e a afluência de bracarenses àquele local traduzir-se-á inevitavelmente na valorização do espaço público em toda a envolvente. E isto terá, sem dúvida, um efeito positivo na criação de novas centralidades de negócios, de lazer, mas também de habitação, facilitando processos de revitalização urbana e de reconfiguração de espaços que julgávamos proscritos. É assim que se constrói cidade: olhando para um projeto de um equipamento e antecipando as consequências benéficas que ele aporta

para a comunidade. É também assim que se estabelecem prioridades de investimento. Optando por alocar recursos públicos aos projetos que maior rendibilidade social pode trazer. Se é inteiramente justo reconhecer a centralidade da renovação do Parque de Exposições de Braga no projeto de cidade mais alargado que defendemos para o concelho, não menos justo é evocar a revolução trazida pelo renovado Parque da Rodovia. Este, sim, um projeto em que a oposição nos pode criticar por não termos sido inteiramente fieis à nossa palavra. Afinal, aqui entendemos que valia a pena, apesar de inexistência de fundos comunitários, apostar com amplitude. Falo em revolução porque só quem não passou por lá e viu as centenas e centenas de pessoas que usufruem deste centro de bem-estar é que poderá não entender o adjetivo. De novo, tal como com o Fórum, mas num registo completamente distinto, assumiu-se uma aposta estratégica na reconfiguração de um equipamento de referência. E de novo se conseguiu requalificar não um parque, mas toda a visão que se tinha de uma área do concelho que era vista como um mero recinto desportivo. Este centro de bem-estar, como agora justamente lhe podemos chamar, resultou de uma opção disruptiva, com o génio transformador de quem não teve medo de polémicas espúrias e se preocupou com o valor acrescentado para as pessoas e não necessariamente para a tesouraria de uma obra emblemática. É pena não podermos contabilizar no orçamento municipal o benefício para a atração de investimento, para o aumento dos índices de saúde e felicidade dos bracarenses ou, até, o incremento da autoestima de todos nós que projetos como estes nos trazem. Mas esse valor existe e indiretamente está vertido nas contas deste relatório. Ao contrário da oposição, que continua amarrada a uma balança política em que dum lado está o betão e do outro o nada, a nossa opção é a de sopesar os benefícios ou malefícios dos projetos que aprovamos numa lógica de

médio/longo prazo. E quando olhamos para estes dois grandes exemplos de como projetamos Braga, entendemos o quão diferente poderia ser o nosso concelho se tivéssemos assumido funções antes de dois mil e treze. Quantos erros se teriam poupado ?; Quantos maus investimentos se teriam evitado?; Quanta mais riqueza (económica, social e humana) se poderia ter ganho se tivéssemos perdido menos tempo a tentar demonstrar que o betão é que era o caminho? Se dizia que o valor não venal destes investimentos vem traduzido neste relatório e contas, é porque o reflexo nas receitas de impostos geradas são o espelho das boas opções tomadas. Alguém acredita que um ciclo de prosperidade económica que Braga vive há mais de cinco anos se explica meramente pelo contexto nacional? Alguém acredita que as empresas que cada vez mais aqui se fixam, procurariam Braga se os seus funcionários não se sentissem realizados no concelho? É por isso que, quando digo que as contas do município refletem, ainda que indiretamente, o acerto das opções políticas que propusemos e apoiámos, não vejo contraditório possível. Ano após ano a arrecadação de impostos aumenta no concelho, sem que se tenha aumentado uma décima à sua taxa. Vemos a oposição queixar-se da carga fiscal que aumenta e não podemos deixar de sorrir. São os mesmos partidos que na Assembleia da República se desfazem em explicações para legitimar a maior carga fiscal de sempre no país, os que vêm para aqui acusar-nos de usura fiscal. Como se fôssemos todos intelectualmente incapazes e não descortinássemos a óbvia contradição em poucos segundos. Talvez pudéssemos fazer como o Ministério das Finanças e inventar um conceito como a “pressão fiscal”, agora a nível concelhio, para explicarmos, aos membros da geringonça, que não houve qualquer aumento de impostos. Simplesmente, por cá, nem isso é preciso. É que aqui não andámos à caça do contribuinte, nem usamos de esquemas infantis para baixar impostos de um lado e subi-los do outro. A soma,

em Braga, para os bracarenses é de claro benefício. De resto, desagrávamos os custos para os contribuintes de forma direta e indireta. Ou não consideram desagrávamentos fiscais a diminuição das tarifas da água, ou a manutenção das taxas de impostos municipais em níveis historicamente baixos, ou a oferta de manuais escolares, ou a existência de programas como o Braga a Sorrir, ou os vários cartões de apoio às famílias numerosas e aos cidadãos mais idosos? Como disse inicialmente, não estamos aqui para avaliar as opções da oposição, sobretudo porque não as entendemos. Se duplicamos o investimento, dizem-nos que é pouco, se baixamos o compromisso da dívida, não chega, se temos saldos positivos e contas equilibradas, não interessa. O que propõe então a oposição como alternativa? O Partido Socialista diz que com a dívida assim, não vamos lá. Note-se, e repito para que todos possam perceber. O PS, o partido das piscinas que nunca foram feitas, do estádio que tem uma conta infundável e dos sintéticos a preço de ouro, não está contente com o desempenho do município nesta matéria. Vindo de quem nos legou o compromisso que temos de pagar, é obra. E é maior obra, ainda, quando pensávamos que a doutrina socialista ditava que a dívida não era para pagar, mas para gerir – Sócrates dixit... Mas o PS também acha que o investimento, num concelho como o nosso, devia rondar os vinte e cinco a trinta milhões de euros. Desse lá por onde desse. Ou seja, o mesmo PS que nos legou a dívida, que nos deixou uma estrutura de custos fixos que abarcam mais de dois terços do orçamento disponível, é quem exige vinte e cinco a trinta milhões de euros de investimento ao ano. Ora, num orçamento que, sem fundos comunitários, ronda os oitenta e cinco milhões de euros, o PS quer que se invista tudo o que não são despesas fixas em investimento. E mesmo assim não chega. Se temos cerca de setenta milhões de euros de custos fixos e o PS exige que vinte e cinco a trinta milhões sejam para investimento, a equação fica difícil.

Mais difícil fica, ainda, quando se pergunta de onde espera o PS arrecadar receita para que o município possa fazer face a esse nível de comprometimento financeiro. O PS acha que o executivo só sabe cobrar impostos. Mas perguntamos nós, de onde espera o PS que a Câmara arrecade receita? Deve Ricardo Rio propor a emissão de raspadinhas? Realizar torneios de sueca? Sabe o PS de que se compõe o orçamento municipal? Certamente não desconhece que o seu Governo é o primeiro a impedir que haja mais recursos disponíveis para os investimentos que reclama. Ou já convenceu o Ministério das Finanças a permitir a dissolução da SGEB? É que, a nós, parece que o PS mantém o complexo da pré-bancarrota. Lembra-se quando toda a despesa pública era para varrer para debaixo do tapete. Viu-se o resultado. Num momento em que o país podia e devia mobilizar-se para acabar com fantasias orçamentais e centrar-se em ganhos de eficácia reais, parece que estamos a voltar ao pior da era de Sócrates. E não é Ricardo Rio que sai prejudicado, é Braga, são os bracarenses e todos os portugueses que pagam mais quando podiam pagar menos. E queixa-se o PS de falta de ambição do executivo. Se tivesse o PS o mesmo grau de coragem política que exige em ambição a Ricardo Rio, já teríamos certamente a SGEB extinta. Quanto às forças da extrema esquerda, o clamor é semelhante. Sobre a carga fiscal nem vale a pena voltar a falar, mas sobre a gestão da dívida e as concretas realizações da autarquia não podemos deixar de assinalar uma ou duas notas. Como bem sabem os partidos da extrema esquerda, o incremento da dívida de curto prazo está justificada por motivos muito específicos. Aliás, boa parte dessa dívida contra a qual clamam, resulta justamente da resposta positiva do executivo às necessidades de investimento. Foi para compensar a inexistência de fundos comunitários que a autarquia se endividou de forma transitória, isto para poder concretizar projetos que, de outra forma, não teria condições de terminar. Mas

foi também para fazer face às novas e recorrentes encomendas do passado, com o estádio municipal e a SGEB à cabeça, que a Câmara, por ser pessoa de bem e cumprir a lei, incorreu nesse nível de dívida. Ouvimos igualmente a extrema esquerda a dizer que se está tudo assim tão bem, então baixem-se os impostos. Curiosa tese. Temos, portanto, mais um afloramento do socratismo, agora na vertente da aposta nas políticas pró-cíclicas. Se o ambiente económico é positivo, se o desemprego está baixo e as empresas prosperam, baixem-se os impostos. Também já vimos o resultado que isto dá. Não temos nada contra o abaixamento dos impostos. Aliás, esse é também um dos nossos objetivos de médio e longo prazo. Agora o que não queremos é criar destabilização financeira no município por conta de opções irresponsáveis. Como os indicadores económicos parecem comprovar, não é a fiscalidade municipal que está a impedir a prosperidade. Assim sendo, se for possível, neste contexto, criar margem de manobra financeira para que, quando o ciclo não seja tão positivo, se possa desagrar alguma taxa, julgamos que essa, sim, deve ser a prioridade. De momento, havendo capacidade de arrecadação de receitas, sem prejuízo da atividade económica e sem descontar pontuais abaixamentos, sempre que possíveis, a prioridade deve ir para o investimento nos projetos que a autarquia já tem em mãos. A requalificação dos bairros sociais, o reforço das transferências para as juntas de freguesia, a aposta séria na Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, a renovação da frota dos Transportes Urbanos de Braga e a contínua melhoria dos equipamentos públicos ao serviço dos bracarenses merecem esse destaque. E não nos esqueçamos dos compromissos eleitorais como os do parque das Sete Fontes, a renovação e aumento das ciclovias e a crescente dinamização económica do concelho, com especial foco nas novas tecnologias e na valorização das indústrias tradicionais. Repito, o que estamos hoje a julgar é o acerto das opções

do município. E o que é inegável para todos os que, de boa-fé, olham para os documentos que iremos votar, é a saúde financeira do município. O aumento exponencial na arrecadação de receita, sobretudo em impostos diretos e ligados quer ao setor da construção, quer ao lucro das empresas, demonstram claramente a correção na trajetória traçada. A capacidade de concretizar grandes projetos, como aqueles a que assistimos no ano de dois mil e dezoito, são o testemunho perfeito de que, quer no planeamento, quer na execução, o executivo continua a deixar a sua marca e a fazer diferente. Uma nota final para assinalar que nenhum desses grandes investimentos foi concretizado em ano eleitoral. E, apesar disso, a Coligação Juntos por Braga obteve uma vitória histórica nas eleições de dois mil e dezassete. Esta deveria ser uma lição óbvia para qualquer agente político do concelho, mas vemos, pela amostra nesta assembleia, que há ainda quem não quer ver o que está à frente dos olhos. Pela nossa parte, continuamos a querer ser parceiros neste percurso de transformação de Braga. Votaremos, por isso, favoravelmente, ao lado do executivo, mas sobretudo junto dos bracarenses”. Interveio, de seguida, o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, inicialmente destacar que o Partido Socialista não poderia, ali, deixar de cumprimentar e de agradecer ao deputado João Marques, a saudação viva e amiga, que fez ao Deputado João Nogueira. O Deputado João Nogueira era, de facto, um socialista histórico. Não histórico pelo tempo, nem pré-histórico, mas histórico por tudo aquilo que deu numa lógica, que não queria chamar de canivete suíço, porque levava a mal, mas numa lógica multifuncional de alguém que passou por diferentes domínios da intervenção e da administração autárquica, quer como Presidente de Junta de uma freguesia de referência, de Gualtar, quer como Vereador, quer como Administrador de uma empresa municipal, numa área muito sensível, que era a

da habitação, a Bragahabit. E, também, queria aproveitar, à boleia dessa saudação feita ao Deputado João Nogueira, para dizer que tinha outras qualidades. Não era uma socialista de ocasião. Não esteve com o Partido Socialista, quando o Partido Socialista era poder. Estava no Partido Socialista era oposição. E, portanto, era uma socialista a sério, a tempo inteiro, de verdade, genuíno e, portanto, não era daqueles que estava em função do vento ou da maré. E a política fazia-se muito disso. Daqueles que estavam por convicção, ou daqueles que estavam em favor da situação ou do momento. Naturalmente, cumprimentar o Deputado João Marques e associar-se ao elogio, ali feito, ao Deputado João Nogueira. Mas queria dizer mais coisas ao Deputado João Marques. E queria dizer-lhe que, infelizmente, porque gostavam de o poder fazer, não poderiam votar a favor daquele Relatório de Gestão e Contas, porque não era um bom Relatório. Não era um bom Relatório, por vários motivos. Naturalmente que era fácil contar uma história e o João Marques, como orador inteligente, a quem reconhecia qualidades políticas e intelectuais, montou, ali, a sua narrativa, e a sua narrativa para quem a ouvisse e para quem sobre ela não discernisse ou analisasse ou não fosse à profundidade daquilo que, ali, disse, era uma coisa muito escorreitinha, muito limpinha e muito ajeitadinha. Facto. Pena era que não se fosse àquilo que era o fulcro. Era verdade que a Câmara aumentou o investimento. Era verdade que a Câmara passou o seu investimento de nove milhões para dezoito milhões. Mas se tivesse passado de um para dois, ou de dois para quatro, também, estaria a dobrar o investimento, mas isso seria, sempre, pouco, de facto. Porque no orçamento executado de noventa e nove milhões de euros, um investimento de dezoito milhões, era pouco, era mau, era fraco. Queria, também, dizer ao Deputado João Marques e à restante Assembleia, que havia dados que eram importantes e que maravam aquele

Relatório de Gestão e Contas. Um tinha que ver com os dados e com o aumento exponencial da dívida de curto prazo e com as consequências dessa dívida de curto prazo. Estavam a falar de um aumento da dívida de curto prazo de cerca de vinte milhões de euros. Mais grave, era que essa dívida pesava, hoje, na carteira e na atividade de dezenas e dezenas de empresas e de prestadores de serviços, que já não queriam, em vários casos, continuar a prestar serviços para o Município de Braga. Essa era outra verdade por trás da coisa escorreitinha, que o João Marques, ali, foi dizer. E era, também, importante dizer, a esse respeito, que sobre aquilo que foi a redução da dívida de longo prazo, estavam a falar, apenas, de uma redução de quatrocentos mil euros. Se fossem ver a redução de dívida que foram fazendo ao longo do mandato nove treze, que foi o último mandato do Partido Socialista, houve vários anos reduções de dívida maiores do que o valor de redução de dívida absoluta e total que o PSD, hoje, ali, levou. Mas, também, hoje, o João Marques foi, ali, dizer, como seria o concelho de Braga, se no passado, antes de dois mil e treze, a Coligação tivesse governado os destinos do Município. A olhar para aquilo que era contexto de desenvolvimento das freguesias, orgulhava-se muito do contexto de desenvolvimento que o PS fez. Naturalmente que cometeram erros, mas quem ao longo da sua vida, ao longo de trinta e sete anos, fosse na política, nas empresas, ou na vida familiar, não cometeu erros, era um ser dotado de uma inteligência superior, de uma sensibilidade fora do comum e gostaria muito que pudessem trazer pessoas dessas para a vida política, porque elas faziam muita falta. Mas, o PS, fez e ajudou a construir um grande concelho. Um concelho coeso, um concelho com desenvolvimento plural, um concelho com um desenvolvimento equilibrado entre a maior ruralidade e a maior urbanidade. E não sabia como seria, porque ninguém sabia, como seria. Mas a olhar, também, para os números do Relatório

e Contas, ali, apresentado, aquilo que viam, era que estavam orçamentados cerca de três milhões e setecentos mil euros para investimentos nas freguesias e que foram, apenas, executados dois milhões e oitocentos mil, o que revelava, de uma forma muito clara, que as freguesias continuavam a ser um dos parentes pobres do atual Executivo Municipal. Mas o PS não foi só dizer mal. Aliás, podia fazê-lo, porque ainda há dias, na Câmara, quando aquele Relatório foi apresentado, houve uma tentativa, pelo menos durante alguns minutos, de não fazer acompanhar aquele Relatório de Gestão e Contas, do parecer do Revisor Oficial de Contas. Não sabiam se foi lapso, ou se foi alguma falta de vontade que a oposição, na esteira daquilo que eram os seus direitos, no contexto dos direitos da oposição, pudesse aceder a uma análise importante de um ator importante, que tinha a obrigação de auditar e de acompanhar as contas do Município à luz da lei e que fazia no seu relatório um conjunto de reservas importantes, muitas delas, sobre a forma como aquele Relatório e Contas foi apresentado. Portanto, não era só o Partido Socialista, ou a CDU, ou as forças que votariam contra que tinham reservas e que entendiam que aquele não era um bom Relatório e Contas, havia outras reservas de pessoas, até, naquela matéria das contas, bastante mais avalizadas do que o Partido Socialista, que deixaram de uma forma muito clara, muito audível e bem expressa, reservas sobre aquele Relatório e Contas. Mas queria deixar mais uma ou duas notas ao João Marques. Betão. O PS fez tudo bem, em matéria de urbanismo, em trinta e sete anos? Claro que não fez. Era óbvio que não fez. Fez muitas coisas menos bem e fez algumas, mal. E havia coisas que fez menos bem e algumas, mal, que marcavam ainda, hoje, a paisagem urbana da cidade, mas era preciso, também, entender o contexto da governação no seu tempo político. Porque uma forma de sem razão, era ter razão fora de tempo. E até noventa e quatro não havia Plano Diretor Municipal. Não havia um

conjunto de instrumentos de trabalho de malha mais fina, que permitissem a construção da cidade de outra forma e, muitos desses erros, tendo havido outros posteriores, mas muitos foram cometidos, também, até aí. E não foi, ali, falar do passado. Foi falar do tempo de hoje e do futuro. Porque quem precisava, permanentemente, falar do passado, era porque tinha pouco, ou nada, a acrescentar ao nosso tempo de hoje e ao futuro que todos temos a obrigação de construir. E sobre quem falava muito do passado, achava que, naquela Câmara, estavam todos muito claros, sobre onde estava o discurso do passado, do ontem, do PS, dos fantasmas, das mil e uma coisas que pareciam enterrar, das providências cautelares, de tudo que este Executivo tinha que enfrentar, numa lógica quase permanente de ter tudo e todos contra eles. Mas, sobre betão, dizer duas ou três coisas ao João Marques. O PS tinha o seu património de políticas e de escolhas erradas e assumia-o integralmente. Assumiu-as, quando ganhou e assumiu-as, também, e estavam, lá, em paz, com tudo isso. Aquilo que o PS fez em trinta e sete anos, esta maioria já fez em seis algumas coisas muito interessantes. E, portanto, se algum dia, chegassem a ter trinta e sete anos, se calhar estariam, lá, a medir o património do betão de uns e outros, logo veriam quem era o património do betão e quem tinha uma visão, de facto, melhor, mais sustentável e mais positiva e afirmativa, para o futuro da cidade. Quinta das Portas. Continente da rua vinte e cinco de Abril. E, mais recentemente, numa decisão, que devia fazer corar de vergonha e devia causar muito mau estar ao Vereador Altino Bessa e ao Vereador Miguel Bandeira, a construção de um complexo desportivo integrado, em São Victor, numa grande zona de grande densidade populacional, de trânsito caótico, onde deveria ser um espaço verde, contrariando tudo aquilo que Ricardo Rio, durante muitos anos disse, enquanto líder da oposição, e que, hoje, em função da lógica do “vão-se os anéis, fiquem

os dedos” e de onde tudo parecia estar à venda, permitia fazer perigar uma ideia e uma lógica de cidade, que durante tantos anos o ouviram defender, e que lhe permitiu, também, ser eleito, numa lógica de mudança, face ao passado. Braga vivia, hoje, tempos bons. Braga vivia, e não queria dizer ao João Marques se a culpa era do país, do momento do país, mas queria dizer que Braga vivia, como a esmagadora maioria das cidades portuguesas, tempos melhores, porque, felizmente, o tempo económico e o contexto de Portugal e a sua projecção na Europa e no mundo, era, hoje, melhor do que foi no passado. Havia um relatório muito interessante, feito pela AICEP, uma análise muito recente, de janeiro de dois mil e dezanove, que falava do impacto da Web Summit e da industrialização quatro ponto zero e de um conjunto de novas políticas, que permitiram a promoção e a venda do país, no plano internacional e no plano global, como um país preparado, capaz e, hoje, muito aberto à atração de investimento estrangeiro e, naturalmente, que Braga, com coisas que fez bem, aliás, queria, ali, dizer, que até achava que se havia coisas que Braga fez bem e onde tinha trabalhado bem e a atual Câmara merecia crédito, muito, também, na sua opinião, por património do antigo Administrador da InvestBraga, Carlos Oliveira que, infelizmente, deixou esse exercício, para o qual era uma pessoa amplamente qualificada, tinha sido a área de atração de investimento e foi, também, como o João Marques, ali, disse, a requalificação do Altice Fórum Braga, que achava ser uma boa conquista e algo que não tinham nenhum pejo, nenhum problema em enaltecer. Mas, não foi só Braga. Claro que havia contributos de Braga, contributos do contexto nacional, do país, havia o facto de estar instalado em Braga o INL, e se fosse cada um a puxar a brasa à sua sardinha, foi um governo socialista, o tal malfadado Sócrates, que não pagava as dívidas, que trouxe o INL para Braga, numa cimeira ibérica, numa decisão que hoje devia encher de

orgulho todos os Bracarenses, porque ajudou a transformar o perfil qualificado de muitas das empresas que buscavam Braga fruto daquilo que era a qualificação que saía da Universidade e fruto daquilo que era, também, o ambiente de criação, de inovação, que o INL ajudava, em diálogo com a Universidade, a fazer de uma forma muito particular. Queria terminar, dizendo que havia muitas coisas na cidade que pioraram e era importante que tivessem consciência disso. E isso não era crítica pela crítica. Era para todos terem consciência que tinham áreas para melhorar e que era isso que a todos os partidos, num diálogo franco e positivo, deviam ter condições de construir. O trânsito, a limpeza urbana, a varredura, os jardins e as áreas verdes, as vias de comunicação, a iluminação pública, que não sendo uma competência direta do Município, exigia escrutínio e acompanhamento do Município. Os serviços municipais que, infelizmente, estavam bloqueados e paralisados e que tinham muitas dificuldades em dar resposta, em tempo útil, aos cidadãos, aos empresários, aos empreendedores, que se viam, muitas vezes, paralisados na sua vontade de fazer coisas em Braga, por uma Câmara, que em muitas coisas tinha dificuldade em dar resposta. A Polícia Municipal, que esteve, hoje, num quadro absolutamente lamentável, sem comando, sendo uma vergonha para a imagem da cidade e do Município e muitas outras coisas. Mas queria fechar, dizendo uma coisa, não havia nenhuma publicidade, não havia nenhuma parafernália mediática, não havia nenhum foguete, nem nenhuma festa, que permitisse transformar um mau ano político num bom Relatório de Gestão e Atividades, concluiu o interveniente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e seis votos a favor, com dezoito votos contra e com três abstenções**. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA**, informou que devido ao adiantado da hora, a Conferência de Líderes opinou a suspensão dos trabalhos e dar continuidade no dia três de maio, pelas vinte e

uma e trinta e que o ponto número seis da ordem de trabalhos teria que ser discutido naquela sessão, devido a prazos estabelecidos. **PONTO NÚMERO SEIS – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de oito de abril do ano em curso, relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para dizer que o PSD, no seguimento dos argumentos usados, anteriormente, pelo Deputado João Granja, numa Assembleia Municipal anterior e por si próprio, iriam rejeitar a transferência de competências do Governo para as Autarquias Locais. Iriam votar a favor da proposta do Município. Basicamente, os argumentos eram os mesmos, tendo a ver com o facto de aquela transferência não ser acompanhada do respetivo envelope financeiro e isso implicar que o próprio Município, decorrente dessa transferência, abarcasse com todas as dívidas decorrentes da administração central, que tivesse a ver com aquele âmbito de competências. Teria de abarcar, também, custos com funcionários e o que foi acordado com o PSD e o PS, na altura, foi que, a nível nacional, em abril de dois mil e dezoito, essa transferência de competências, fosse acompanhada de um envelope financeiro, coisa que não aconteceu. Resumidamente e devido a esse fundamento, iriam votar a favor da proposta do Município. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com doze abstenções.** **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois e seis de conformidade com o disposto no

número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e vinte minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e quatro de abril, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

REUNIÃO DE 3 DE MAIO DE 2019

No dia três de maio de dois mil e dezanove retomou-se a sessão do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e do Senhor João Diogo Fernandes Ferreira, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Teixeira, Bento Duarte da Silva, Maria Angelina Pinto

Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Fernando Manuel Martins Viana, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Raquel Nair Pinto, José Cândido Ferraz, José Manuel Ferreira Gomes, Manuel Gomes de Oliveira, José Maria Machado da Silva, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Veiga, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo

Manuel Vilaça Ferreira. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, João Filipe Monteiro Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, José Augusto Gonçalves Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, António Joaquim Tavares Fidalgo, Catarina Lourenço Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, José Pedro Gomes Bastos, Carla Maria da Costa e Cruz e Paula Maria de Azevedo da Cunha. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Pedro Miguel Pereira de Sousa, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva e João Carlos Fernandes da Rocha. A **SRª PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e disse que se iria retomar a Assembleia iniciada no passado dia vinte e quatro de abril. Passou-se de seguida à continuação da apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de oito de abril do ano em curso, relativa à primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Braga, para dois mil e dezanove, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com dezoito abstenções.** **PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRATAÇÃO DE DOIS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DA**

CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO - LINHA BEI PORTUGAL VINTE VINTE – AUTARQUIAS.

*Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, em conjugação com o disposto nos artigos quadragésimo nono e quinquagésimo primeiro, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de oito de abril do ano em curso, relativa à contratação de dois empréstimos de médio e longo prazo, para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico – linha BEI Portugal vinte vinte - Autarquias, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com dezassete abstenções.***

PONTO NÚMERO CINCO – COMPROMISSO PLURIANUAL DOIS MIL E DEZANOVE E DOIS MIL E VINTE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES.

Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de oito de abril em curso, o pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual associado ao serviço de refeições (serviços de fornecimento de refeições escolares), que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

*Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinco votos contra e com duas abstenções.***

PONTO NÚMERO SETE – ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA: ARTIGOS F - QUATRO/PRIMEIRO E F - QUATRO/SEGUNDO, DA PARTE F, DO TÍTULO QUATRO, REFERENTE AO APOIO SÉNIOR.

Submete-se à

apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e cinco de março do ano em curso, relativas às alterações aos artigos F-quatro/primeiro e F-quatro/segundo, da parte F, do título quatro, referente ao apoio sénior, do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO OITO – RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DE BRAGA – TERCEITO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZOITO (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios trimestrais de execução orçamental referentes ao terceiro trimestre de dois mil e dezoito das Empresas Municipais: *Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.; TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M.; AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. e Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.,* que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO NOVE – ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA À “FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO”.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e cinco de março do ano em curso, referente à adesão da Autarquia à “Federação Portuguesa do Caminho de Santiago”, bem como a aprovação dos respetivos estatutos, nos termos do disposto do número um, alínea n), do artigo vigésimo quinto, e do número um,

alínea ccc), do artigo trigésimo terceiro, do anexo um, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com os artigos primeiro, número dois, terceiro, sexto, quinquagésimo sexto e sexagésimo do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções.**

PONTO NÚMERO DEZ – PROJETOS DE REGULAMENTOS: “CONCURSO INOVAÇÃO ABERTA” E “GALA DO TURISMO DE BRAGA”. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de oito de abril do ano em curso, relativa aos Projetos de Regulamentos: “Concurso Inovação Aberta” e “Gala do Turismo de Braga”, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Interveio o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para informar que como tinha algum interesse económico na área e a sua atividade profissional se desenrolava naquele setor, iria afastar-se para qualquer eventual impedimento. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com dezasseis abstenções.**

PONTO NÚMERO ONZE – CRIAÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL SISTEMA DE TRIAGEM, RECOLHA SELETIVA, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO BAIXO CÁVADO. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do previsto no artigo vigésimo segundo, da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de doze de setembro, a proposta aprovada pelo Executivo, na reunião de oito de abril do ano em curso, relativa à criação de Empresa Intermunicipal – sistema de

triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para dizer que à CDU parecia-lhes quase consensual aquela passagem da Braval, para esfera municipal ou para o controlo direto do Município. Se o conteúdo era algo, absolutamente, pacífico, a forma como aquilo era feito, suscitava-lhes algumas dúvidas. Em momento algum, no documento da Câmara se esclarecia como seria feito. Se o Município iria comprar a parte que a Agere detinha no capital social da Braval, se não. Não havia explicação alguma sobre a forma. Não havia explicação nenhuma sobre os custos envolvidos nesse processo. E, já agora, por se tratar de uma compra de participações, seria interessante, também, saberem qual era a diferença de custo entre a aquisição da quota da Braval à Agere e a aquisição da quota que os privados tinham na Agere e trazer a empresa para controlo, cem por cento do Município. Quanto isso custaria, atendendo a que se isso fosse uma receita extraordinária, para a Agere, sabiam bem que ao longo do tempo se iria diluir na distribuição de dividendos, para com o acionista privado e do qual o Município veria muito pouco. Portanto, essas perguntas que em momento algum foram esclarecidas naquele documento, gostariam de obter mais alguma informação da parte do Município e parecia-lhes ser importante para todos tomarem aquela decisão em consciência. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para salientar que: “A empresa BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. foi, na verdade, constituída no ano de mil novecentos e noventa e seis, assumindo a natureza de sistema multimunicipal com as finalidades de triagem, recolha

seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, sendo atualmente participada pela AGERE e pelos Municípios de Vieira do Minho, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Amares e Terras de Bouro. Efetivamente, se, por um lado, é verdade que este sistema multimunicipal foi criado pelo Decreto-Lei número cento e dezassete barra noventa e seis, de seis de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número quatrocentos e setenta e um barra noventa e nove, de seis de novembro, e que no entretanto decorreram já mais de duas décadas, o certo é que, por outro lado, não se poderá deixar de referir que a criação deste sistema multimunicipal se revelou, à data, uma circunstância inovadora no âmbito do associativismo municipal. Na realidade, nos termos do disposto nos diplomas legais mencionados, a gestão e exploração do sistema multimunicipal foi concessionada à BRAVAL, por um período de vinte e cinco anos, aproximando-se o seu termo que se verificará em nove de outubro de dois mil e vinte e um. Consequentemente, por Despacho do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, foi determinada a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por membros do respetivo Gabinete, da ERSAR, da BRAVAL, da APA e da CCDR-N, competindo à BRAVAL promover as diligências no sentido do término da atual concessão do sistema multimunicipal, nos prazos legalmente estabelecidos. No seguimento, em trinta de novembro de dois mil e dezoito, este Grupo de Trabalho apresentou um relatório circunstanciado, em que são indicadas medidas para a constituição de um sistema que salvguarde a continuidade de uma atividade de relevante interesse público. Assim, foi entendimento da BRAVAL, entidade a quem cabe tal tarefa, que a estrutura que melhor cumpre os desígnios pretendidos é uma empresa intermunicipal, participada por todos os Municípios que fazem parte da atual estrutura da BRAVAL. Com efeito, a BRAVAL abrange uma população de, aproximadamente,

trezentos mil habitantes, que produz cerca de cento e vinte mil toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos, recebe resíduos provenientes dos seis municípios, e sustenta-se nos propósitos fundamentais de recuperação ambiental, construção de infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos e recolha seletiva com implementação de ecopontos. Pois bem, a prossecução das atribuições cometidas à BRAVAL exigem conhecimentos técnicos e organizativos, bem como know how, suscetíveis de proporcionar eficiência e eficácia. Ademais, afigura-se essencial a gestão integrada de atividades de interesse para as populações em geral, consubstanciada numa cooperação entre os Municípios, capaz de assegurar racionalidade, eficiência e sustentabilidade. Pelo que a constituição de uma empresa de natureza intermunicipal concretizará os fins intentados. No quadro deste processo, julgamos que é indispensável fazer duas considerações em particular: primeiramente, no que diz respeito aos recursos humanos, aos trabalhadores, e em conformidade com as declarações públicas do Presidente do Conselho de Administração da BRAVAL, os seus direitos laborais estão devida e adequadamente, acautelados, designadamente ao nível da antiguidade. Demais, considerando que há já uma série de necessidades permanentes estabilizadas, nomeadamente as relativas ao funcionamento da Central de Valorização, os trabalhadores em regime de trabalho temporário passarão a efetivos, informação que já lhes foi anunciada. Em segundo lugar, relativamente ao património, a regra é a de que, finda a concessão, o património reverte para a entidade concedente, neste caso, o Estado, por intermédio do Ministério do Ambiente. Ora, o que resulta das negociações e é compromisso assumido é que, quando o concedente tiver de se pronunciar formalmente sobre o futuro da concessão, o que terá lugar quando faltarem dezoito meses para o término da mesma, será emitido um decreto que determinará a resolução da BRAVAL (BRAVAL 1) e que,

*concomitantemente, constituirá a nova empresa intermunicipal (BRAVAL 2), para a qual os bens serão transmitidos pelo Estado, através do Ministério do Ambiente. Posto isto, esta bancada votará favoravelmente esta proposta”. Depois interveio o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o Partido Socialista concordava, naturalmente, com a estratégia que foi adotada e que iria ser cumprida nos termos da lei pela Agere. Tanto quanto se sabia, a questão dos recursos humanos estava assegurada, o que queria dizer que o pessoal que lá trabalhava iria continuar e, portanto, quanto a isso estavam sossegados, porque naquelas transições, por vezes, sobrava sempre alguma coisa e tanto quanto sabiam, estavam informados, não haveria qualquer problema, pelo contrário, conforme foi referido pelo Deputado João Alcaide, até haveria trabalhadores que passariam para tempo inteiro. Havia, apenas, uma questão que era preciso, ali, esclarecer, que ainda não foi dita e tanto quanto sabia, também, não estava muito bem explicitada. Neste momento, a Agere era detida a quarenta e nove por cento por empresas privadas, que, também, eram proprietárias daquele terreno. Ou seja, quando entraram com a participação de quarenta e nove por cento, compraram quarenta e nove por cento de tudo o que era património da Agere. Ora, como foi, ali, muito bem explicado pelo Deputado João Alcaide, o património, numa primeira fase, iria para o Estado e, depois, numa segunda fase, iria para a empresa que iria ser constituída. Mas, a verdade, era que continuava a haver um património que, no seu entendimento, não sabia como isso se resolveria, porque não estava a ver os particulares, os privados, a prescindir de quarenta e nove por cento de setenta e cinco por cento daquele património que ali foi construído. Daí que a situação não estivesse bem explicada. Era conveniente, para evitar, depois, qualquer litígio, que não interessava a ninguém. O que interessava era que aquela transição se fizesse de*

*forma calma e serena e que a Braval, que, desde mil novecentos e noventa e seis, prestava um grande serviço ao Município de Braga, sob o ponto de vista ambiental, continuasse o seu trabalho e o seu futuro. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar algumas notas sobre aquele processo. A primeira, porque era uma nota muito importante salvaguardar, tinha a ver com o desenlace. Aquele não era o desenlace que a Câmara Municipal de Braga pretendia e que, muito menos, a empresa na qual a Câmara tinha uma participação, que era a Agere, também, desejava, enquanto sócia efetiva e maioritária, de uma forma esmagadora, da Braval. Sempre reivindicaram, aliás, essa reivindicação nem sequer foi iniciada com este Executivo Municipal, já vinha do Executivo anterior, que a concessão, atualmente, concedida à Braval, fosse prorrogada no tempo e, naturalmente, fosse renovada de maneira a poder continuar o trabalho, que julgava todos consideravam meritório, que aquela empresa intermunicipal, tinha desenvolvido. Não foi essa a posição do Governo, e deste Governo, em particular, que quase diria, num certo contrassenso, além de não aceitar essa renovação, foi, também, considerando que a participação de privados no capital da Agere, era um óbice a essa mesma concessão e, daí, que, depois de muita discussão, tivesse entendido que a única solução que poderia aceitar, era a da retirada da Braval da esfera da Agere e da criação de uma nova empresa intermunicipal que, no fundo, corporizava o processo que, ali, estavam a discutir. Ou seja, era decretado o fim da concessão, ou não renovação da concessão e, por conseguinte, o fim da Braval, tal qual ela existia. O Governo voltou a avocar a concessão e a gestão daquelas competências e, depois, atribuiu-as a uma nova empresa intermunicipal, que seria criada e na qual a Agere não teria participação, mas sim, as Câmaras Municipais deste território.*

Não havia, aqui, caro Deputado Pedro Casinhas, nenhuma negociação de participações. A Braval deixará de existir. Seria liquidada quando tal viesse a suceder, porque deixava de ter um objeto de atividade. A nova empresa seria constituída, também, de acordo com aquilo que os municípios viessem a considerar que seria razoável, para a constituição e composição do seu capital social. O Governo, por sua vez, obviamente, que iria retirar da Braval, aquilo que eram considerados os ativos da concessão, fossem eles físicos ou humanos e iria, depois, entrega-los à nova empresa intermunicipal. E, naturalmente, que dessa transferência de ativos entra a atual Braval e a futura Braval, Braval um e dois, pegando nas palavras do Deputado João Alcaide, naturalmente que poderia existir e, seguramente, que existiria, uma responsabilidade indemnizatória do Estado, para com a Agere e para com os atuais acionistas da Braval, em função dos ativos que por estes foram criados, porque haveria que distinguir, e essa era uma questão que não estava, ainda, quantificada, porque essa discussão, ainda, não foi feita com o próprio Governo, quais seriam considerados os ativos da concessão e quais não seriam. Isso, seguramente, que a Agere, enquanto acionista e as outras Câmaras Municipais, numa primeira instância, teriam tendência a defender, que os ativos da Braval seriam o máximo possível, ativos do negócio e não ativos da concessão, porque, entretanto, houve vários investimentos que foram concretizados, ao longo dos últimos anos, o Estado tentaria ter a posição, precisamente, contrária e dizer que não, que tudo estava afeto à concessão e, portanto, não haveria necessidade, na ótica do Estado, de ressarcir os atuais acionistas da Braval. Como disse, essa era uma discussão que não estava feita, que não estava quantificada e que, obviamente, só iria ter materialização depois daquele processo estar concluído. Nesta fase, a Câmara Municipal de Braga, não tinha nenhuma responsabilidade financeira, nem seria à

*Câmara Municipal de Braga, que essa responsabilidade, em última análise, seria imputada, uma vez que essa disputa seria estabelecida entre os acionistas da atual Braval e o Estado Central ou o Ministério do ambiente, que era quem estava a gerir esse processo. Sobre essa transferência, além dos ativos físicos, também estava assegurado, de facto, que os ativos humanos seriam, também transferidos e, portanto, todos os colaboradores que, hoje, estavam ligados à Braval seriam, novamente, alocados à nova empresa que seria constituída e o serviço, também, que era a preocupação última da população, seria, naturalmente, assegurado, na sua plenitude na transição entre as duas empresas. Usou, novamente, da palavra, o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para solicitar um pedido de esclarecimento, no sentido de a Câmara garantir de que não sairia um cêntimo dos cofres da Autarquia, para compensar os acionistas da Agere, naquele processo. O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, informou que não havia nenhuma compensação entre aquilo que a Câmara Municipal teria que pagar, não havia nenhuma compensação, por assim dizer, da Câmara Municipal aos acionistas privados da Agere. O que poderia existir, se quisesse traduzir, de uma forma muito direta, também, a sua questão, naquela relação entre o Estado e os acionistas atuais da Braval um e os acionistas futuros onde, obviamente, a própria Câmara estaria, na Braval dois, se houvesse ativos, que não fossem considerados afetos à concessão e que a Braval dois quisesse manter, a Braval dois iria ter que os pagar aos sócios da Braval um e os sócios da Braval um, incluíam a Agere, onde a Câmara só detinha cinquenta e um por cento. E, portanto, os sócios de quarenta e nove por cento teriam a receber esse diferencial, mas isso seria pago, indiretamente, por força daquela transferência*

*de competências. Passariam a ter, por outro lado, setenta e nove por cento da nova sociedade, em vez de terem cinquenta e um de setenta e nove. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinco abstenções**. **PONTO NÚMERO DOZE - CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE DUAS PARCELAS DE TERRENO A FAVOR DO SPORTING CLUBE DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de oito de abril do ano em curso, relativa ao contrato de constituição do direito de superfície de duas parcelas de terreno, com as áreas de catorze mil trezentos e cinquenta metros quadrados e de catorze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados, a favor do Sporting Clube de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para dizer que: "Submeteu-se à apreciação desta Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, relativa ao contrato de constituição do direito de superfície de duas parcelas de terreno, a favor do Sporting Clube de Braga, num longo processo que já vai no seu terceiro capítulo, iniciado já nos idos de dois mil e quinze. Recorde-se que os termos do contrato de cedência do direito de superfície sobre a parcela referente à "piscina olímpica" já haviam sido aprovados por duas ocasiões: a primeira em dois mil e quinze e a segunda em dois mil e dezoito, sendo que esta última veio apenas clarificar as contrapartidas que o Clube concederia ao Município. É conhecido o empenho da CDU, desde a primeira hora, na procura de uma solução viável para as instalações inacabadas da denominada "piscina olímpica", estrutura que, volvida mais de uma década, se tornou um verdadeiro "elefante cinzento" naquela zona da cidade e que não dignifica a envolvência do*

Estádio Municipal. Tal facto levou a que CDU, aquando do processo referente à primeira fase da cidade desportiva do SC Braga, propusesse a inclusão daquela parcela de terreno no projeto global, de maneira a concluir aquele equipamento integrando-o na verdadeira cidade desportiva que aí se pretende criar bem como evitando a construção de novas edificações de grande impacto, previstas no projeto inicial. Porém em todas as propostas da CDU e nomeadamente na proposta aprovada por esta Assembleia em dezanove de setembro de dois mil e dezoito, sempre esteve claro que os contratos, nos quais se estabeleciam as doações ou a constituição de direitos de superfície, conferiam esses direitos exclusivamente ao Clube. Foi por isso com enorme estupefação que constatamos que as alterações que o executivo pretende introduzir ao documento já aprovado, introduzem novas alíneas as quais, no mínimo, e dada a sua importância, não podem ser relativizadas nem deixar de merecer o nosso forte repúdio. Por um lado, constata-se a inclusão de uma nova parcela a ceder sem que para o efeito seja dada qualquer explicação e/ou identificação da mesma em planta. Por outro lado, na alínea e da cláusula quarta, abre-se a possibilidade de o Clube ceder à SAD, com informação prévia do município, o direito de superfície das duas parcelas. Tal possibilidade encontra-se, no nosso entendimento, nas antípodas do espírito inicial do contrato configurando, um favorecimento inaceitável a uma entidade comercial com fins lucrativos, o que colide flagrantemente com o interesse público que deve subjazer aos contratos de cedência de direitos de superfície. Efetivamente o Clube Sporting Clube de Braga é uma Instituição de Utilidade Pública pelo que a CDU reafirma a sua posição de colaboração com o SC Braga, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento do projeto da cidade desportiva, enquanto fator de desenvolvimento e formação desportiva de valor inquestionável para o município. Já afirmámos nesta Assembleia que o

nosso compromisso é com interesse público e alertamos para o cumprimento cabal de todas as contrapartidas colocadas. Dissemos, à altura, que estaríamos atentos e não deixaremos de exigir a abertura deste projeto à comunidade. Porém tais alterações ao contrato inicial configuram uma verdadeira mudança de rumo que não se coaduna com o espírito inicial de interesse público facto pelo qual a CDU votará contra esta alteração ao contrato de constituição do direito de superfície. Mantemos com coerência o nosso compromisso inquestionável com a defesa do interesse público deste projeto, com a sua abertura à comunidade, pelo acesso generalizado das populações à prática e fruição desportivas”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, inicialmente, agradecer aos Deputados João Marques e Pedro Sousa, as referências amáveis que lhe dirigiram na primeira parte daquela sessão e dizer-lhes que, da sua parte, sempre poderiam contar com a solidariedade e luta por uma Braga cada vez melhor. Em relação ao ponto ora em discussão e numa declaração de interesses, dizer que era sócio do Braga há umas dezenas de anos e para si a abordagem daquela questão era de bastante complexidade e, também, de grande cuidado. E faziam-no, sobretudo, porque havia, ali, algumas questões que eram fundamentais, não só para o desporto bracarense, como se calhar, para o futuro do Sporting Clube de Braga. De quem era, hoje, o Sporting Clube de Braga Futebol SAD? Desde que a Câmara vendeu as suas participações, não sabiam quem eram os reais proprietários do Sporting Clube de Braga Futebol SAD. Era evidente que eram todos sócios, mas que, de uma forma anónima, não sabiam quem eram. E, portanto, a sua primeira grande questão, era saber se a curto, a médio ou a longo prazo, não teriam, ali, um Belenenses ao contrário, onde, efetivamente, os interesses não pactuavam. Aliás, numa carta muito misteriosa, que lhes chegou datada de dezanove de março, remetida à Câmara e

que lhes chegou no próprio dia do início daquela Assembleia, eram referidas, lá, algumas questões, que eram muito importantes. A primeira era referir que aquele pedido radicava num enorme passivo que o Sporting Clube de Braga possuía e que não podia continuar a deter aquela concessão do direito de superfície e que, portanto, por essa razão, era pedido à Câmara Municipal de Braga, que fosse dada a posição do Sporting Clube de Braga ao Sporting Clube de Braga Futebol SAD. E porquê? Porque, neste momento, e conforme se podia ler naquela carta, o Sporting Clube de Braga já não fazia nada, a não ser as atividades ditas amadoras, sendo que as mesmas tinham uma autonomia própria, elas existiam, porque os próprios seccionistas e os próprios diretores dessas modalidades tinham que obter economias, para que esses desportos, nomeadamente, o futebol de salão, o basquetebol, o voleibol, pudessem funcionar. E então o que tinha o Sporting de Braga? Perdeu a formação. E o que tinha era a cor da camisola, o emblema e, também, os terrenos onde foram construídos os campos de futebol da primeira fase da Academia, mas que os preocupava, por uma razão muito simples. Se o Sporting de Braga tinha um grande passivo, um dia poder-se-iam ver confrontados com alguém que iria tomar conta deles. E o que restava, então, ao Sporting Clube de Braga? Como disse, o emblema e a cor da camisola e pouco mais do que os campos que, também, eram usados pelo Sporting Clube de Braga Futebol SAD. E isso colocava-os perante uma situação, primeiro, a quem era bracarense, que o futuro do Sporting Clube de Braga poderia vir a depender, não da vontade dos sócios e de uma maioria, que equilibrava e defendia os interesses do Sporting Clube de Braga e era essa a questão que tinha a ver com a questão desportiva e com a questão do clube. Outra era uma questão mais de caráter legal e que não lhe parecia, também, muito correta, sinceramente E porquê? Porque era normal que uma entidade que integrava o Estado, como o

Município de Braga, quando fazia a concessão do direito de superfície, fazia-o no sentido de uma questão de utilidade pública. Não discutia a questão da utilidade pública, o que discutia era que essa concessão fosse quase como uma concessão “ad aeternum”. Ou seja, era uma concessão que se iria prolongar por longo tempo e feito a uma entidade particular da área privada. E, portanto, o que se estava, ali, a fazer, ia contra aquilo que eram regras que, no seu entendimento e admitia que não dominando pudesse estar equivocado, mas, a verdade era que isso não cheirava muito bem, como se costumava dizer. Aliás, a própria proposta parecia, usando um termo que o Sr. Presidente da Câmara muito usava, um fato à medida, com ligações que começavam a ser extremamente perigosas e que o próprio futuro poderia levantar algumas questões. Portanto, era um tema muito quente, um tema muito complexo e um tema que achava que, no futuro, poderia trazer algumas questões muito sérias, não só sob o ponto de vista legal, mas, também, do interesse público. Estava, ali, uma questão que a Câmara, por vontade própria e se fosse aprovado, já o aprovou na Câmara, iria ceder uma posição que pertencia ao Sporting Clube de Braga, a uma entidade privada, sociedade anónima desportiva e depois um clube que achava que se estava a desfazer, não diria a desfazer dos bens, mas que perdeu o equilíbrio de poder sustentar aquilo que era um património, fosse ele em direito de superfície, ou fosse no que fosse, e que, realmente, ficava muito limitado. Esperava que quem iria votar o fizesse com muita responsabilidade, porque era, de facto, uma questão de muita responsabilidade. Por isso, dizer que o Partido Socialista, que, naturalmente, votou, num primeiro momento da concessão do direito de superfície, naquele espaço, onde estava a piscina, muito bem, para o Sporting Clube de Braga e, agora iria votar contra. Lendo aquela carta que foi dirigida pelo Sporting Clube de Braga Futebol SAD, ao Sr. Presidente da Câmara, foram

*ditas algumas coisas muito importantes, que os obrigava a refletir. Se fosse para a frente aquele negócio que o Sr. Presidente da Câmara queria fazer da venda do estádio, devia lembrar que os dois campos de futebol anexos, se alguém comprasse o estádio, também, precisaria de um local para treinar. E, portanto, ficava o estádio despido de um complemento muito importante na prática desportiva, que eram os campos de treino. Depois, também, e se um dia o Sr. Presidente da Câmara aceitasse essa versão, a própria alameda do estádio teria que ser cedida, porque integrava o conjunto onde se integravam esses campos e, por sua vez, esses campos integravam o conjunto da Academia. Só faltava mesmo o Sr. Presidente da Câmara entregar o estádio e ficavam os problemas todos resolvidos, ficavam todos de bem e o Sporting de Braga ficava com o estádio. Posteriormente interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que bem que gostaria de não ter razão, mas não era o rabo que estava de fora, estava o gato todo. Sempre disseram isso. Para o BE não era novidade nenhuma. O beneficiário direto era a SAD, sempre foi e a intenção era só essa. O Sporting Clube de Braga era barriga de aluguer, pura e simplesmente. E quem tinha dúvidas sobre essa matéria, era muito benévolo. Não mais do que isso. Disse, ainda que: “sem dúvida que o Senhor Presidente da Câmara é um homem multifacetado, que não pára de nos surpreender: tanto na imitação do "Callimero", lamentando-se diariamente da falta de dinheiro e das dívidas herdadas, na construção de narrativas e enredos, ao estilo da stand up comedy, como na de modelo fotográfico ou mordomo festeiro. Recentemente confirmamos mais um talento: o de engenheiro financeiro e jurídico. Já há algum tempo que se vislumbrava tamanha graça, naquela capacidade de conseguir dinheiro para o supérfluo, mas nunca o arranjar para o essencial. Em suma para conseguir deixar os anéis mesmo que estes fiquem sem*

dedos. A grande novidade é que o Senhor Presidente da Câmara resolveu colocar esse talento ao serviço de uma sociedade desportiva. Estamos em crer que o fará pró bono, em honra do seu fervor clubístico. Se assim não for, como se explica este terceiro contrato com o Sporting de Braga, que somos chamados a votar? Ironia à parte, o assunto é demasiado sério para ser tratado com fervor clubístico, única variável que parece ter sido tomada em consideração nesta clamorosa proposta agora submetida à deliberação da Assembleia Municipal. É que, recordam-se, foi o fervor clubístico - para não lhe chamarmos nomes menos elevados - que levou esta autarquia a perder doze hectares de terreno destinados a um parque urbano, quando, em dois mil e quinze, foi aprovada a doação destes terrenos, públicos, para a construção da Academia do Sporting Clube de Braga. Logo aí surgiam as primeiras dúvidas sobre o interesse público de um projeto que não ia servir toda a população, mas sim o futebol dos negócios milionários. Um ano passado, o fervor futebolístico - para não lhe chamarmos nomes menos elevados - parecia esmorecer. Em mais um número de alto dramatismo, Ricardo Rio simula uma zanga com o presidente do Sporting de Braga, por este não aceitar que oitocentos metros do futuro pavilhão multiusos se destinem ao usufruto da comunidade. O pseudodrama tem então nova cena: "se não me deixas pôr lá os munícipes a fazer ginástica tens de fazer de conta que me dás qualquer coisinha, em troca de eu te dar o direito de superfície, que só acabará no tempo dos meus bisnetos, para a desvergonha não se notar muito". Sete meses depois a boa nova aí vinha. A generosidade sem limites de António Salvador era anunciada: "dou-te uns trocos de quatrocentos mil euros e não digas que vais daqui!" Ricardo Rio agradeceu de joelhos e rejubilou: "com tanta massa posso dizer que vou fechar um ringue em São José, até que a malta descubra que tal coisa é impossível; nessa altura, inventa-se outro número. Finalmente, nos

últimos dias, o pano caiu, depois de quatro anos de farsa e um terceiro contrato, para destapar o segundo objetivo, e principal, deste projeto: beneficiar de forma absolutamente despidorada a Sporting Clube de Braga - Futebol, SAD. Apenas um aparte para os mais fervorosos braguistas, onde, pensamos nós, se incluiu o Presidente da Câmara: não estaremos a assistir ao princípio de uma história que pode vir a acabar como a do Belenenses, ou seja, a Sociedade Anónima Desportiva ficar proprietária de todos os bens, jogadores incluídos, e o Sporting Clube de Braga ficar, como se costuma dizer, com uma mão atrás e outra à frente? E andaram quatro anos a contar-nos a história da carochinha, que isto era um grande projeto para o Sporting Clube de Braga. Até o governo foi no engodo! O que se esconde neste terceiro contrato, além do aumento do pacote inicial, com um bónus de mais dois campos de futebol, é, essencialmente, a inclusão da terceira cláusula, alínea E, pela qual, preto no branco, o Município de Braga autoriza, desde já, o clube a ceder, total ou parcialmente, o direito de superfície, objeto do atual contrato, à Sporting de Braga - Futebol SAD. O desastre não podia ser maior: perdemos um parque, com o pretexto de estarmos a contribuir para o património do Sporting de Braga e deixamos que parte desse património seja gerido, em benefício próprio, por uma Sociedade Anónima. Assistimos, ainda, ao humilhante espetáculo de ver um Presidente de Câmara a ajoelhar-se perante o presidente de um clube e de uma SAD. Como engenharia financeira e jurídica até pode não estar mal. Para o Senhor Presidente da Câmara e restante vereação desta maioria é péssimo e humilhante. Houvesse algum sentido de decência e de amor à causa pública, o que manifestamente não há, não sujeitariam esta Assembleia a uma decisão que se adivinha, no mínimo, desprestigiante, senão mesmo ilícita”. E, acrescentaria, que com atitudes como aquela, o Executivo Autárquico, reduzia, cada vez mais, a distância entre a

prática autárquica de Braga e a de Freixo-de-Espada-à-Cinta. Registou-se, ainda, a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para destacar que: “O Sporting Clube de Braga, solicitou à Câmara Municipal, em dezanove de março último, uma alteração ao Contrato de Constituição do Direito de Superfície, aprovado no ano passado, para que o projeto inerente ao mesmo seja, segundo o Clube, convenientemente executado no sentido de melhor prosseguir os seus interesses e da comunidade bracarense. Foi, portanto, do Sporting Clube de Braga, realço, que partiu a iniciativa do pedido alteração do Direito de Superfície e não por iniciativa da nossa Câmara Municipal. Este Contrato visa atribuir ao Braga, mediante a contrapartida de quatrocentos mil euros, o direito de superfície, durante setenta e cinco anos, de duas parcelas de terreno situadas junto ao estádio municipal. Na parcela de terreno de catorze mil trezentos e cinquenta metros quadrados, o Sporting de Braga, pela cedência do citado do direito, terá de construir um pavilhão multiusos, constituído por ginásio, balneários, vestiários de apoio, zona residencial, área de refeitório, sala de estar e de lazer. Já no terreno de catorze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados, o Sporting Clube de Braga, terá de construir, dois campos de treino integrados nas atividades a realizar pela Cidade Desportiva. A Câmara Municipal de Braga, para salvaguarda do interesse público, também considerou que este clube teria de ter mais algumas obrigações contratuais, a saber: desde logo ficam sob a responsabilidade do Braga as despesas de funcionamento, de manutenção, de obras e benfeitorias, bem como as despesas inerentes à rede de distribuição de água, de esgoto e de eletricidade. O clube terá de conservar em bom estado as construções objeto do presente contrato sob pena de indemnizar o município. Obrigações muito diferentes, como todos sabemos, que o Braga teve no passado, enquanto usuário do Estádio

Municipal. Além destas obrigações, e também para a salvaguarda do interesse público, a Câmara Municipal de Braga considerou que o Sporting Clube de Braga terá de criar um circuito de manutenção que permita a utilização e acesso livre da população para a atividade física, além de ceder ao município, duas vezes por ano, os dois campos de treino para atividades públicas, em datas decididas por acordo. O Braga terá de concluir todas as obras previstas no prazo de três anos e afetar, quer o terreno, quer as infraestruturas para o fim previsto no contrato, sob pena da sua resolução. Mas, não acabam aqui as obrigações que a Câmara Municipal colocou como condição de cedência do referido Direito de Superfície: É claramente estipulado, também contratualmente, que, se a utilização dos terrenos, ou a construção neles edificada, não tiver o fim estabelecido no presente contrato, reverterão, quer uns, quer outros, a favor do município. Por outro lado, são condições necessárias para o uso das instalações por parte de terceiros, a realização de protocolos para o efeito bem como o acordo prévio entre a Câmara e o Clube. Não são permitidas negociações sobre direitos económicos ligados às construções ou aos terrenos, sem a prévia autorização de Câmara Municipal de Braga. Foram também estipuladas regras aquando das candidaturas a fundos comunitários, relacionadas com as obras e benfeitorias daí decorrentes, sempre acautelando os interesses do município. Assim, a Câmara Municipal de Braga, estipulou uma série de condições para salvaguarda do interesse público que visa o desenvolvimento da atividade do Clube mais representativo da nossa cidade, com benefício da sua população e a total salvaguarda dos interesses da autarquia. Estes terrenos são sempre públicos, são sempre pertença do Município, podendo o Braga, através do Direito de Superfície, utilizá-los, bem como as infraestruturas a construir, mediante a contrapartida de quatrocentos mil euros e durante setenta e cinco

anos. Além do mais, em caso de transferência do Direito de Superfície a preferência é, em primeiro lugar, da Câmara Municipal que poderá, se o desejar, retomar o direito pleno sobre os terrenos e as suas edificações. Voltando agora, mais especificamente, à questão objeto deste ponto da nossa ordem de trabalhos, o Sporting Clube de Braga, solicitou à Câmara Municipal que o Clube transfira, desde já, total ou parcialmente, o Direito de Superfície dos terrenos indicados a favor da SAD, ou mais corretamente, a favor do Sporting Clube de Braga - Futebol SAD. Segundo as razões atendíveis apresentadas pelo Braga, esta pretensão está umbilicalmente ligada às regras estipuladas quer pelo Banco Central Europeu, quer pelo Banco de Portugal, que impedem ou condicionam fortemente, o financiamento da banca ao Clube para a construção da segunda fase da Cidade Desportiva, aumentando ainda mais, caso isso acontecesse, o passivo do Clube e acarretando tal facto imensa dificuldade para a sua atividade. Pela cedência do Direito de Superfície à SAD, será esta a ter a obrigação da construção da segunda fase da Cidade Desportiva, libertando o Clube dos encargos inerentes que serão assumidos pela Sociedade Anónima Desportiva. Nessa sequência, a oneração da superfície e das futuras construções poderão ser efetuadas única e exclusivamente para garantia do crédito relacionado com o financiamento da Cidade Desportiva, embora quaisquer outras negociações, ligadas às construções ou aos terrenos, não possam ser feitas sem a prévia autorização da Câmara Municipal. Assim sendo, caem por terras as considerações públicas da oposição, que pretendem dizer que esta cedência de Direito de Superfície não atende o interesse público. Atende sim, porque, a pedido do Clube, a cedência deste Direito de Superfície à SAD, é a única maneira do Sporting de Braga ver surgir uma obra desta dimensão com claros benefícios para a cidade, sendo sempre acautelado, como acima demonstrei, o interesse do

município que é o interesse da população de Braga. Esta cedência do citado Direito é um expediente jurídico com consequências de engenharia financeira para ser possível construir a segunda fase da Cidade Desportiva, estando o interesse público protegido, como amplamente expliquei. O Decreto Lei dez barra dois mil e treze, que versa sobre a natureza jurídica das Sociedades Anónimas Desportivas, no seu artigo segundo, número um, estipula a dada altura que estas sociedades visam a promoção e organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva de modalidades que estas sociedades têm por objeto. E diz o seu artigo vigésimo quinto: "a utilização das instalações de clubes desportivos pela sociedade desportiva por ele participada, deve ser titulada por contrato escrito no qual se estabelece as adequadas contrapartidas", contrapartidas estas que aliás o próprio Clube prevê na solicitação acima referida em dezanove de março. Como disse o Presidente Ricardo Rio, é ao Clube que cumpre estabelecer as contrapartidas que achar necessárias para sustentar este pedido de cedência. Assim sendo, o Sporting Clube de Braga, tem todas as condições, para estipular com a SAD as regras pelas quais esta cedência de superfície é realizada, de modo a salvaguardar sempre a situação do Clube e da Cidade Desportiva face às vicissitudes da vida. Atendendo às necessidades de financiamento que o Sporting Clube de Braga tem, para a realização uma obra desta envergadura, bem como o interesse que a mesma tem para a população de Braga, acautelando, como foi feito, o interesse público ou o interesse municipal, o grupo parlamentar do PSD vota favoravelmente esta proposta de contrato para a constituição do direito de superfície das duas parcelas de terreno consideradas". **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, interveio para começar por dizer, que ainda iria chegar o dia

em que iriam ver o Sr. Deputado António Lima a ser coerente com as suas palavras e ir para ali, para a Assembleia Municipal, de vestidinho branco, qual virgem vestal, que pretendia defender o puritanismo do Bloco de Esquerda em relação à onda de ilegalidade e de vigarice que o rodeava, fosse ela nos políticos, nos autarcas, nas empresas, nos clubes desportivos ou nas Juntas de Freguesia, como já, ouviram, ali, muitas vezes. A verdade era que sobre aquele tema não havia nenhuma questão de legalidade, como mais uma vez, veladamente, tentou insinuar. Não havia nenhum negócio escondido. Havia uma opção política clara, legitimada e, obviamente, que cabia aos Senhores Deputados decidir se concordavam ou não com ela. Não era preciso ir para ali invocar pertenças, suposições que, naturalmente, tentavam manchar aquilo que era a dignidade das pessoas, com a habitual atitude que o Bloco de Esquerda já os habituou de tentar atirar as pedras e imediatamente esconder a mão. Portanto, ou assumia, ali, as coisas que queria dizer, ou não ia, para ali, com aquele discurso, absolutamente pseudopuritanista de que, ainda por cima, estava muito bem acompanhado por quem tinha deputados a dar sedes de partido como residência, ou que tinha especuladores imobiliários a serem os melhores representantes do partido. Portanto, achava que tinha que ser coerente, também, com as suas atitudes e com o seu discurso. A questão que estavam, ali, a discutir, era uma opção política. E era uma opção política, que tinha a ver com a intenção que a Autarquia teve de dar um outro rumo a uma situação com que foi confrontada e com que todos os Bracarenses estavam confrontados, de há muitos anos a esta parte, que teve uma primeira parte dessa história, que foi a doação, foi essa a opção tomada, dos terrenos que, inicialmente, estavam previstos para não um parque urbano, mas um conjunto de equipamentos desportivos inseridos num parque urbano, em que se incluía um pavilhão multiusos, um radicódromo, um circuito de manutenção e

toda uma série de outras valências e, portanto não sabia, de quanto restaria depois desses equipamentos para parque urbano, mas que se entendeu que, face à impossibilidade de concretizar esse mesmo projeto, melhor seria tornar viável uma ambição que o Sporting Clube de Braga tinha há muitos anos, de criar o seu centro de formação desportiva. E, nessa altura, tomaram, de uma forma taxativa, a opção de não doar esses terrenos à SAD, mas sim ao Clube e de forma absolutamente irreversível e irrevogável. Quem era proprietário, vitaliciamente, desses mesmos terrenos e com risco de os perder, quando alguma vez tentasse aliená-los a um terceiro, era o Sporting Clube de Braga, Clube e não a SAD ou qualquer outra entidade. Isso estava estabelecido na decisão que os Senhores Deputados, no mandato anterior, tomaram, naquela mesma Assembleia. Coisa diferente aconteceu em relação à segunda parte do centro de formação desportiva, por vários motivos. Primeiro, porque o que estava em causa já não era, apenas, um terreno que tivesse sido adquirido pelo Município, para objetivos de interesse público, era um edifício que, embora, inacabado, como se poderia constatar, deslocando-se ao local, tinha sido um edifício em que a Câmara Municipal já tinha desperdiçado quase nove milhões de euros no seu início de construção. E, também, por isso, a opção foi não de fazer uma doação, mas sim, apenas, a cedência de um direito de superfície. Isso foi, também, ali, devidamente explicado, com as contrapartidas que foram estabelecidas e discutidas, posteriormente. Dissesse-se, aliás, que sobre aquela matéria, tinha uma consciência perfeitamente tranquila, sobre a opção tomada pelo Município. Hoje, o centro de formação desportiva do Sporting Clube de Braga, na primeira fase, já concretizada, que ia muito para lá dos meros campos de futebol, era um equipamento de excelência, de referência para a região, de enorme benefício para muitos milhares de jovens bracarense que, ali, utilizavam, diariamente,

aquele equipamento e, inclusivamente, para o clube, que era um dos seus maiores embaixadores da própria cidade. E, portanto, naturalmente, que ficava muito satisfeito, por ter contribuído para que, de uma vez por todas, esse projeto se pudesse ter concretizado e para que, corrigindo, ali, um erro histórico que, talvez, por distração ou por negligência o Deputado João Nogueira ocorreu na sua intervenção, finalmente, dando ao Sporting Clube de Braga, algum património, que nunca teve, porque nada sobrou para o Sporting Clube de Braga da girandola de apartamentos, terrenos, bombas de gasolina, que andaram a circular entre o clube, os empreiteiros, a Câmara Municipal, mas do qual, em dois mil e treze, tinha zero. Não tinha, absolutamente, nenhum património próprio, depois de todos esses apoios, que recebeu ao longo dos anos. Agora, tinha. Tinha os terrenos, onde estava implantada a primeira fase da Academia e terá a cedência, por direito de superfície, da piscina olímpica, que era um edifício, como disse, não tinha nenhum fim à vista nas mãos da Câmara Municipal e na qual a Câmara Municipal já tinha investido um valor substancial. A Câmara Municipal autorizava, de acordo com aquela proposta, que essa cedência fosse feita à Sporting Clube de Braga SAD, precisamente, porque consideravam que, do ponto de vista do interesse público, que queriam concretizar, essa realidade era completamente diferente da da doação e era completamente compatível com os seus objetivos. O que queriam com aquela cedência, já não era dotar o clube de património, não foi esse o objetivo e, obviamente, de que ele pudesse, através desse património, desenvolver um projeto em serviço da comunidade foi, pelo contrário, que o clube, como, se calhar, o teriam feito com qualquer outra entidade que lhes apresentasse um projeto viável daquelas condições, reabilitasse um ativo e toda uma zona que não estava devidamente aproveitada. E, portanto, naturalmente, que ser o clube, ou a

SAD, na ótica do interesse público municipal, era, perfeitamente, irrelevante. Quem tinha que assegurar que esse direito fosse salvaguardado na defesa os interesses do clube, não eram os Senhores Deputados, permitissem que os corrigisse, não era a Câmara Municipal. Eram, obviamente, os associados do clube, que tinham que julgar aquilo que eram as opções que a direção do clube tomava em relação à SAD, para acautelar toda e qualquer eventualidade que pudesse surgir de um dia a SAD e o Sporting Clube de Braga, não ser, como hoje era, maioritariamente controlada pelo clube. E, portanto, não cabia naquela discussão, saber se o Sporting Clube de Braga se estava a proteger ou não, suficientemente, face a essa entrega, que eles próprios solicitaram, cumpria, também, destacar isso mesmo. Não foi a Câmara Municipal que propôs nenhuma alienação a um terceiro. Não foi a Câmara Municipal que achou que era melhor entregar à SAD do Sporting Clube de Braga. Foi o Sporting Clube de Braga, que solicitou à Câmara Municipal, que concretizasse essa mesma autorização de cedência e entenderam, que nos seus princípios, naqueles que eram os seus objetivos, não havia nenhuma incompatibilidade com essa mesma cedência. Dizer, também, que, obviamente, consideravam que o que era importante, verdadeiramente, para a cidade era que aquele projeto, na sua plena amplitude, fosse concretizado numa forma integral e o mais rapidamente possível. Não fazia sentido nenhum, que aquela zona continuasse a não ter a vitalidade que todos desejavam, para uma zona, absolutamente, nobre da cidade, a curtíssima distância do centro da cidade. E, portanto, o projeto integral da Academia Desportiva, com todas as valências e, agora, não apenas dedicada ao futebol, mas, também, para todas as outras modalidades que estavam previstas para a segunda fase, era um projeto que, enquanto fosse Presidente, seguramente, continuariam a apoiar, por todos os meios que estivessem ao seu alcance e era,

por isso, que concordavam com a pretensão do Sporting Clube de Braga. Apenas uma nota de esclarecimento. Na primeira reunião da Assembleia Municipal, o Sporting Clube de Braga tinha-os informado que iria um representante da administração do clube informar da pretensão, os Senhores Deputados Municipais, no período de antes da ordem do dia. No próprio dia disseram-lhes que não poderiam, mas que pediam, em alternativa, que a Câmara fizesse chegar aos Deputados Municipais, a carta que, entretanto, todos tiveram conhecimento. E aquilo que receberam de resposta foi que essa não era competência da Câmara Municipal, seria, quando muito, competência da presidência da Mesa e daí que tivessem dirigido a carta, para a senhora Presidente, para depois, distribuir pelos Senhores Deputados. Não teve, sequer, conhecimento do teor da carta, até ao dia em que ela chegou aos serviços. Pediu a palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para salientar que bem podia o Sr. Presidente da Câmara esforçar-se e levar, ali, questões que, com certeza, nada tinham a ver com aquela Assembleia e que os erros que, eventualmente, fossem cometidos dentro do Bloco de Esquerda, era evidente que os assumiam e não se envergonhavam deles, ou seja, o Bloco de Esquerda era uma micro sociedade, onde tudo poderia acontecer, como em qualquer outro pardito e isso não os afetava. Agora, a exposição do Sr. Presidente da Câmara não acrescentou, nem retirou nenhuma virgula àquilo que foi afirmado. Era evidente, que gostavam de ver aquele fervor, a pegar em terrenos e atribuí-los àqueles que estavam na fila porque não tinham casa. O Sr. Presidente da Câmara sabia que a Bragahabit não tinha casas, nem terrenos, para satisfazer essas pessoas. Essas pessoas se tivessem uma parcela de terreno, exatamente como a SAD do Braga, também poderiam pedir um empréstimo ao banco, para construir. Agora, não havia da parte da Câmara qualquer iniciativa, qualquer diligência,

para criar uma bolsa de terrenos, para satisfazer necessidades básicas dos munícipes. Isso era o que gostavam de ver. Agora, não restava dúvidas para ninguém e, apesar, daquela extensa explicação do S. Presidente, que não acrescentou nada, era que, de facto, havia um benefício direto, para quem obtinha milhões de euros de rendimento, através do negócio do futebol. Não tinha nada a ver com desporto. Não tinha, absolutamente, nada a ver com a prática desportiva, essa sim, o Sporting Clube de Braga com as atividades amadoras podia promovê-la. A SAD era uma entidade com fins lucrativos, altamente lucrativos e, portanto, os meios para que essa SAD pudesse criar a matéria prima para vender, era isso que a Câmara estava a fornecer. Não tinha nada a ver com o Sporting Clube de Braga. O Sporting Clube de Braga era, e repetia, a barriga de aluguer. E por essas e por outras e no caminho que tinham traçado, desde o início, quanto àquela questão, o Bloco de Esquerda, era evidente, que iria votar contra. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e três votos a favor, com vinte votos contra e com seis abstenções.** O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, apresentou uma **Declaração de Voto** em que disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha, ali, evocado um passado histórico que todos conheciam. Achava que não prestavam um bom serviço ao Sporting Clube de Braga, nem ao desporto bracarense. Porque se no passado, aquele Sporting de Braga, teve que vender as bombas de gasolina, como o Sr. Presidente da Câmara referiu, os terrenos e os andares, e os lugares de estacionamento, não sabia que garantias tinham, que isso não fosse acontecer no futuro e com uma agravante, de que terrenos municipais, que foram cedidos por um bom motivo, fossem vendidos, alienados ou usados, para pagar eventuais hipotecas ou desmandos que viessem a surgir. E, por isso, quando há pouco frisou o equilíbrio que existia, o Sr. Presidente não conhecia a estrutura

societária da SAD do Sporting Clube de Braga e ir, ali, dizer que o Sporting Clube de Braga tinha a maioria das ações, achava que não correspondia à verdade, para não usar aquela frase, que a Assunção Cristas costumava. E, por isso, dizer que achava que, hoje, a Assembleia Municipal, respeitando aquilo que era a liberdade de voto de cada um, prestou um mau serviço ao Sporting Clube de Braga.

PONTO NÚMERO TREZE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e cinco de fevereiro, de oito e de vinte e cinco de março e de oito de abril do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua da Carpintaria”, no montante de noventa e oito mil quatrocentos e setenta e um euros e quarenta e seis cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Calçada da Bouça - alargamento e pavimentação – Escudeiros”, no montante de trinta e dois mil trezentos e noventa e sete euros e oitenta e três cêntimos; Três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da travessa de Penso”, no montante de trinta e dois mil centos e trinta e sete euros e vinte cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Arranjos exteriores e parque infantil da Junta de Freguesia de Este São Pedro”, no montante de cento e cinquenta e três

*mil trezentos e dezasseis euros e cinquenta e dois cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua à travessa das Alminhas”, no montante de quarenta e nove mil novecentos e treze euros e vinte e três cêntimos; Seis - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Parque de lazer da Mouta – Lomar”, no montante de cento e onze mil oitocentos e oitenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos; Sete - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Reparação de diversas ruas – Campo, Beco do Xisto, Maragoto e Cambas”, no montante de dezanove mil treze euros e vinte e seis cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Águas pluviais na rua da Graciosa”, no montante de seis mil quinhentos e oito euros e quarenta cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Requalificação da estrada das Lagarteiras, junto à EB um de Ruílhe”, no montante de trinta e nove mil cento e vinte e um euros e sessenta e sete cêntimos; Dez - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “Instalação de palas nas entradas da Escola EB um de Real”, no montante de dois mil oitocentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos; Onze - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), para a execução da obra denominada “Rua do Marco – Oliveira São Pedro”, no montante de vinte mil quinhentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas aprovadas com duas abstenções. **PONTO NÚMERO CATORZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e cinco de fevereiro e de oito de março do ano em curso, relativas à atribuição de apoios*

financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a “Colocação e aquisição de três abrigos de paragem de autocarros”, no valor de nove mil e trezentos euros; Dois - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar a “Colocação e aquisição da porta principal do pavilhão de Tadim”, no valor de mil seiscentos e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos; Três - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto de alargamento e pavimentação da rua de Portas – Crespos”, no valor de quatro mil e duzentos euros; Quatro - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a “Aquisição de viatura de transporte de crianças”, no valor de dez mil euros; Cinco - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar o “Projeto – demolição da capela mortuária”, no valor de seis mil trezentos e sessenta euros; Seis - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a obra de “Ampliação e remodelação do cemitério de Priscos”, no valor de sessenta e três mil trezentos e setenta e três euros e oitenta e nove cêntimos; Sete - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a “Sinalética, recuperação de percurso pedestre, painéis moinho”, no valor de dois mil trezentos e noventa e seis euros e sessenta e seis cêntimos; Oito - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar os “Diversos trabalhos na freguesia”, no valor de dezassete mil e dois euros e quarenta cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a “Aquisição de viatura para serviços diversos de apoio em situações de risco e serviços da autarquia”, no valor de dez mil euros; Dez - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a “Aquisição de viatura para serviços diversos de

*apoio em situações de risco e serviços da autarquia”, no valor de dez mil euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.***

PONTO NÚMERO QUINZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS. *Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

PONTO NÚMERO DEZASSEIS – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. *Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** para, inicialmente, realçar que era um gosto enorme trabalhar com uma equipa multifacetada, naquilo que era um trabalho de grande importância de uma Comissão que se divertia muito, sob o ponto de vista positivo, a analisar aquilo que era e a acompanhar o funcionamento das empresas municipais e, também, outras atividades. Acreditasse que aquilo era, rigorosamente verdade e, quando assim não fosse, tomaria outra opção. Este ano, com a complacência da Senhora Presidente, já realizaram quatro reuniões com as várias empresas municipais e este ano com um objetivo, de perceber o seu funcionamento, as suas opções e a sua estratégia. Depois, atender a uma questão, que lhe parecia relevante. O turismo, hoje, tinha um papel importante no Município de Braga e queriam perceber até que ponto as empresas municipais e todo o tecido empresarial, eram capazes de atrair ainda mais, aprofundar e qualificar aquilo que era a atividade turística no concelho. Dizer que iriam continuar, este ano, com aquele tipo de objetivos e tinha sido esse o seu trabalho. No próximo sábado iriam à Braval,*

para perceber um dos temas que há pouco foi, ali, discutido, sob o ponto de vista mais fino e até convidaram a Senhora Presidente a acompanhá-los. Seguiu-se a intervenção da **SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO**, para informar que a Comissão prosseguia os contactos que já vinha estabelecendo. Neste momento, o seu objetivo estava centrado na saúde, pretendendo conhecer os recursos disponíveis, na área da saúde, à população do concelho. Recordava que a Comissão reuniu com a Administração do Hospital de Braga, conforme informação que já, ali, foi prestada, na Assembleia de vinte e um de fevereiro. Pretendia, ainda, neste momento, a Comissão, conhecer a realidade da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, nas suas diferentes tipologias, incluindo os cuidados de saúde, em cuidados paliativos e, também, em saúde mental, para além de outros níveis de cuidados de saúde, nomeadamente, os cuidados de saúde primários. Na vertente da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados e dos Cuidados Paliativos, a Comissão reuniu no passado dia vinte e nove de março, na Fundação Domus Fraternitas, na Unidade “O Poverello”, com a Direção e com a equipa técnica, que era especializada e multidisciplinar. Naquela Fundação funcionavam três unidades de Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados. Uma Unidade de Média Duração e Reabilitação, com capacidade de vinte e quatro camas e uma Unidade de Longa Duração, também com vinte e quatro camas e uma de Cuidados Paliativos, com capacidade para dez camas. No decurso dessa reunião, foi apresentado à Comissão um conjunto de questões que preocupava a Direção e a equipa, de que destacava duas. Uma, tinha a ver com a formação e com a capacitação das equipas, uma exigência que era constante e que, também, se revestia de alguma

dificuldade. E uma outra dificuldade tinha a ver com a natureza da contratualização, que era estabelecida entre a instituição e a ARS Norte. Comum a todas as instituições que celebravam aqueles contratos, havia uma característica que tinha a ver com o preenchimento da capacidade, que não dependia de qualquer esforço da própria instituição, mas sim de equipas externas à instituição, que faziam a referenciação dos doentes para as diferentes tipologias de unidades. Por outro lado, esse tipo de contrato previa que existindo uma taxa de ocupação superior a oitenta e cinco por cento, o valor contratualizado não tinha qualquer tipo de alteração. No entanto, de essa taxa de ocupação fosse inferior a oitenta e cinco por cento, sofria uma redução significativa. Recordava que o preenchimento da capacidade não era da responsabilidade, da competência das instituições. Como em qualquer dos casos esse preenchimento da capacidade podia ser alterado, a instituição tinha que manter, durante esse período, um conjunto de custos fixos, como os custos relativos à equipa técnica especializada e multidisciplinar. Isso, em muitos casos, punha em causa a sustentabilidade financeira da instituição, neste caso concreto, a que se associavam algumas dívidas de utentes, que por fragilidade económica, não assumiam a parte que lhes cabia na comparticipação, dívidas essas que eram, muitas vezes, incobráveis. Não deixava de ser preocupante, que a Unidade de Cuidados Paliativos, com dez vagas de capacidade, tivesse, naquele momento, apenas, quatro vagas disponíveis. Portanto, com uma ocupação inferior a oitenta e cinco por cento, o que significava um decréscimo na comparticipação financeira dessa Unidade. Na opinião do Diretor Clínico dessa Unidade a existência dessas vagas não significava a inexistência de doentes necessitados de cuidados paliativos. Até lhes disse que se quisesse fazia dois ou três telefonemas e tinha as vagas todas preenchidas, mas, simplesmente, ao facto de não serem

referenciados, para aquela Unidade. Importava referir que, em Braga, não havendo qualquer Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, que assegurasse a prestação de cuidados diretos aos doentes/famílias, era muito estranho não haver essa referência. Informou, ainda, que no caso concreto da NUT três Cávado apenas existem as dez camas acima referidas, insuficiente, aliás, estatisticamente, eram inferiores à necessidade que estavam previstas. Em jeito final de mensagem, a Direção da Fundação, transmitiu à Comissão, que o seu grande desejo era que a Comissão divulgasse o seu trabalho. Divulgasse a vontade e o esforço necessário para que, as pessoas que dependiam dos seus cuidados tivessem um serviço digno de um ser humano, a que aliás tinham direito. Partilhou com os presentes, um facto concreto que lá se passou. Para prevenir a dor ou controlar a dor, que era uma característica da Unidade de Cuidados Continuados, era indispensável, para cada doente, pelo menos, uma seringa infusora. Uma seringa, através da qual, sistematicamente, eram introduzidos no organismo medicamentos que preveniam e controlavam a dor. Cada doente deveria ter, pelo menos, uma seringa infusora. Havia doentes que precisavam mais do que uma. Foram informados que, na altura, para dez doentes, a instituição tinha quatro seringas infusoras. Precisavam de mais seis. Cada seringa custava cerca de mil e duzentos euros. Quando a instituição solicitou um reforço à ARS Norte, para aquisição de seringas infusoras, a ARS comunicou que não podia deferir o pedido e, portanto, que a instituição administrasse a medicação, por via injetável, sublingual ou retal. Perante a expressão dessa necessidade e dessa circunstância, os Senhores Presidente da Junta de Freguesia de Padim da Graça, da União de Freguesias de Arentim e Cunha e da Freguesia de Tebosa, Deputados daquela Comissão, conhecedores daquele facto, por internamento de habitantes das suas freguesias na Unidade de

Cuidados Paliativos, imediatamente se prontificaram e ofereceram uma das seringas infusoras necessárias. Em jeito de apelo, disse que ainda faltavam cinco seringas infusoras. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para salientar que não resistia em sublinhar aquele gesto dos Senhores Presidente de Junta, porque, de facto, não era sua responsabilidade, não era responsabilidade da Assembleia Municipal. Mas queria lembrá-los, que em relação àquela instituição, o Estado tinha responsabilidades particulares e aquele assunto, já há muitos anos, foi, ali, discutido na Assembleia Municipal, quando o Estado instou aquela ordem religiosa a criar, ali, o primeiro, a expressão era triste e infeliz, mas era o primeiro sidatório do país. No fundo, era uma unidade, para doentes terminais, que estava a aguardar a morte e que encontrariam, aí, o espaço adequado. E, na altura, foi pensado um equipamento e um investimento que tinha que ser feito de raiz, porque obedecia a um conjunto de materiais e de exigências específicas, que não permitiam que isso fosse feito através da reabilitação do edifício principal de Montariol, que era grande, amplo e robusto, mas que tinha, de facto, características que não eram compagináveis com essas exigências. O facto era que a Ordem, a expensas suas, investiu verbas muito significativas naquele espaço e arcou, inclusive, com a resolução dos problemas de acesso, porque, se bem se lembravam, os doentes que para ali iam, não tinham condições de atravessar o velho caminho de pedra e houve necessidade não só de o alargar, mas de o adaptar às ambulâncias que, permanentemente, ali circulavam. O facto foi que o Estado ingrato estimulou a obra, incentivou o seu arranque, tinha conhecimento do que, ali, foi investido, mas, hoje, como disse a Dr^a. Filomena, era pouco ágil a preencher as vagas que eram poucas para a nossa região, mas que a burocracia e o peso administrativo levavam a que, muitas vezes, também,

por questões de poupança, se arrastassem esses processos e, apesar de saberem que tinham muitas pessoas, do concelho de Braga, noutras instituições em Viana e mais longe, Coimbra e Figueira da Foz, o facto, era que os lugares de Braga, ali, não eram muitas vezes preenchidos, como a própria Comissão teve e a oportunidade de testemunhar. Por isso, achava ser importante fazer um apelo aos representantes da comunicação social, ali, presentes, para que aquele testemunho fosse além das paredes daquela Assembleia Municipal. Pela sua parte e do seu grupo municipal, sem pretender que aquilo fosse substituírem-se a quem tinha obrigação de resolver aqueles problemas, eram as instituições, iriam oferecer as senhas da sessão da Assembleia Municipal, para ajudar a adquirir uma parte significativa de mais uma seringa infusora e iria exortar os outros colegas da Assembleia a associarem-se a esse gesto, para que com esse ato simbólico, chamassem a atenção, para a responsabilidade do Estado e para as carências daquela instituição. **O Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, revelou que desde noventa e sete, noventa e oito frequentou o Convento Franciscano de Montariol, quer por via do escutismo católico, quer por via da catequese, quer por via do voluntariado, quer por via dos primeiros trabalhos de verão que teve. Como bem sabia o Deputado João Granja, tinha, também, um carinho muito grande pelo Convento Franciscano de Montariol, pelo trabalho que lá se fazia, pelo sonho do Padre Zé Neves, que, infelizmente, em determinadas circunstâncias, podia, eventualmente, até ter sido um sonho maior que a perna. Mas o que era certo era que o trabalho que aquela Ordem dos Franciscanos Menores ali fazia, transcendia tudo aquilo que eram os seus conhecimentos da religião e de cidadania. Estava a falar de uma das maiores missões que era dar dignidade no fim da vida das pessoas, dar tratamentos, dar a morte digna às pessoas e achava que era esse o termo que podiam utilizar. Em

relação ao Poverello, desde a primeira hora, ajudou a colocar a primeira pedra e, tirando aquela nota pessoal, porque nós eramos nós e as nossas circunstâncias, a sua senha e a dos elementos do Partido Socialista, também, seguindo o repto do Deputado João Granja, iriam para a concretização daquele desafio em relação ao Poverello e à sua subsistência, tendo noção, realmente, que aquele não podia ser um assunto que ficasse por ali. A caridade não era algo que pudesse ser, conseqüentemente, tido em consideração naquele tipo de aspetos e, portanto, iriam, também, ir mais além, já foi lançado, ali, o repto à comunicação social, mas o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal iria, mais além, junto de outras instâncias, procurar saber o que, realmente, se passava com o Poverello e em que circunstâncias se colocava essas posições. O que era certo era que achava que se outros partidos e se o resto dos autarcas, também, cumprissem isso, achava que conseguiam garantir, infelizmente, porque ninguém gostava de ser colocado naquelas situações, a subsistência, a muito curto prazo, daquela instituição. Surgiu, ainda, a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para dizer que não gostaria de ir fazer uma repetição de todas as intervenções anteriores, mas dizer-lhes que foi um privilégio participar na Comissão e ser membro da Comissão liderada pela Dr^a Filomena, no âmbito daquela associação. O seu privilégio, para além de ser membro da Comissão, de ter falado, no fim da Comissão, com o Dr. Paulo Reis Pina, uma pessoa que, de facto, era um ícone, no âmbito da saúde, nomeadamente, dos cuidados em final de vida. Era doente crónico, sofria de esclerose múltipla, tinha uma doença neuro degenerativa, não se sentia menos do que ninguém naquela sala, pelo facto de ter essa patologia, mas dizer-lhes que todo o trabalho que aquela instituição fazia em prol de quem precisava, e a certa altura ele disse-lhe uma coisa, que temblam referiu na

reunião que tiveram, na tríade da morte, em que todas as pessoas deveriam ter uma casa, que consubstanciasse uma cama e, sobretudo, carinho e acompanhamento, no memento final da vida. Só essas palavras do Dr. Paulo Pina, demonstravam bem a consciência e a responsabilidade com que aqueles profissionais e técnicos de saúde encaravam aquele projeto. Era com muita honra que o seu grupo municipal se iria associar àquela causa, doando, também, as senhas para a aquisição das seringas de infusão. Do **P.P.M.**, usou da palavra o **Sr. Deputado PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para dizer que o seu grupo municipal se associava àquela causa. A ligação pessoal que tinha com Montariol era de longa data, basicamente desde miúdo que conhecia o Colégio de Montariol e sabia que a gente que representava o Colégio tinha, efetivamente, o coração grande, como tinha São Francisco de Assis. Tinha uma ligação, ainda maior, porque o seu avô foi, há muitos anos, médico da instituição e gostaria de se associar àquela causa, porque achava que, apesar, de serem “inimigos políticos”, na realidade, eram todos seres humanos e, portanto, compreendiam, através do que ali lhes foi dito, que, efetivamente, era uma necessidade urgente e que não sabiam, também, se um dia mais tarde, essa seringa não seria para um deles ou um dos seus e queriam associar-se a essa causa. Usou, depois, da palavra o **SR. SECRETÁRIO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO SANTO ESTEVÃO E SÃO VICENTE, RUI MANUEL REBELO DA SILVA PEREIRA**, para informar que, estando em substituição do Sr. Presidente da União de Freguesias, a sua senha de presença iria para Montariol, bem como a dos Senhores Presidente de Junta afetos à Coligação Juntos por Braga. Por isso, também, se fez o vinte e cinco de Abril. E se, hoje, todos divergiram muito, também, hoje, souberam convergir naquilo que era mais importante, que era o servir, e bem, as instituições, os

*Bracarenses. Agradeceu aos Senhores Presidente de Junta, que deram o primeiro passo e aos Grupo Municipais, que sentiram e fizeram muito bem, Braga e os Bracarenses. Hoje, eram motivo de orgulho, sem sombra de dúvidas. Depois usou da palavra o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, SR. JOÃO DA SILVA OLIVEIRA**, para dizer que em nome das Juntas de Freguesia Independentes, auscultados todos os Presidente de Junta, chegaram à conclusão que, também, iriam seguir o repto lançado pelo Deputado João Granja e doariam a sua senha de presença. Até iria mais além, lançava, ali, uma proposta, no sentido global, de auscultarem toda a Assembleia no sentido de doarem em bloco todas as senhas, revertendo-as a favor daquela causa. Dizer que, como era óbvio, aquela onda de solidariedade era muito interessante, era bonita, era sensata e faziam-no com muito gosto e com muito carinho pela causa, mas, acima de tudo, ressaltar o seguinte: era pena que estivessem a ser forçados a doar as senhas de presença, para aquisição daquele equipamento. Era uma pena terem que se estar a substituir ao Estado Central, para garantir os serviços mínimos essenciais, que era o prolongamento de umas horas, de uns dias da vida humana. Isso deveria fazer pensar a todos aquilo que eram as obrigações do Estado e do que eram as obrigações do Governo da Nação, para com aquela instituição e para com os utentes que beneficiavam, diariamente, daqueles cuidados. Registou-se, também, a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para salientar que, obviamente, que a CDU não iria deixar se se associar àquilo, mas queriam só dizer que era uma resposta a uma situação de urgência e de emergência, mas que aquele gesto em nada resolvia os problemas que se passavam com a rede de cuidados paliativos e a rede de cuidados continuados. Lembrar os défices crónicos de quem prestava aqueles serviços, por responsabilidades múltiplas, do*

sistema, da própria cultura, até, dos médicos. Lembrar, muitas vezes, que, como foi referido, na altura, havia doentes que ficavam retidos nos hospitais e que acabavam por passar aquele processo em ambiente hospitalar, a custar cerca de trezentos euros ao erário público, por dia, enquanto que naquela instituição, custava cerca de cento e poucos euros e não eram transferidos para lá. Os interesses eram vários do Estado, de gestores de PPP's e da Segurança Social. Havia vários problemas e, a verdade, era que eles não se resolviam, apenas, com uma situação de emergência, ainda que tivesse uma carga simbólica, mas resolvia-se com uma ação e com uma reflexão séria sobre aquele assunto. A morte e a dignidade na morte era algo que se tinha que abordar sem preconceitos e que se tinha que cuidar e dar a devida atenção, coisa que não tinha sido feita, até agora e que a visita àquela instituição revelou o quão dramática e o quão precária era a situação. Associar-se-iam, mas alertavam que isso resolveria zero ou muito pouco daquela realidade. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que era ex aluno de Montariol e, por isso, tinha alguma dificuldade em se manifestar sobre aquela questão. Em todo o caso, achava que todos os membros da Assembleia e o público presente, se quisessem ajudar a instituição, poderiam fazer aquilo que já fazia há muito tempo, que era pegar na sua quota disponível do IRS e beneficiar a instituição com isso. Agora, gostava que ficasse claro, que eram membros de uma Assembleia Municipal, que tomava decisões políticas, não fazia caridade. Todos eramos humanistas ou devíamos ser, o homem era o centro do mundo, por natureza, cada homem era um Deus, só por si e esses valores deviam ser respeitados. Ali faziam política e faziam atividade política e a saúde era uma obrigação do Estado e o Estado tinha que a assumir. Era isso que, ali, deviam pugnar. E, se fosse preciso subscrever uma moção, dizendo ao Estado, que tinha

que arrear caminho e tratar daquela e de outras instituições que estivessem na mesma situação, era isso que deveriam fazer. Era evidente que o Bloco de Esquerda não iria ficar de fora daquilo, embora aquilo devesse ter sido feito de outra forma, ou seja, em vez de cada grupo ter sido ali dizer que sim, tomavam uma decisão com toda a gente. Mas, gostava que ficasse claro, naquelas matérias, que eram sensíveis e que tinham a ver com questões que não eram de âmbito político, estar a sujeitar os membros da Assembleia a decidirem sobre aquelas questões, não lhe parecia ser correto. Esperava que aquilo fosse, de facto, uma vez para nunca mais. Estava, ali, para tomar decisões políticas e era isso que deviam fazer. Na primeira parte da Assembleia, trataram de assunto de milhões. E, agora, estavam, ali, a fazer caridadezinha, para tratar de uma questão de saúde pública, com uns trocos, com uns euros. Brincavam com quem? Queriam tapar os olhos a quem? Presumia que toda a gente, ali, fosse inteligente.

A SR^a. PRESIDENTE DA MESA disse que todos os grupos se pronunciaram e, naturalmente, aquele era um ato voluntário. Cada um, individualmente ou em grupo, como assim o entendesse, poderia fazer o que bem entendesse da sua senha, não lhe parecendo que fosse uma questão para votar. Cada um, em consciência, faria o que entendesse.

O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, informou que a **COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTECÇÃO CIVIL** que era presidida pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, José Oliveira da Silva, desenvolveu um trabalho, que resultou dum mandato daquela Assembleia e de uma proposta inicial do Partido Socialista, sobre os incêndios. Havia um relatório produzido sobre essa matéria, que não teve, ainda, a oportunidade de estar concluído, a tempo de ser agendado. Sem prejuízo e uma vez que o

*calendário era implacável, o Sr. Presidente da Comissão enviou à Sr^a. Presidente da Assembleia, para que fosse distribuído. E a ideia era, como não foi agendado, não o poderiam votar com o peso, que esse relatório tinha. Em qualquer dos casos, a sugestão do Sr. Presidente foi de distribuir, para que as pessoas tivessem conhecimento do seu teor. Naturalmente, que não o iriam votar, porque não foi agendado, mas ficava, já, ali, um pedido que o Sr. Presidente, depois, ratificaria, no sentido que, na próxima Assembleia, fosse agendado um ponto específico com esse relatório, que dado o seu carácter vinculativo e o peso das suas recomendações, carecia de ser validado, por toda a Câmara. Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para informar que iriam reunir no dia treze, porque o Projeto Educativo Local de Braga estava elaborado. Tinha pedido aos serviços para o distribuírem pelos membros da Comissão. Era um projeto que tinham bastante interesse em conhecer. Convidaram a Sr^a. Vereadora e a autora do Projeto, para estarem presentes. **PONTO NÚMERO DEZASSETE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos três, quatro, cinco, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze e catorze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e três horas e quarenta minutos,*

a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de três de maio, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.